

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Letras

Gustavo Leal Teixeira

AOS AMIGOS: PÃO; AOS INIMIGOS; PAU: uma análise da relação político-polêmica dos jornais Gazeta do Norte e Folha do Norte de Montes Claros-MG em

1930

Belo Horizonte
2013

Gustavo Leal Teixeira

**AOS AMIGOS: PÃO; AOS INIMIGOS: PAU: uma análise da relação político-polêmica dos jornais Gazeta do Norte e Folha do Norte de Montes Claros-MG em
1930**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Letras da Pontifícia Universidade Católica de
Minas Gerais como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientador: Paulo Henrique Aguiar Mendes.

Belo Horizonte
2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Teixeira, Gustavo Leal

T266a Aos amigos; pão; aos inimigos; pau: uma análise da relação político-polêmica dos jornais Gazeta do Norte e Folha do Norte de Montes Claros-MG em 1930/ Gustavo Leal Teixeira. Belo Horizonte, 2013.

150f.: il.

Orientador: Paulo Henrique Aguiar Mendes

Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Letras.

1. Jornais – História – Montes Claros (MG) - 1930. 2. Imprensa – Aspectos políticos. I. Mendes, Paulo Henrique Aguiar. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

Gustavo Leal Teixeira

**AOS AMIGOS: PÃO; AOS INIMIGOS: PAU: uma análise da relação político-polêmica dos jornais Gazeta do Norte e Folha do Norte de Montes Claros-MG em
1930**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Letras da Pontifícia Universidade Católica de
Minas Gerais como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em Letras.

Paulo Henrique Aguiar Mendes (Orientador) – UFOP

Jane Quintiliano Guimarães Silva – PUC Minas

Luiz Francisco Dias - UFMG

Marco Antônio Rodrigues Vieira - UNIMONTES

William Augusto Menezes - UFOP

Belo Horizonte, 04 de novembro de 2013

Dedico esta tese ao meu avô Afonso Teixeira, por despertar em mim o interesse pela leitura de jornais.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Bertha que é um dos pilares em que me apoio;
Aos meus pais e irmãos pelo amor irrestrito;
À família Andrade Coelho pelo companheirismo e carinho;
Ao meu orientador Paulo Henrique Mendes, exemplo de homem e linguista, por ter sempre acreditado em meu potencial;
Ao professor Hugo Mari, exemplo de homem e linguista que tantas portas me abriu portas na vida e tanto ensinou;
Ao professor Marco Antônio Vieira que com calma, ponderação e inteligência me “mostrou o caminho das pedras”;
Ao professor Luiz Francisco Dias, exemplo de homem e linguista, pelas brilhantes aulas e textos;
Ao amigo Dirlen Loyola;
Aos amigos do DINTER que dividiram comigo tantos momentos felizes e de angustia;
Ao departamento de Letras da Unimontes pelo convite para participar do processo seletivo;
À UNIMONTES, que pela redução de carga horária, me permitiu que me focasse nesta tese;
Ao DDI da UNIMONTES que me forneceu cópias de diversos jornais de seu acervo;
Ao governo de Minas Gerais que pela FAPEMIG que patrocinou esta pesquisa.

A todos meu MUITO obrigado.

A guerra envolve inteiramente a história, em vez de ser simplesmente sua desordenação e sua interrupção.
(Michel Foucault, 2005)

Certo dia à saída do grupo eu era o único de Cima na classe, ousei defender meu partido ao ser insultado pelos inimigos. A boca até hoje guarda o gosto da poeira: derrubaram-me, caí de borco e nessa posição fui mantido a sopapos. Mas o peito enfundou de orgulho: enfrentara quatro.

(Cyro dos Anjos, 1979).

RESUMO

O ano de 1930 foi de grande importância para a política da cidade de Montes Claros-MG, pois no mês de fevereiro desse ano foram recebidos na cidade a tiros o presidente do Banco do Brasil, Carvalho de Brito e o vice-presidente da república Mello Vianna, tendo sido mortos em praça pública alguns integrantes de suas comitivas. Os tiros foram dados por um grupo de amigos pistoleiros que protegiam a casa de João Alves, o político mais importante da cidade, médico e provedor da Santa Casa de Caridade. A midiatização desse evento político feita pelos jornais *Gazeta do Norte* e *Folha do Norte* e a descrição da cena política local e nacional ilustra vividamente a relação de disputa e ódio entre os dois grupos políticos antagônicos que dividiam a cidade. Os donos da *Gazeta do Norte* apoiavam a Mello Vianna para presidente do estado e Júlio Prestes para a presidência da república, já os Liberais de Alves e da *Folha do Norte* defendiam as candidaturas de Olegário Maciel para o estado e Getúlio Vargas para a república. Sendo a relação polêmica dos dois jornais objeto desta pesquisa, buscou-se analisar discursivamente alguns de seus fundamentos a partir de preceitos teóricos da Análise do Discurso de tradição francesa. Após análise discursiva da função do autor, da representação dos políticos em cada jornal e do funcionamento dispositivo da relação comunicacional dos jornais chegou-se às seguintes constatações: 1. nesses textos a assinatura do autor de uma matéria é, de certa forma, um aspecto secundário em relação ao nome do jornal, ou, é o nome do jornal que determina a referência ideológica dos textos e não seus autores; 2. a divisão polêmica do espaço semântico dos jornais aparta amigos e inimigos políticos; 3. as réplicas, como dispositivos de guerra, têm a função dupla de qualificação do *nós* e desqualificação *deles*, estando estes sempre em relação de proximidade nos enunciados. Ao analisar-se a relação polêmica da **Gazeta do Norte** e **Folha do Norte** revelou-se uma forma particular de contar histórias, uma que produz sentidos pela ausência de lógica, ou, por uma lógica de guerra, sendo esse tipo fazer jornalístico reflexo das práticas de uma sociedade específica em um tempo específico que produz um sujeito também específico.

Palavras-chave: Relação político-polêmica. Discurso. Autoria. Política. História. Sociedade.

ABSTRACT

1930 was a year of great importance for the politics of the town of Montes Claros-MG. In the current February the president of Banco do Brasil Carvalho de Brito and the republic vice-president Mello Vianna were involved in a shooting that took place in front of João Alves house, who was then the city's most important politician, doctor and hospital benefactor. This event reflected the city's historical political division in two political groups, at that moment, the Conservatives who supported Mello Vianna and Julio Prestes and Alves' Liberals that supported Olegário Maciel and Getúlio Vargas. The broadcasting of this shooting and the description of the local and national political scenes illustrates vividly the relationship of dispute and hate between the two political groups that tore the town apart. With the two newspapers polemical-political relationship this thesis the object of study, we tried to analyze discursively some of its fundaments according to the theoretical precepts of the French discourse analysis. After analyzing the texts author function, the representation of politicians in each newspaper and the functioning of their communication dispositive, the following conclusions have arisen: 1. The author's signatures in those texts are less relevant than the newspaper's name, or it's the name of the newspapers that determine the ideological reference of texts, not its authors; 2. The semantic divide found in the newspapers' separates political friends and enemies; 3. The replica, as a war dispositive, have the double function of qualifying "us" and disqualifying "them", being those two groups in a close position in the statements. By analyzing the polemical relationship between Gazeta do Norte and Folha do Norte a particular way of telling stories was revealed, a way that only makes sense by the absence of logics, or, by war logics being this kind journalism a reflex of social practices of a specific time that builds an specific type of subject.

Keywords: Relationship of political controversy. Discourse. Authorship. Politics. History. Subject.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – João Alves	93
FIGURA 2 – Mário Brant	95
FIGURA 3 – Antônio Carlos Andrada.....	96
FIGURA 4 – Antônio Carlos Andrada.....	96
FIGURA 5 – João Alves.....	99
FIGURA 6 – Carvalho de Brito.....	102
FIGURA 7 – Carvalho de Brito.....	105
FIGURA 8 – Olegário Maciel.....	106
FIGURA 9 – Olegário Maciel.....	108

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
1.1 Considerações iniciais	9
1.1 As formações discursivas em Foucault.....	9
1.1.1 Sujeito em Foucault.....	14
1.1.2 Memória em Foucault	17
1.2 Formações discursivas em Pêcheux.....	20
1.2.1 Sujeito em Pêcheux.....	25
1.2.2 Memória em Pêcheux	27
1.3 Foucault e Pêcheux: articulações.....	30
1.3.1 A ideologia como interpretação: Foucault e Pêcheux	32
1.3.1 Delimitação do espaço discursivo analisado	35
2. LOCALIZAÇÃO E CIRCUNSCRIÇÃO DO OBJETO	37
2.1 Considerações iniciais	37
2.2 A política em Carl Schmitt.....	37
2.3 O discurso polêmico	39
2.4 A propaganda política em jornais	43
2.5 O jornalismo nos anos 30.....	47
3 JORNAL E DEIXIS: TEMPO, ESPAÇO E ASSINATURA.....	51
3.1 Considerações iniciais	51
3.2 Cabeçalho e deixis	51
3.2.1 A edição extraordinária	54
3.2.2 Ano e número – memória discursiva	56
3.2.3 O local de publicação – valor social	57
3.2.4 Assinatura em matérias jornalísticas: características gerais.....	58
3.2.5 Texto sem assinatura, o editorial	61
3.2.6 Texto assinado sob pseudônimo	66
3.2.7 O Texto autoral	70
3.3 Assinatura e efeito de sujeito	76
3.3.1 O autor, análise histórico sociológica.....	78
4. A QUALIFICAÇÃO DO NOME PRÓPRIO DE PESSOA NA DIVISÃO POLÍTICO-POLÊMICA DO ESPAÇO DISCURSIVO ANALISADO	81
4.1 Considerações iniciais	81
4.2 Nome próprio de pessoa.....	83
4.3 Qualificação e ordenação de formações discursivas	86
4.4 O verbo “ser” no discurso	88
4.5 Fenômenos de atribuição parafraseáveis por “x é y”	90
4.6 Análise de dados.....	95
4.7 Conclusões	107
5. O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA RÉPLICA NOS JORNAIS.....	112
5.1 Considerações iniciais	112
5.2 A réplica	113
5.3. A noção de <i>facework</i>	115

5.4 A polifonia	117
5.5 A tipologia das interações	119
5.6 Análise de dados.....	121
5.7 Conclusões.....	133
CONCLUSÃO.....	134
REFERÊNCIAS.....	138
ANEXOS.....	144

INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objetivo analisar discursivamente a relação político-polêmica dos jornais **Gazeta do Norte** e **Folha do Norte** de Montes Claros de 1930, ou seja, pretende-se mostrar alguns elementos fundamentais que constituem tal relação. Para tanto foram utilizados como bases descritivo-analíticas conceitos e metodologias que, em sua maior parte, são filiados à tradição da análise do discurso francesa. Essa tradição parte da suposição de que as coisas não significam *a priori* em relação à enunciação, sendo os sentidos construídos a partir dela, mais especificamente, a partir de diferentes posições ideológicas de enunciação. Esta maneira de pensar os enunciados, portanto, entre outras coisas, reflete como “palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes” (ORLANDI, 2009, p. 44). Pensar o enunciado a partir de sua função em relação ao sujeito, ao gênero de discurso, à história, à sociedade e à ideologia faz com que a análise do discurso seja uma ferramenta ideal para a análise de enunciados concorrentes, paradoxais ou incompatíveis como os da **Gazeta** e da **Folha do Norte**. Relações polêmicas como as analisadas são discursos em que o real é apreensível a partir da guerra de sentidos e não por uma relação entre uma verdade e uma não verdade.

Historicamente o objeto analisado nesta tese tem muito a ver com o dia 06/02/1930 na cidade de Montes Claros, dia da nacionalmente conhecida “emboscada de bugres”¹, pois fatores diversos indicam que a **Folha do Norte** surgiu para a defesa do político João Alves e da Aliança Liberal combatendo a representação negativa destes feita pela **Gazeta do Norte** a partir, principalmente, dessa data. De Montes Claros, não foram encontrados dados populacionais do ano de 1930, mas, segundo Wirth (1982), a população local em 1920, dez anos antes do período analisado, era constituída de um número que poderia variar entre cinco e sete mil habitantes, a maior parte deles locados na zona rural, tendo este número, segundo o autor, aumentado consideravelmente a partir do fim dessa década pela inauguração da rede ferroviária. Montes Claros era, portanto, uma cidade pequena para os parâmetros atuais, sendo que sua ocupação populacional gravitava, principalmente, em torno de dois largos que eram o

¹ Termo que se tornou célebre nas palavras do presidente Washington Luiz no telegrama enviado ao comitê da concentração conservadora em 07/02/1930 referente aos homicídios em Montes Claros. “[...] São Paulo, como todo o Brasil Republicano e civilizado profliga indignado o bárbaro atentado que à similitude de uma emboscada de bugres, ensanguentou a gloriosa terra de Minas” (*sic*) (MAURÍCIO, 1986, p. 74).

de baixo e o de cima, como indica Cyro dos Anjos em sua biografia ficcional **A menina do sobrado**. Nela, Anjos retrata Montes Claros no início do século XX sob a alcunha de “Santana”:

As duas praças eram, assim, os polos de Santana. Como as pontas de uma agulha magnética, as ideias, as paixões os interesses que entretinham a sociedade local podiam vacilar, podiam dar voltas, mas acabavam por se fixar em torno do Largo de Cima ou do Largo de Baixo. (ANJOS, 1979, p. 110)

Em uma cidade pequena e isolada no sertão mineiro, como era Montes Claros, a visita de personalidades como o Vice-Presidente da República, Mello Vianna, e o Presidente do Banco do Brasil, Carvalho de Brito, líderes da Concentração Conservadora, em 06/02/1930, foi um evento, de certa forma, inusitado e “grandioso”. Nesse dia, um grupo de correligionários da Concentração Conservadora fora receber os dois líderes, na estação ferroviária local - o *Congresso do algodão* patrocinado pelo partido aconteceria na cidade nos três dias seguintes. Segundo Milene Maurício (1986), eram 23h00 quando o trem chegou à estação, sendo a comitiva da Concentração recebida por correligionários, com um discurso de boas vindas proferido pelo advogado José Correia Machado. Às 23h30min, o grupo seguiu rumo a seu destino: a casa na qual ficaria hospedado o candidato, também no centro da cidade, que era de propriedade do Sr. Niquinho Teixeira:

Como sempre estava tocando o dobrado 220, a banda Euterpe. Era intenso o foguetório ao lado dos gritos e vivas, a Júlio Prestes e Mello Vianna. Uma bem treinada clack de rapazes se postou à frente da caravana atirando bombas, soltando foguetes, explodindo em vivas e morras a todo pulmão e cantando estribilhos: Quem vai fazer a felicidade do Brasil? É Júlio Prestes! É Júlio Prestes! Viva, viva, viva! Viva a concentração conservadora! Viva, viva, viva! Morra a aliança liberal! Morra, morra, morra!

E em seguida:

Quem vai fazer a felicidade de Minas? É Mello Vianna! É Mello Vianna! Viva o Dr. Mello Vianna! Viva, viva, viva! Morra a aliança liberal! Morra, morra, morra! (MAURÍCIO, 1986, p. 67-68)

Poucos minutos após o início da caminhada dos políticos, quando a passeata passava em frente à casa de João Alves, maior líder da Aliança Liberal na cidade, situada cerca de três quarteirões da estação ferroviária, do interior da casa do político foi aberto fogo contra a multidão. Há divergências sobre o número de mortos no local, mas, estima-se entre 6 e 10 fatalidades (incluindo-se aí a irmã dos proprietários da **Gazeta do Norte**, Iracy de Oliveira Novaes), além de uma quantidade não registrada de feridos (entre estes, o próprio Vice-Presidente da República Mello Vianna).

Alves, em seu depoimento à polícia, afirmou que o cortejo deveria tomar outro rumo que não o da casa em que residia e da praça com seu nome. Tomando este ato como provocativo, Alves, em seu depoimento à polícia, disse que a cidade estava repleta de jagunços de maneira que ele teve de tomar algumas “precauções” antes do início da passeata:

A minha casa – diziam – seria atacada. Qual o meu dever? Defender-me. Foi o que fiz. Alguns amigos procuraram-me oferecendo para guarda-la. Não rejeitei o oferecimento, mas a todos recomendei que agissem com a maior calma e que fizessem uso de armas num caso de ataque. (MAURÍCIO, 1986, p. 131)

Ao fim dos incidentes, segundo Maurício (1986, p. 71), as pessoas estavam apavoradas e Mello Vianna, assim que avistou Carvalho de Brito teve a seguinte expressão de surpresa:

_ “Safa!... Isto aqui é que é Montes Claros?”

Vianna havia se ferido no pescoço e no couro cabeludo, e há rumores de que os políticos fugiram, às pressas, de volta para Belo Horizonte com o trem em marcha ré, levando com eles alguns mortos e feridos. Entre os mortos, neste trem, estava D. Iracy de Oliveira Novaes, irmã do diretor da **Gazeta do Norte** que tinha dois filhos ainda crianças. A morte de Iracy, assim como a penetração nacional de um evento desta magnitude acontecido em uma cidade do porte de Montes Claros fez com que os olhos da **Gazeta**, único jornal da cidade se voltassem ferozmente contra Alves, desafeto de seus donos, realizando uma cobertura dos fatos a partir dos estados mentais exaltados de sua redação e dos objetivos de promover a Concentração Conservadora, que rivalizava com a Aliança Liberal de Alves. Foi nesse contexto que renasceu a **Folha do Norte** em 06/04/1930, defendendo os interesses da Aliança Liberal e a reputação de João Alves.

06/02/1930, no entanto, não foi o primeiro ato de violência em decorrência do “estilo” da política local. Montes Claros, antes de tais eventos, já era considerada uma cidade “polítiqueira”. As rixas entre os dois grupos que dividiam a política da cidade apresentaram outros momentos críticos, como em 1913, em que os pais de João Alves, Cel. Marciano, D. Antonia Josefina e sua empregada Rita foram assassinados a golpes de facão na fazenda Canoas, de sua propriedade. Marciano, que segundo Paula (1979) era originário de Diamantina e trouxe para Montes Claros as primeiras cadeiras de palhinha e papéis de parede, não fora roubado, pois “os pertences da casa não foram nem mesmo deslocados”, o que revela que o crime fora político (MAURÍCIO, 1986, p. 32). Outro momento que ilustra a violência da política local, também envolvendo os Alves e seus inimigos, ocorreu em 1918, em frente à

casa de Camillo Prates, sendo o incidente de 1930, de certa maneira, sua repetição. Após a derrota de Prates nas eleições desse ano para Honorato Alves, irmão de João Alves, um grupo saiu para comemorar efusivamente provocando Honorato em frente à sua casa. Alguns deles foram alvejados, tendo, entre eles, quatro sido mortos, incluindo-se aí uma criança de doze anos. Camillo Prates definiu assim os eventos:

Logo depois das eleições federais, os partidários do Deputado Honorato Alves em número superior a duzentos homens, ebrios e aos gritos de morra Camillo Prates, atacaram a casa de minha residência, fizeram fogo sobre meu filho Carlos, ameaçando invadir o prédio. Os amigos que se acharam comigo reagiram, travando-se um tiroteio forte. Consta que morreram alguns dos atacantes. Pedi garantias ao governo do Estado de Minas e estou sob ameaça de adversários verdadeiramente ferozes. Tudo isto é consequência da desenfreada politicagem que infelicitá esta terra há mais de três anos. (MONTES CLAROS: SEMANÁRIO INDEPENDENTE, LITERÁRIO E NOTICIOSO, 07/07/1918 *in* FIGUEIREDO, 2010)

A partir dos exemplos de violência citados, pode-se perceber que dois grupos políticos repartiam a cidade ao meio, sendo que um deles era encabeçado pelos Alves, e o outro pelos Prates, que tinham no Deputado Camillo o seu maior expoente. Segundo Figueiredo (2010), essa relação dicotômica acontecia desde o Reinado, como relata Paula:

Eram os Ximangos e os Cascudos, os Liberais e Conservadores, que estiveram em guerra durante todo o segundo reinado. Depois, na república vieram os estrepes e os pelados.

Os estrepes mandavam nas ruas de baixo. Os Prates, os Chaves e os Teixeira, os Dias os Fróes, os Figueiredos, os Souto, os Mendonça, os Freitas, os Abreu, os Costa os Durães, os Soares, os Guimarães, além de muitos outros, compunham o partido.

Nas ruas de cima, habitavam os Pelados. Os Alves, os Miranda, os Ribeiro, os Versiani, os Sarmento, os Salgado, os Maurício, os dos Anjos, os Peres, os Velosos, os Câmara, os Vale, dentre vários outros formavam os seus quadros.

Tudo era separado. As divergências políticas cortavam a cidade em duas. Duas bandas de música – a Euterpe e a União Operária, donde saíram os nomes de Estrepes e Pelados – animavam os dois grupos adversários. Ambos morriam de amores pelos governos do estado e da república. Tinham a mesma origem, o mesmo programa a mesma formação. Eram no entanto inimigos irreconciliáveis na política municipal. Nas suas lutas algumas vezes correu sangue. Foi no calor da chama desta velha rivalidade, que Montes Claros cresceu e progrediu. (PAULA *apud* FIGUEIREDO, 2010, p.128-128)

A cidade era geograficamente dividida em duas: a parte *de cima* e a *de baixo*, havendo aí logicamente uma divisão semântica. Os depoimentos de Alves e Prates sobre as mortes que aconteceram a partir de tiros saídos de suas casas são esclarecedores para a relação que se tentou mostrar nesta tese. Nos dois casos, os políticos se cercaram de amigos, sendo estes amigos os responsáveis pelas mortes com cada um dos grupos possuindo uma visão de valor

oposto sobre os eventos. Este tipo de divisão política é ideal para o surgimento do discurso polêmico, da violência pelas palavras e do desentendimento crônico.

Após análise foi concluído que a relação político-polêmica entre os jornais se funda a partir dos três fundamentos básicos descritos nos capítulos 3, 4 e 5 desta tese que são os seguintes:

1. Nos jornais analisados o nome estampado no cabeçalho é que determina a referência dos diferentes gêneros de textos políticos em seu interior e não os nomes dos autores dos textos;
2. Os enunciados de valor polêmico encontrados nos jornais seguem a lógica política da relação “pão ou pau” ou dos “amigos e inimigos” e não de uma em que são esses textos são reflexo de uma interpretação inconsciente das coisas pelos seus enunciadores;
3. A relação polêmica dos jornais segue o princípio de ataque e defesa de “faces” sendo seus enunciados fundamentalmente polifônicos.

Aqui, portanto a partir da análise discursiva da relação entre os jornais foi indiretamente descrito um momento da história política da cidade de Montes Claros e do Brasil, história esta que tem como princípio o desacordo; o “pão e o pau”. Apesar de analisarmos o passado, acreditamos que de certa maneira contribuiremos para uma compreensão também do nosso presente, pois como assegura Ferdinand de Saussure: “o que predomina em todas as mudanças é a continuidade da antiga substância” (SAUSSURE, 1997, p.74).

1 CONDIÇÕES FUNDAMENTAIS PARA O DISCURSO

1.1 Considerações iniciais

Neste capítulo foi discutido o que são as formações discursivas para Foucault e Pêcheux e, consequentemente, as noções de sujeito e memória que são delas pressupostas. A partir dessa discussão, foi concluído que é possível realizar um movimento de síntese desses pontos de vista, pelo fato de que, para ambos, as formações discursivas são divisões materiais de enunciados que se ordenam por serem produzidas a partir dos mesmos sistemas de formação e que se legitimam a partir de filiações a diferentes campos de memória. Essa noção é operacionalizada em Maingueneau (1997) a partir das noções de espaço e campos discursivos, que permite a análise de interações entre diferentes formações discursivas. Uma descrição do espaço discursivo analisado nesta pesquisa encerrou este capítulo. Uma discussão sobre como são consideradas aqui serve para determinar a maneira como são pensados os enunciados em oposição da relação polêmica dos jornais.

1.1 As formações discursivas em Foucault

Para determinar que uma formação discursiva é uma ordenação de enunciados originários dos mesmos sistemas de formação, Foucault (2010) foi obrigado a realizar uma descrição do que é, para ele, um enunciado definindo-o como uma sequência de elementos linguísticos que imersos em um campo enunciativo aparecem como elementos singulares. Os enunciados, portanto para o autor existem em função do campo em que aparecem possuindo as seguintes características:

1. Um enunciado se relaciona com outra coisa que é determinada pelo campo de emergência que lhe dá referência e sentido: Ele tem seu sentido determinado por como se refere em um texto ou série de textos. Foucault ilustra esta relação a partir da célebre frase de Noam Chomsky "incolores ideias verdes dormem furiosamente" dizendo que ela não possui sentido como frase, mas sim como enunciado por descrever um tipo de relação em um contexto, nesse caso, da sintaxe com a semântica;

2. Um enunciado possui com o sujeito da enunciação uma relação relativa: o sujeito de um enunciado não é funcionalmente idêntico ao seu autor e os textos feitos para terceiros lerem são exemplos disso. Ilustrando essas relações, um prefácio de um tratado de matemática segundo Foucault exibe relações diversas que articulam de maneiras diferentes sujeito e texto. Elas seriam as razões e circunstâncias porque ele foi escrito; as circunstâncias de sua produção; problemas encontrados etc. Por outro lado, no mesmo tratado de matemática podem ser encontradas frases como “chamo de reta todo conjunto de pontos que...”, frases estas possuem um caráter neutro, pois poderiam ser enunciadas por qualquer sujeito de forma idêntica não podendo ser atribuídas da mesma maneira ao autor do tratado que as primeiras. As primeiras são subjetivas, já as segundas de conhecimento amplo. Assim, um enunciado deve indicar a posição em que um indivíduo deve ocupar para ser seu sujeito, e sua análise parte do texto para o sujeito e não do sujeito para o texto;
3. Um enunciado não pode existir sem um domínio associado, tendo sempre suas margens associadas a outros campos: todo enunciado necessita de um contexto, ou, de outros enunciados para ter sentido. São, portanto os elementos de situação e linguagem verbal que determinam para ele o sentido de um enunciado. Suas relações contextuais, portanto são variáveis de acordo com o espaço em que aparecem tratando-se de um romance ou tratado de física; relatório ou conversa. Todo domínio associado pressupõe um campo associado que é o contexto em que ele se inscreve e “dialoga” com outros textos, pelo conjunto de formulações em que o enunciado se refere pelo conjunto de formulações que podem ser construídas como sua consequência, sequencia natural (discursos futuros) ou réplica e pelo conjunto de formulações cujo status é compartilhado pelo enunciado. O enunciado, por ser dependente de um campo enunciativo sempre fará parte de uma série ou conjunto, desempenhando seu papel no meio de outros enunciados: “se pode falar de um enunciado, é na medida que em que uma frase (uma proposição) figura em um ponto definido, com uma posição determinada, em um jogo enunciativo que a extrapola”. (FOUCAULT, 2010, p.112)
4. O enunciado deve ter existência material: não há enunciado sem uma superfície que registre seus signos ou uma voz que o tenha proferido, ele necessita, portanto de uma substância, um suporte, um lugar e uma data. Para Foucault (2010, p.113)

“uma frase não constitui o mesmo enunciado se for articulada por alguém durante uma conversa, ou impressa em um romance; se foi escrita um dia, há séculos. E se reaparece agora em uma formulação oral”. O enunciado, neste sentido, diferente da enunciação, ele não se renova a cada acontecimento por possuir constantes gramaticais, semânticas e lógicas em que se neutralizando o momento da enunciação e as coordenadas individualizadas, reconhece-se uma forma geral como frase, significação ou proposição. Assim, uma mesma frase pronunciada por duas pessoas em condições pouco diferentes se constitui de um mesmo enunciado. Um mesmo livro publicado diferentes vezes em diferentes línguas suporta os mesmos enunciados por não haver neles mudança de identidade. Por outro lado, diferentes gêneros de textos como uma Constituição, testamento ou revelação religiosa, mesmo que suportem as mesmas frases, não se pode afirmar que sejam portadores dos mesmos enunciados, sendo desta maneira mais atrelados às instituições do que sua localização espaço-temporal.

O enunciado, para Foucault (2010) é produto da comunicação humana. Ele sempre acontece em um espaço histórico que lhe dá sentido, sendo, esse, portanto variável no tempo. Nesta perspectiva, um enunciado tem relações de igualdade ou diferença com outros textos em sua volta a partir de sua contextualização. É nesse sentido que o autor determina que:

A afirmação de que a terra é redonda ou de que as espécies evoluem não constitui o mesmo enunciado antes e depois de Copérnico, antes e depois de Darwin; não é que, para formulações tão simples, o sentido das palavras tenha mudado; o que se modificou foi a relação dessas afirmações com outras proposições, suas condições de utilização e de reinvestimento, o campo da experiência, de verificações possíveis, de problemas a ser resolvidos, ao qual podemos remetê-las. (FOUCAULT, 2010, p.116).

Em seu livro **A arqueologia do saber** (2010), Michel Foucault desenvolve o conceito de formações discursivas a partir da análise de como se constituem os domínios do saber na história das ciências humanas a partir da análise de enunciados. Dentre objetos, como a sexualidade e a prisão, Foucault analisou o conceito de loucura na história partindo de diferentes enunciados que gravitavam em torno dele. Ao tentar organizar um levantamento da representação da loucura em diferentes suportes, épocas, meios e gêneros Foucault chega às seguintes conclusões:

[...] esse conjunto de enunciados está longe de se relacionar com um único objeto, formado de maneira definitiva, e de conservá-lo indefinidamente como seu horizonte de idealidade inesgotável; o objeto que é colocado como seu correlato pelos enunciados médicos dos séculos XVII ou XVIII não é idêntico ao objeto que se delineia através das sentenças jurídicas ou das medidas policiais; da mesma forma, todos os objetos do discurso psicopatológico foram modificados desde Pinel ou Esquirol até Bleuler: não se trata das mesmas doenças, não se trata dos mesmos loucos. (FOUCAULT, 2010, p. 36)

Após sua análise, Foucault percebe que o que era considerado “loucura” em um tempo e por um grupo podia não possuir a mesma significação em outro. Mais especificamente na história, se na Idade Média a loucura era considerada uma forma sagrada de conhecimento a qual permitia ao homem uma compreensão melhor de si e era encontrada em todos os lugares (já que o louco não deveria estar isolado da sociedade), na Idade Clássica a loucura passava a ser vista como mera ausência de razão; nesse sentido, deveria ser escondida. Nesse tempo os loucos deviam ser isolados do público geral em manicômios que funcionavam em lugares outrora reservados para os leprosos. A constatação de enunciados conflitantes sobre o que era significado por loucura ao longo da história levantou um problema para Foucault que pode ser traduzido da seguinte maneira: *se a loucura não pode ser tomada como uma mesma doença ao longo da história, ou seja, mudou-se o seu conceito por mudarem os enunciados que a significam, o que garante a unidade e a continuidade de seu significante?*

Foucault (2010) tenta resolver esse problema a partir da sugestão de que a unidade e as diferenças de enunciados relacionadas ao significante loucura na história ocorrem pelo jogo das regras que repartem, multiplicam e dispersam o conceito em questão, não havendo na palavra *loucura* propriedades imanentes, mas uma relação contínua com práticas discursivas e não discursivas que são mutáveis. Tais diferenças não são fixadas à estrutura da língua que sustenta a unidade significante desse objeto (significado gramatical), mas sim determinadas pelas leis de repartição relacionadas a saberes e práticas inscritas na história que se estabelecem em relação ao mundo extralingüístico: “a unidade dos discursos sobre a loucura não estaria fundada na existência do objeto loucura, ou na constituição de um único horizonte de objetividade” (FOUCAULT, 2010, p. 37).

Se a análise arqueológica do autor parte do pressuposto teórico de que objetos das ciências humanas não significam homogeneamente ao longo do tempo, seria, portanto necessário encontrar a partir de uma massa heterogênea de enunciados algumas regularidades, sistemas e regras de formação que significariam tais objetos coerentemente em diferentes conjunturas. Aos sistemas de formação mapeáveis que multiplicam e dividem os conceitos, Foucault (2010) deu o nome de formações discursivas. As formações discursivas permitem a

identificação de uma ordem de enunciados, sendo o papel do analista de discursos sua coleta, organização e descrição. A chamada arqueologia das ciências humanas foucaultiana possui, assim, como princípio, a classificação dos sistemas de identidade das regras de formação de enunciados que constituem as significações de um determinado conceito no tempo:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. [...] Chamaremos de regras de formação as condições a que estão submetidos os elementos desta repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas éticas). As regras de formação são condições de existência (mas também coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva. (FOUCAULT, 2010, p. 43)

Um objeto discursivo como a loucura é, nessa perspectiva, historicizado por meios de classificação, como: regras de formação, condições de repartição e sistemas de dispersão de enunciados que emergem em torno deste significante. Os processos de organização e classificação das formações discursivas, portanto, acontecem positivamente, uma vez que são passíveis de ser encontradas ordens de enunciados de valor distinto que se acumulam em torno dos mesmos significantes em conjunturas históricas diferentes. Portanto, analisar um discurso é, em certa medida, o mesmo que coletar e ordenar uma rede de positividades que giram em torno de determinados objetos de discurso e os definem em certo tempo:

O discurso é constituído por um conjunto de sequências de signos, enquanto enunciados, isto é, enquanto lhes podemos atribuir modalidades particulares de existência. E se conseguir demonstrar como tentarei em seguida, que a lei de tal série é precisamente o que chamei até aqui formação discursiva, se conseguir demonstrar que este é o princípio de dispersão e de repartição, não das formulações, das frases, ou das proposições, mas dos enunciados (no sentido que dei à palavra), o termo discurso poderá ser fixado: conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação; é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico. (FOUCAULT, 2010, p. 122)

Tautologicamente, uma formação discursiva de enunciados forma um discurso; logo, a formação discursiva que forma um discurso psiquiátrico constitui o próprio discurso psiquiátrico em certo recorte (científico, histórico ou social) e não em outro. A história para Foucault é, portanto a história dos objetos de discurso, ou o estudo da significação de conceitos em relação à estrutura que os determina.

Foucault, no entanto, observa que uma formação discursiva não é um espaço homogeneamente delimitável; não se pode dizer exatamente aonde começa ou termina uma

formação discursiva. Segundo ele, não é a partir de contradições explícitas que se define se enunciados dispersos formam ordens do discurso ou não. Ou seja, não se pode definir a identidade uma formação discursiva exatamente como negação de outra. Para o autor, “as contradições automaticamente visíveis não são mais que um reflexo de superfície”, e “é preciso reconduzir a um foco único esse jogo de fragmentos dispersos” (FOUCAULT, 2010, p. 170). Não fazem, portanto, parte do projeto arqueológico de Foucault os embates entre formações discursivas, ou contradições que “opõem teses que não se referem às mesmas condições de enunciação” (FOUCAULT, 2010, p. 173). Não há, nesse sentido, um interesse do autor em analisar discursos colidentes sincronicamente acerca de um mesmo objeto, tal como é proposto nesta pesquisa.

Como os jornais analisados nesta pesquisa possuem linhas político-ideológicas diferentes que determinam uma divisão semântica contraditória do espaço discursivo, ou espaços de enunciação incompatíveis em uma mesma época, Foucault provavelmente diria que o fenômeno descrito aqui como uma colisão de formações discursivas seria uma contradição de superfície. Isto ocorreria porque por trás dos contrassensos encontrados na construção do espaço político nos dois jornais analisados haveria, em um nível mais profundo, *discurso jornalístico da República Velha no Brasil* que contrastaria com outros discursos do passado e do futuro.

Foucault, nessa perspectiva, na **Arqueologia do saber** se preocupa mais com a diferença de identidade dos objetos das ciências humanas ao longo da história do que com as disputas ideológicas. As disputas, no entanto, foram objetos de suas análises em uma fase posterior de sua obra, aí não mais arqueologia, mas a genealogia². A reflexão de Foucault (2010) sobre a divisão de discursos em formações discursivas, apesar de ser utilizada com restrições, serve nesta tese para que sejam encontrados parâmetros de ordenação de enunciados pelos sistemas de formação de discursos.

1.1.1 Sujeito em Foucault

A problemática das formações discursivas para Foucault (2010) não se encerra na coleta e análise da ordem de dispersões que formam os discursos pelo fato de também implicar numa reflexão sobre o sujeito. Se os discursos são produzidos na história, esse fato

² Em **Microfísica do poder** (2011, p. 172), o autor define a genealogia como “um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra um discurso teórico unitário, formal e científico”.

mostra a possibilidade de constante reconfiguração dos conceitos e dos sujeitos ao longo do tempo. Como a análise arqueológica constrói um campo histórico de pertinência para a criação de ordens de discursos, nela, a questão da subjetividade não é centrada na individualidade, mas na constituição do sujeito em uma trama sócio-histórica, pois nela um discurso é uma coleção e ordenação de enunciados de muitos indivíduos. É um conjunto de enunciados oriundos dos mesmos sistemas de formação de enunciados que determina a identidade de um discurso. Nesta concepção, o discurso “não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo” (FOUCAULT, 2010, p. 61). Nesta perspectiva não é o sujeito que cria a história. Ele é, ao contrário, determinado pela história, sendo, em certa medida, a arqueologia um estudo da maneira como, em cada período histórico, o sujeito é moldado pelos discursos que o determinam. Foucault (2010) além de afirmar que as subjetividades mudam de acordo com as práticas de seu tempo indica que sujeito e autor são conceitos que não possuem o mesmo valor:

Não é preciso, pois, conceber o sujeito do enunciado como idêntico do autor da formulação, nem substancialmente, nem funcionalmente. Ele não é, na verdade, na causa, origem ou ponto de partida do fenômeno da articulação escrita ou oral de uma frase; não é tampouco a intenção significativa que invadindo o silêncio das palavras, as ordena como corpo visível de sua intuição; não é o núcleo constante, imóvel e idêntico a si mesmo de uma série de operações que os enunciados, cada um por sua vez, viriam manifestar na superfície do discurso. É um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse lugar, em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra varia – ou melhor, é variável o bastante para poder continuar idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem para se modificar a cada uma. (FOUCAULT, 2010, p. 107)

Para Foucault (2010), o sujeito não é origem de sua fala por ele ser coagido pelas formas históricas dos discursos nos quais está inserido, restando-lhe a possibilidade de ocupação de lugares que determinam para ele o enunciável. Os indivíduos, assim, não são mais que reatualizadores de discursos, pois, segundo Foucault (1998), instauradores de discursividade são infrequentes como o são Freud, Marx e Nietzsche nas ciências humanas. A partir de suas reflexões sobre as formações discursivas, Foucault tenta retirar do sujeito o seu papel de fundador de discursos, colocando-o como função complexa e variável.

Em **A ordem do discurso** (2011), Foucault apresenta de forma detalhada o poder cerceador imposto pelos discursos às subjetividades. Nesse livro, que é a sua aula inaugural

no Collège de France, lecionada em 2 de novembro de 1970, o autor estabelece quatro categorias que determinam as subjetividades dos indivíduos que enunciam:

1. *Ritual*: diz respeito às qualificações que permitem que um sujeito possa proferir um enunciado e à série de comportamentos que devem acompanhá-lo para ‘garantir a eficácia de suas palavras, não podendo estar dissociados dessa prática os discursos religioso, judiciário e político;
2. *Sociedades de discurso*: conservam e produzem discursos para que eles funcionem em espaços restritos, devendo cada espaço ser conservado e defendido;
3. *Doutrinas*: que se difundem e se transmitem apresentando uma lógica de pertença recíproca de um grupo e a demarcação de sua diferença em relação a todos os outros;
4. *Apropriação social dos discursos*: a educação, apesar de acessar qualquer tipo de discurso, é o lugar político da apropriação, modificação e manutenção e divulgação dos discursos, saberes e poderes.

O sujeito em Foucault tem sua subjetividade produzida em função de uma série de restrições determinadas pela formação discursiva em que enuncia; pelo que ele está qualificado a dizer, pelas reservas dos espaços do dizível, pelas regras sociais, sendo respaldado por quais organizações e tendo tido qual modelo de educação. Estas restrições cunham um “sujeito transindividual”³, ou, que tem expressão de sua individualidade cerceada por restrições historicamente determinadas. O sujeito, a partir deste ponto de vista, é plural.

Faz-se, portanto, imprescindível nesta pesquisa uma reflexão sobre o sujeito foucaultiano; isso porque como será demonstrado aqui a partir de reflexões sobre a autoria e suporte no terceiro capítulo, nos jornais analisados o autor/sujeito individual não pode ser princípio de organização de textos jornalísticos, mas as formações discursivas em que eles se inscrevem que determinam seus dizeres. Nas análises em que o autor é citado nesta tese objetiva-se mostrar como ele se dispersa em um texto que possui seu sentido já determinado pela formação discursiva em que enuncia o que não é o mesmo categorizá-lo como origem de um texto ou princípio ordenador de textos. Parte-se, assim, da concepção de que na ordem do discurso pouco importa quem escreve; os autores se encontram inscritos em formações

³ Lucien Goldman utiliza-se desta expressão para definir o sujeito em Foucault na discussão da palestra "O que é um autor?", **Bulletin de la Société Française de Philosophie**, 63º ano, n. 3, julho-setembro de 1969, p. 73-104. (Société Française de Philosophie, 22 de fevereiro de 1969; debate com M. de Gandillac, L.Goldmann, J. Lacan, J. d'Ormesson, J. Ullmo, J. Wahl)

discursivas e, por isso, são coagidos a produzir determinados tipos de enunciados pelas posições que ocupam. Estas posições que determinam o enunciável são interesse capital em análises de discursos.

1.1.2 Memória em Foucault

Pelo fato de que o sentido de um enunciado não remete apenas à situação imediata que provoca sua enunciação, mas, também, a enunciados que o precedem e que o seguem é possível pensar em uma memória que varia de acordo com a formação discursiva em que enuncia um indivíduo. As diferenças de sentido entre os mesmos enunciados para Foucault (2010) acontecem em função do *campo de utilização* em que ele aquele que enuncia (sujeito) encontra-se inserido sendo cada campo historicamente determinável e consequente apreensível. Um enunciado em Foucault (2010) é idêntico a outro a partir do momento em que ambos acontecem no interior de um mesmo campo de utilização, ou formação discursiva. A diferença de enunciados, portanto, ocorre a partir de diferenças de filiações mobilizadas na enunciação, ou seja, a outros enunciados que os precedem, os seguem, os justificam ou denegam. O enunciado para ele portanto:

Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem. (FOUCAULT, 2010, p.31,32)

Assim, se os enunciados devem necessariamente estar apoiados em campos de memória, será a diferença entre tais campos e a recorrência de enunciados de mesmo valor em um mesmo campo que determinará se eles fazem ou não parte de formações discursivas diferentes. A filiação de um enunciado a um ou outro *domínio de memória*, além de determinar diferenças de valor (como “evolução animal” antes e depois de Darwin), também revela os lugares em que tais diferenças se sustentam. Tais filiações “formam o antecedente do que se revelará e funcionará como um conhecimento ou uma ilusão, uma verdade admitida ou um erro denunciado, uma aquisição definitiva ou um obstáculo superado” (FOUCAULT, 2010, p.203).

Sem os *domínios de memória* que dão suporte aos enunciados sua ocorrência em diferentes contextos seria esquizofrênica:

Finalmente, o campo enunciativo comprehende o que se poderia chamar um *domínio de memória* (trata-se dos enunciados que não são mais nem admitidos nem discutidos, que não definem mais, consequentemente, nem um corpo de verdades nem um domínio de validade, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica). (FOUCAULT, 2010, p. 64)

O domínio de memória diz respeito ao passado, ou ao “combustível” que uma formação discursiva se abastece para que seus discursos possuam efeitos de verdade. Esses efeitos são apreensíveis nos próprios enunciados. Sem domínios de memória, os discursos como objetos que se definem a partir da diferença de identidade não teriam um lastro ou conexão com o passado; logo, não seriam passíveis de comprovação na história do pensamento. Assim sendo, cada enunciado significa à sua maneira a partir de sua relação com outros enunciados e com a memória da filiação em que se inscreve.

Do ponto de vista metodológico em que é necessária a ordenação de enunciados para a análise arqueológica de um conceito, segundo Judith Revel (2005), são dois os tipos de acontecimento em Foucault: o acontecimento discursivo e o arqueológico. O acontecimento discursivo se refere a regularidades nos enunciados instauradas por um acontecimento arqueológico; já o acontecimento arqueológico é relativo à novidade na instauração de um discurso que rompe com uma tradição e proporciona novas séries de enunciados:

O cruzamento de uma história serial e uma história acontecimental – série e acontecimento não constituem o fundamento do trabalho histórico, mas seu resultado a partir do tratamento de documentos e arquivos que permite fazer, ao mesmo tempo, dispositivos e pontos de ruptura, planos de discurso e falas singulares, estratégias de poder e focos de resistência etc. (REVEL, 2005, p. 59)

O acontecimento arqueológico incide como novidade e traz consigo o surgimento de séries de enunciados (acontecimentos discursivos) que se repetem, refutam, denegam e se transformam (CASTRO, 2009). Foi com a publicação da **Arqueologia do saber** que se deu, por exemplo, o acontecimento arqueológico da origem do conceito de *formação discursiva*, fato que gerou séries de acontecimentos discursivos relativos a esse conceito transformando-o de maneiras distintas como o fez, por exemplo, Michel Pêcheux. A ressignificação do conceito de formações discursivas por Pêcheux em relação àquele criado por Foucault poderia fazer com que “criador e criatura tornassem-se quase estranhos um ao outro”; apesar de ter cunhado o conceito de formação discursiva, Foucault provavelmente não o reconheceria em

Pêcheux. Se não há diferença no nível do significante “Formações Discursivas”, no nível da significação Pêcheux as relaciona à teoria marxista e ao estruturalismo Althusseriano criando um domínio de memória diferente para o conceito de Foucault que, segundo Castro (2009) toma como base a genealogia de Nietzsche. O resgate de elementos do marxismo como o ideologia na teoria das formações discursivas, termo sempre tomado com diversas ressalvas por Foucault⁴, faz com que a teoria do discurso de Pêcheux possua uma filiação ou um campo de memória em alguns momentos até mesmo polêmico em relação àquele de Foucault, apesar de este último ter cunhado tal conceito. Há, assim, no mesmo significante, uma memória difusa impressa que se difere pela instância de enunciação. Nesse sentido, os dois conceitos de formação discursiva se delimitam por diferenças de identidade, coexistindo em diferentes campos de presença:

A configuração do campo enunciativo compreende, também, formas de *coexistência*. Estas delineiam, inicialmente, um *campo de presença* (isto é, todos os enunciados já formulados em alguma outra parte e que são retomados em um discurso a título de verdade admitida, de descrição exata, de raciocínio fundado ou de pressuposto necessário, e também os que são criticados, discutidos e julgados, assim como os que são rejeitados ou excluídos); nesse campo de presença, as relações instauradas podem ser da ordem da verificação experimental, da validação lógica, da repetição pura e simples, da aceitação justificada pela tradição e pela autoridade, do comentário, da busca das significações ocultas, da análise do erro; essas relações podem ser explícitas (e, por vezes, formuladas em tipos de enunciados especializados: referências, discussões críticas) ou implícitas e introduzidas nos enunciados correntes. (FOUCAULT, 2010, p. 63-64)

Um domínio de memória se constitui por um campo de presença específico que é determinado por elementos como a tradição e a validação lógica. As formações discursivas como ordenações de enunciados de mesmo valor se constituem a partir de domínios de memória nos quais estes enunciados se retroalimentam, coexistem e se denegam. A memória do discurso, por não ser relativa a um sujeito-origem, se funda em uma relação de diferença de filiações. O acontecimento discursivo é único (não se repete), e isso faz com que nenhum enunciado seja idêntico a outro se tomada sua instância de enunciação; por outro lado, os enunciados se repetem, como diferenças que se delimitam enquanto filiadas a uma mesma rede de memória. É a partir da gênese que esses enunciados possuem com enunciados anteriores que se pode pensar em uma história das práticas e, consequentemente, em análises de discursos.

⁴ Conforme Foucault (2011, p. 7).

1.2 Formações discursivas em Pêcheux

Segundo Pêcheux (2011), são três os momentos fundamentais de sua Análise do Discurso: a AD-1, que explora metodologicamente a noção de maquinaria discursivo-estrutural; a AD-2, que justapõe os processos discursivos e tematiza seu entrelaçamento desigual; e, por fim, a AD-3, que tem como papel a desconstrução das maquinarias discursivas. O conceito de formação discursiva, emprestado de Foucault e ressignificado com base nas lutas de classe, foi segundo Gregolin (2007) primeiramente utilizado na AD-1 sendo atribuída lá aos clássicos do marxismo e tendo um caráter de invariância que acontecia a partir das paráfrases. Este conceito foi ganhou novos sentidos na AD-2 tendo sido pouco discutido na terceira fase de seu trabalho. Pela constante revisão de sua teoria, realizar uma unificação do trabalho de Pêcheux é uma tarefa quase impossível, de maneira que, aqui, serão discutidas brevemente suas visões acerca das formações discursivas, sobretudo na AD-2 sem o interesse de exauri-las.

Em *Semântica e discurso* (2009) Pêcheux conceitua as formações discursivas como materializações de formações ideológicas (posições de antagonismo em uma luta de classes) que são matriz do pensamento, ou lugares que determinam os discursos, *grosso modo*, como o que pode e deve ser dito em determinado contexto. Segundo Pêcheux, as formações discursivas são:

aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de lutas de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição de um programa etc.). (PÊCHEUX, 2009, p. 147)

Nesse sentido, se a luta de classes é reproduzida pelos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE)⁵, ela se expressa linguisticamente, estando a ideologia implicada nos enunciados produzidos a partir dos AIE. Os AIE, desse modo, uma vez inseridos em uma formação ideológica de dominação burguesa, estabilizam os dizeres em torno daquilo que pode e deve ser dito, como enunciados que reproduzem a visão burguesa das coisas. É a ideologia burguesa que é reproduzida nos sermões da igreja, nas matérias jornalísticas, nos programas de televisão, nas salas de aula, enfim, nos enunciados originários dos AIE que são repetidos pelos indivíduos. Pêcheux (2009) dá alguns exemplos que demonstram o funcionamento do

⁵ Para Althusser (1992), os aparelhos ideológicos de estado – AIE –, são instituições privadas e especializadas, como a escola, a família, a religião, a política, o sindicalismo, a informação e o entretenimento que escapam ao domínio do estado funcionando através da ideologia.

sentido dominante dos AIE por meio de enunciados, como: “Um soldado francês não recua”. Este dizer reflete uma realidade imposta, de maneira que, para o indivíduo francês, ela se torna transparente – “todo mundo sabe que um soldado francês não recua”.

Asserções como “um soldado francês não recua” se constituem como representantes de um passado que sempre existiu e que, portanto, é considerado verdadeiro em uma conjuntura determinada. Esse “sempre já aí” do discurso de Pêcheux é nomeado de “pré-construído do interdiscurso”, ou, algo que fornece a “matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita” (PÊCHEUX, 2009, p. 153). A partir do olhar de Pêcheux sobre o discurso, assim como o de Foucault (2010), pode-se afirmar que é o exterior (práticas e ideologia) que determina aquilo que é dito sobre as coisas, não havendo sentido nelas mesmas. Dessa maneira, para Pêcheux (2009), é a ideologia dominante que determina como o proletariado vê e, consequentemente, enuncia, sendo as formações ideológicas materializadas em formações discursivas que são matriz do pensamento determinadas pela burguesia. O discurso do sujeito que, quando inserido em uma formação discursiva reproduz a ideologia dominante, é refletido como espelho do discurso de outros sujeitos, fato que pode ser comprovado materialmente a partir de fenômenos de substituição metafórica⁶ de palavras ou sintagmas. Para Pêcheux (2009) em uma mesma formação ideológica aquilo que é dito em um lugar é dito em outro lugar com o mesmo sentido sem que as palavras sejam necessariamente as mesmas a partir de efeitos metafóricos, fato que indica que estes dizeres parafraseados são originários de uma mesma formação discursiva. Para Pêcheux (2009) ainda, é somente a partir do momento que o indivíduo enuncia e incorpora os elementos da formação discursiva que o domina que ele se torna sujeito, assujeitando-se, no mesmo movimento, à formação discursiva dominante. É na sujeição do indivíduo que ele e se reconhece a si mesmo e a seus pares. As formações discursivas são, desse modo, para Pêcheux:

[...] espaços de reformulação-paráfrase onde se constitui a ilusão necessária de uma “intersubjetividade falante” para qual cada um sabe de antemão o que o outro vai pensar e dizer [...], e com razão, já que cada um reproduz o discurso do outro. (PÊCHEUX, 2009, p. 161)

Dessa maneira, as formações discursivas são vistas pelo autor como espaços socialmente divididos em que, entre os sujeitos, há certa previsibilidade sobre o que pode ser

⁶ Pêcheux (1997,p.96) chama de efeito metafórico “o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual” que funciona entre duas sequências de discursos.

dito. Os valores, os mitos, os preconceitos, a atualidade científica ciência e outros objetos que são divididos socialmente são considerados como únicos por cada grupo social, havendo entre seus membros uma partilha simbólica da forma com que interagem com a realidade. É nesse nível que as formações discursivas são espaço de paráphrase, reformulação e assujeitamento – *aquilo que é dito por mim é dito também por outros com outras palavras, mas, com o mesmo sentido, sendo estes nossos dizeres reflexos da verdade, virtude, da ética etc.*

Tais espaços de paráphrase são tomados por grupos sociais como reais, porque, para Pêcheux, um sujeito-falante não pode enunciar do exterior da formação discursiva que o domina. Esse sujeito falante, no entanto, não tem a consciência ou “se esquece” de que enuncia a partir de uma formação discursiva dominante e, por isso mesmo, acredita que seus dizeres são a representação unívoca da realidade. Pêcheux define assim tais esquecimentos:

Concordamos em chamar esquecimento nº 2 ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráphrase – um enunciado forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada.

Por outro lado, apelamos para a noção de esquecimento nº 1, que dá conta do fato de que o sujeito falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o esquecimento nº 1 remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior determina a formação discursiva em questão. (PÊCHEUX, 2009, p.161-162)

A interpretação da realidade pelo sujeito-falante, assim, para Pêcheux, a partir do pensamento “eu sei o que estou dizendo” dá impressão de que o falante é a origem do discurso, sendo que, de fato, ele somente reproduz discursos outros havendo aí uma ilusão de autonomia. Há nesse fenômeno, portanto, um processo de identificação simbólica representado gramaticalmente pela metáfora e pela metonímia. Os dois esquecimentos são, assim, relativos à falta de liberdade do falante em selecionar aquilo que irá dizer; ele se esquece do fato de que apenas ocupa espaços e que “suas” formulações já foram determinadas pela formação discursiva na qual enuncia.

Grande parte de sua teoria das formações discursivas, no entanto, foi contestada por Pêcheux mesmo em sua AD-3, principalmente o que chamou de “tríplice aliança”, ou sua tentativa de articular a partir das formações discursivas o marxismo, a linguística e a psicanálise. Para Pêcheux (2009), no texto III dos anexos de **Semântica e discurso**, escrito

três anos após **Les Vérités de La Palice**⁷ e chamado de *Só há causa daquilo que falha ou inverno político francês: início de uma retificação*, o autor reconhece que o maior problema da sua teoria de até então foi “não reconhecer o adversário no interior da cidadela teórica que se organizava para resistir aos ataques exteriores deste adversário” (PÊCHEUX, 2009, p. 270). Aquilo que o pensador designa como “adversário” é o proletariado, pois, segundo ele, em sua teoria anterior, o proletariado era incapaz de se rebelar contra o sistema capitalista, ficando, assim, sempre preso à formação discursiva na qual enunciava.

Pêcheux (2009), desse modo, relata que em **Vérités de La Palice** sua teoria havia ignorado a prática, e que, consequentemente, precisava ser corrigida. Tais correções mostravam que a teoria dos esquecimentos era problemática, pois, segundo ele, nela o sujeito-proletário não possuía um inconsciente. Pêcheux, nessa direção, afirma que não há “unidade psicanalítica” como ele havia tentado provar em **Semântica e discurso**: “levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha, eis precisamente algo que falha em **Les vérités de La Palice**” (PÊCHEUX, 2009, p. 276). Pêcheux, assim, tentava desfazer-se do mito platônico de **Les vérités de La Palice** de que o proletariado se encontrava na caverna do assujeitamento, e que somente uma espécie de desidentificação metanoica poderia “salvá-los das trevas do capitalismo”. Baseando-se em Lacan, Pêcheux afirma, em sua revisão de conceitos, que o sujeito é dividido, sendo tal divisão manifestada de diferentes maneiras, como pelo ato falho e pelo lapso. A interpelação ideológica que assujeita o sujeito, se tomada como ritual, deve, assim, ser um “ritual que falha”. No proletariado podem ser encontradas formas de resistência e revolta: “formas fugidas de alguma coisa “de uma ordem”, vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em cheque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio” (PÊCHEUX, 2009, p. 278). A partir desses apontamentos, Pêcheux desestabiliza sua teoria dos esquecimentos constatando que o inconsciente não coincide com a ideologia, pois há sempre a possibilidade de revolta não havendo dominação sem resistência.

Na mesma direção de revisão de conceitos sobre a relação entre ideologia, linguística e inconsciente há outro texto de Pêcheux que se destaca. Sua entrevista em conjunto com Françoise Gadet sobre o livro **A língua inatingível**, publicada no **Canadian Journal of Political and Social Theory**, em 1983. Como já citado, tal reflexão já havia sido realizada em 1979 em *Só há causa daquilo que falha ou inverno político francês: início de uma*

⁷ O livro **Les vérités de La Palice** foi lançado na França em 1976; já no Brasil, e com o nome de **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio, sua primeira edição data de 1988, havendo nele três anexos escritos após a publicação do texto francês e, dentre eles, *Só há causa daquilo que falha ou inverno político francês: início de uma retificação*.

retificação; no entanto, na entrevista **A língua inatingível** Pêcheux (além de questionar a falta de unidade no sujeito) também mostra que nas sociedades capitalistas há mitos que são diferentes daqueles difundidos pela ideologia dominante em uma luta de classes:

Será que não existiriam, nessas mesmas sociedades, outros e diferentes mitos? Será que esses mitos não poderiam ser reativos, contraditórios, antagônicos e até mesmo capazes de revelar a existência de ideologias dominadas subordinadas à ideologia dominante, ainda que fossem distintas? (PÊCHEUX, 2011, p. 95)

Pensando os mitos sociais, Pêcheux (2011) entende então que os processos ideológicos acontecem de maneira heterogênea, de forma que diversos movimentos de resistência constantemente ameaçam a ideologia dominante. As ideologias dominadas trabalhariam, assim, nas próprias falhas que constituem a dominação das dominantes. A estes movimentos de contestação Pêcheux deu o nome de “lutas ideológicas de movimento”. Elas seriam disputas e embates móveis em terrenos diversos como o da sexualidade, da vida privada e da educação: lugares em que a dominação da classe burguesa se reproduz. Para Pêcheux, a consequência analítica mais importante das lutas de movimento diz respeito ao paradoxo lógico que elas pressupõem. Para ele, objetos ideológicos como o trabalho, a sexualidade, a natureza, a ciência ou a razão não podem ganhar o *status* de objetos lógicos: “estes objetos apenas existem como relações de forças historicamente móveis, como movimentos flexíveis que são surpreendentes por causa do paradoxo que eles possuem” (PÊCHEUX, 2011, p. 97). Pêcheux ainda afirma que tais processos contraditórios podem ser relacionados com fenômenos da linguagem, como as mudanças metafóricas de sentido, os paradoxos e os jogos de palavras.

A propaganda política pode ser descrita como luta de movimento, pois em uma disputa política estão em jogo objetos contraditórios, pelo fato de a política prever a situação e a oposição/dominação e resistência, mesmo em regimes totalitários. As palavras, nesse sentido, assim como define Bakhtin (2010, p. 67), funcionam “como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória”.

Pêcheux não afirma que as lutas de movimento são fruto de formações discursivas antagônicas em choque, mas o conceito das lutas de movimento espelha muitas de suas reflexões sobre as formações discursivas no momento de sua sistematização em **Semântica e discurso** como “sistema de relações de substituição, paráfrases, sinônimas etc., que funcionam como elementos linguísticos – “significantes” em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, 2009, p. 148). Nestes fenômenos, é possível encontrar sistematizações que

definem posições ideológicas de enunciadores embasadas nos mesmos sistemas de formação. Pela simplificação do conceito pêcheuxtiano de formação discursiva, por meio da exclusão dos esquecimentos em virtude das lutas de movimento, é possível analisar diversos tipos de discursos e suas relações de choque que produzem sentidos na história.

1.2.1 Sujeito em Pêcheux

Alguns dos temas principais do trabalho de Pêcheux (2009) giram em torno da relação entre a constituição do sujeito e do sentido, tendo esta relação sido modificada ao longo de sua trajetória filosófica como já apontado no item anterior. Se na AD-2 Pêcheux se contenta em dizer que os AIE “fabricam” a subjetividade do proletariado, na AD-3 ele se concentra em compreender como o sujeito se encontra cindido nos enunciados; sua heterogeneidade. Traçando uma relação entre os dois momentos de sua teoria do sujeito (talvez o principal ponto de intercessão da AD-2 e AD-3), a maior virtude de **Semântica e discurso**, segundo Maldidier (2003), diz respeito àquilo que Pêcheux chama de “efeito de Munchhausen”, ou à ideia de que o sujeito não é origem daquilo que enuncia:

Se é verdade que a ideologia “recruta” sujeitos entre os indivíduos (no sentido que os militares são recrutados entre os civis) e que ela os recruta a todos, é preciso, então, compreender de que modo os “voluntários” são designados nesse recrutamento, isto é, no que nos diz respeito, de que modo todos os indivíduos recebem como evidente o sentido do que ouvem e dizem, leem ou escrevem (do que eles querem e do que se quer lhes dizer), enquanto “sujeitos falantes”: compreender realmente isso é o único meio de evitar repetir, sob a forma de uma análise teórica, o “efeito Munchhausen”, colocando o sujeito como origem do sujeito, isto é, no caso de que estamos tratando, colocando o sujeito do discurso, como origem do sujeito do discurso. (PÊCHEUX, 2009, p. 144)

O sujeito, nesse olhar, não sabe que tem sua subjetividade determinada, em certa medida, pelas práticas sociais recebendo o sentido como evidente. Tendo como pressuposto que o sujeito tem a impressão de ser dono daquilo que diz não o sendo, é papel do analista do discurso compreender como sentidos são tomados como evidentes quando, na verdade, eles não o são, bem como os momentos de ruptura de tais sentidos. A noção de efeito de Munchhausen retira o sujeito do centro do sentido e mostra que o sentido é opaco, havendo momentos de interpretação e identificação nas tomadas de posição do enunciador. As diferenças em relação ao sujeito da AD-2 para a AD-3, assim, não se referem à natureza exterior do sentido, mas, à maneira como os enunciadores se relacionam com o sentido. Se na AD-2 o sujeito é assujeitado à ideologia dominante e a reproduz sem questioná-la, na AD-3

há espaço para a ruptura; logo, para a heterogeneidade. Segundo Maldidier (2003), na AD-3 a mudança de direção filosófica de Pêcheux ocorre por uma aproximação sua com as teorias de Foucault. Além de Foucault, outra influência de Pêcheux na AD-3, segundo Maldidier (2003), foi a linguista Jacqueline Authier-Revuz (2004), que realizava pesquisas sobre a presença do *outro* nas formas de discurso relatado⁸. Assim sendo, o foco de Pêcheux se concentrou no discurso do *outro* que emerge o discurso do *eu*, mais precisamente, em um discurso do sujeito como *outro*:

discurso do sujeito se colocando em cena como um outro e de “um além interdiscursivo” que vem aquém de todo autocontrole funcional do “ego-eu” enunciador estratégico que coloca em cena “sua” sequência, estruturar esta encenação (nos pontos de identidade nos quais o “ego-eu” se instala) ao mesmo tempo em que desestabiliza (nos pontos de deriva em que o sujeito passa no outro, onde o controle estratégico de seu discurso lhe escapa). (PÊCHEUX, 1997, p. 311)

O sujeito, na terceira fase de Pêcheux, é um que no fio de seu discurso abre inconscientemente espaço para outros sujeitos, havendo aí momentos de identidade e de ruptura pela presença do *outro* no discurso do *eu*. É a presença do *discurso-outro* que cinge o sujeito, de forma que a heterogeneidade é possivelmente apreensível nos enunciados que formam sequências discursivas:

[...] a descrição de um enunciado ou de uma sequência coloca necessariamente em jogo (através da detecção de lugares vazios, de elipses, de negações e interrogações, múltiplas formas de discurso relatado...) o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa sequência (PÊCHEUX, 2008, p. 54-55)

No fio do enunciado há outras presenças que não a do enunciador, como ocorre no uso das aspas e das glosas. Para Pêcheux, é por haver o *outro* na sociedade que se abre a possibilidade de interpretação, pois é a partir do *outro* que “as filiações históricas podem se constituir em memórias, e as redes sociais em redes de significantes” (PÊCHEUX, 2008, p. 54). Orlandi (2009) divide esta perspectiva com Pêcheux ao afirmar que a própria condição da linguagem é a incompletude, sendo essa falta o lugar da abertura do simbólico e do possível.

Essa perspectiva de sujeito heterogêneo e de que um discurso presume outros discursos que o reafirmam ou denegam é de fundamental importância para esta tese, pois a partir dela é possível compreender o mecanismo polêmico em que é construída a propaganda política nos jornais analisados. Uma propaganda política, como todo tipo de discurso,

⁸ Para um aprofundamento das questões do outro no discurso ver – Jacqueline Authier-Revuz: as formas do discurso relatado. Observações sintáticas e semânticas a partir dos tratamentos propostos.

pressupõe outro discurso ou ela não seria necessária, sendo que um dos papéis da análise do discurso é descrever como esse discurso *outro* emerge no fio do discurso do *eu* enunciador.

1.2.2 Memória em Pêcheux

História, memória e língua caminham lado a lado em Pêcheux pela noção de interdiscurso. Segundo Maingueneau & Charaudeau no **Dicionário de análise do discurso** (2008), interdiscurso é uma categoria complexa, pois se refere em sentido restrito a conjuntos de discursos que se delimitam reciprocamente, como em Courtine, assim como, em sentido amplo, à noção de memória discursiva enquanto conjunto de unidades discursivas que pertencem a um mesmo gênero e discursos contemporâneos nos quais um discurso se relaciona implícita ou explicitamente, como em Pêcheux.

O conceito de interdiscurso em Pêcheux (2009) implica as noções de pré-construído e articulação. No interdiscurso, são os pré-construídos que articulam a língua à ideologia, tendo como característica essencial a preexistência dos objetos de pensamento em relação ao pensamento dos sujeitos da enunciação:

Concluiremos esta primeira aproximação do problema do pré-construído destacando, como uma sua característica essencial a separação fundamental do pensamento e do objeto de pensamento com a pré-existência deste último, marcada pelo que chamamos uma discrepância entre dois domínios de pensamento, de tal modo que o sujeito encontra um desses domínios como o impensado de seu pensamento, impensado este que, necessariamente pré-existente ao sujeito. (PÊCHEUX, 2009, p. 93)

Assim, o lugar de onde um sujeito enuncia determina o que ele dirá a respeito de um objeto havendo aí uma tensão entre o pensado e impensado. Na **Gazeta do Norte** de 29/03/1930 há, por exemplo, como manchete, uma citação direta do então presidente do Banco do Brasil, Carvalho de Brito, com os seguintes dizeres:

- “Não há forças capazes de arrebatar das mãos de Vianna a futura presidência de Minas”.

Já na **Folha do Norte** de 05/04/1930, em resposta ao enunciado, há as seguintes afirmações:

- Acham os concentristas que o povo mineiro é “deshumano” (*sic*), repelindo o seu candidato dahi (*sic*), ao dizerem que nenhuma “força humana” será capaz de lhe arrancar a governança. Decerto, pois se a humana se representa pela meia dúzia que o

apoia, não poderá, nem deve, lhe arrancar. A gente, ouvindo isso, dá uma gargalhada [...].

Nas duas acepções contrárias sobre o sucesso de Mello-Vianna nas eleições há um confronto de previsões e crenças sobre quem será o futuro presidente do estado. O primeiro caso se justifica na **Gazeta** porque, segundo o jornal, mesmo com o fato de o então presidente Antônio Carlos Andrade ter comprado os políticos dos municípios mineiros em busca de apoio ao seu candidato, que era Olegário Maciel, “o furacão que ainda sopra o povo mineiro guarda, dentro da alma, o nome de seu candidato”; logo, não haveria forças capazes de deter Vianna. Já na **Folha**, em forma de chacota, há uma argumentação de quantidade que retruca os enunciados da **Gazeta**, chamando os correligionários de Vianna, em alguns momentos, de “gatos pingados” e, em outros, de “meia dúzia”. Há, assim, nos exemplos acima, uma discrepância de domínios de pensamento: se, para Carvalho de Brito, não há forças capazes de arrebatar a vitória de Mello-Vianna, uma vitória de Maciel seria impensável, sendo que, para a **Folha do Norte**, este enunciado é risível.

Os fenômenos de articulação metafórica da língua como aquele que substitui “concentristas” por “gatos pingados”, ou aquela que junta os sintagmas “não há forças capazes de arrebatar das mãos de Vianna” e “futura presidência de Minas” expressam materialmente as duas forças que enunciam pelos jornais. Nesses processos é a falsa consciência de que há transparência entre as palavras e os objetos que produzem contradições, que, nessa perspectiva, não passam de discrepâncias entre domínios ideológicos que tomam forma material linguisticamente.

Pêcheux (2009), que toma emprestada de Frege a análise da relação *objetos* (denotação) / *pensamento* (sentido), realiza uma analogia desta relação a partir do discurso. Para Frege, um objeto é tudo aquilo que não uma função, sendo os objetos valores de uma função. Os objetos são, assim, para ele, “resultado da saturação de uma função por um argumento que venha ocupar o “lugar vazio” dessa função” (PÊCHEUX, 2009, p. 96). Já para Pêcheux, a relação entre um objeto e seu atributo é materialmente apreensível na língua, sendo ela motivada por diferentes domínios que determinam diferentes sentidos aos objetos. Às diferentes direções tomadas por sujeitos que enunciam a partir de diferentes Formações Discursivas, Pêcheux (2009, p. 118) dá o nome de *processo de identificação* “se eu estivesse onde tu (você)/ele/x se encontra, eu veria e pensaria o que tu (você)/ele/x vê e pensa”.

Tais relações entre os objetos e o pensamento se dão no nível do intradiscorso que é o “efeito do interdiscurso sobre si mesmo”, uma “interioridade” determinada como tal “do

exterior” (PÊCHEUX, 2009, p. 154). O intradiscorso é o enunciado, ou aquilo que foi efetivamente proferido por meio de qualquer canal de comunicação de um enunciador para um enunciatário com um fim qualquer. Na teoria de Pêcheux, o intradiscorso é aquilo que foi efetivamente “dito”, sendo tal enunciado determinado exteriormente. Não há, assim, uma linguagem original do “eu” como ilustrado por Pêcheux por meio do efeito Munchhausen, mas aquilo que é dito é determinado pela memória e a memória possui filiações, ou seja, há diferentes “gêneros” de memórias. Ainda é no fio do discurso que são encontrados diversos outros discursos que fogem do controle do sujeito; é nesse lugar que se encontram marcas da heterogeneidade do interdiscorso; é no intradiscorso que ele se divide. É fundamental reiterar que aquilo que Pêcheux denomina de memória discursiva não é o mesmo que a memória individual psicológica:

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem reestabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 2010, p. 52)

A memória discursiva implica um campo discursivo dividido entre interlocutores que permite a inteligibilidade de uma enunciação. Mesmo que um texto se ancore em relações de articulação que sustentam um texto de forma contraditória, se ele é legível, ele tem como base o mesmo universo de sentido do interlocutor; logo, há aí a presença da memória discursiva mesmo que esta seja contraditória em relação a outras memórias. São as diferentes filiações de memória no interdiscorso que possibilitam a organização de sistemas de formação das formações discursivas.

As contradições exteriores se consolidam no intradiscorso pela articulação material entre o sujeito e o discurso no sistema linguístico, que possui como característica singular a possibilidade de substituição entre elementos como palavras, proposições e expressões. Estas substituições podem ocorrer por meio de efeitos metafóricos, processos enunciativos e sintáticos diversos, o que possibilita o paradoxo e as contradições típicas de matrizes de pensamento opostos, ou formações discursivas distintas. O sujeito no interior de uma formação discursiva, a partir da memória discursiva daquilo que “sempre esteve lá”, ou “sempre existiu desta forma”, enuncia como se não houvesse um *discurso-outro*, que emerge

naquilo que Orlandi (2009) chama de silêncio⁹, ou, nas diferentes relações entre objetos e o pensamento e suas articulações com a memória.

Trazendo-se a perspectiva da alteridade e da memória no discurso ao arquivo que constitui esta pesquisa, tem-se no jornal **Gazeta do Norte** uma definição do presidente do Banco do Brasil, Carvalho de Brito, como *grande mineiro*¹⁰, enquanto na **Folha do Norte** ele é definido como *aquele que jurou aniquilar Minas*¹¹. Estas são, tipicamente, asserções que mostram diferentes matrizes de pensamento funcionando sobre diferentes domínios de memória discursiva pelas informações contraditórias que são trazidas no interdiscurso em cada um dos dois domínios. Se Carvalho de Brito é considerado um grande mineiro na **Gazeta do Norte**, ou se o nome Carvalho de Brito se articula com esta qualificação, é porque nas redes memória da Formação Discursiva da qual faz parte esse jornal, o político supostamente realizou um ato “glorioso”. Já na **Folha do Norte** o político supostamente *jurou aniquilar Minas* por ter sido quase morto em Montes Claros, revoltando-se, por isso, contra Minas Gerais e jurando destruir o estado; logo, eis aí outra forma de articulação pelo uso da relativa “que” que o desqualifica. É pelo fato de que Carvalho de Brito pode ser substituído por elementos negativos, por meio de uma relativa em um jornal e positivos, por aposição em outro jornal (formas de articulação com qualidades opostas), que se pode dizer que o sentido não é único nem transparente, mas são criados efeitos de sentido diferentes de acordo com a Formação Discursiva na qual um sujeito enuncia.

1.3 Foucault e Pêcheux: articulações

Até agora foram discutidas condições fundamentais do discurso em Foucault e Pêcheux sem, no entanto, se tentar articular as duas perspectivas. Como já foi apontado anteriormente, nas ciências da linguagem não há um entendimento que determine exatamente o que seja o discurso; logo, ao se realizar uma pesquisa da área da Análise do Discurso é preciso determinar a partir de qual perspectiva ele será pensado ou realizar uma combinação de algumas categorias; neste trabalho foi adotada a segunda opção.

⁹ Mais detalhes a esse respeito podem ser encontrados em Orlandi: **Análise de discurso – princípios e procedimentos**.

¹⁰ **Gazeta do norte**, Montes Claros, 19/10/1929.

¹¹ **Folha do norte**, Montes Claros, 11-04-1930.

Considera-se aqui que para os dois autores há um nível de expressão do eu que é plural, para ambos as formações discursivas são textualizações que refletem gêneros de pensamento, ou formas de pensar que são historicamente/ideologicamente definidas. São gêneros de pensamento que estão em jogo quando se diz “um soldado francês nunca recua”, *Deus é brasileiro*, ou *o homem é um primata*. As formações discursivas, dentro dessas perspectivas, se constituem como matrizes que determinam “gêneros”¹² de pensamento que podem ser organizados textualmente por um analista de discursos.

Pêcheux e Foucault também consideram que a memória é constitutiva do discurso sendo que Pêcheux desenvolveu dispositivos de análise da memória a partir de fenômenos linguísticos como a metáfora a paráfrase e o encaixe sintático. Portanto, para ambos as formações discursivas são divisões materiais (semânticas) de enunciados que se apoiam nos mesmos sistemas de formação que se dividem materialmente por filiações a diferentes campos de memória.

Como nesta tese foram analisados jornais em relação polêmica, criou-se a necessidade de ser levada em consideração a divisão semântico-ideológica do espaço enunciativo, porém, sem fornecer um contraste de saberes que na história moldam “diferentes sujeitos” como objetiva Foucault. Os sujeitos enunciadores analisados aqui ocupam espaços relativamente parecidos: eles enunciam a partir de dois jornais de Montes Claros em 1930, sendo que a relação polêmica entre os jornais revela que esses enunciadores não são mais que “duas faces de uma mesma moeda”. São duas formações discursivas em contraste no sentido pêcheutiano, pois um mesmo enunciado em uma polêmica tem necessariamente sentidos polêmicos como será descrito no próximo capítulo.

Ao se levar em conta o fato de que nas duas formações discursivas em relação polêmica analisadas nesta tese, subjetividades de ordem relativamente similar emergiram; a questão das formações discursivas como conjuntos de saberes que determinam padrões diferentes de sujeitos, portanto, foi pensada a partir de dois níveis: um mais geral e outro mais específico. Como já apontado no item 1.1, acredita-se que as contradições analisadas aqui seriam provavelmente consideradas de superfície por Foucault. Se diferentes formações discursivas moldam diferentes gêneros de sujeitos retirando deles sua soberania e fazendo com que estes ocupem apenas posições em seus enunciados, há posições de sujeito distintas naqueles que enunciam a partir da **Gazeta do Norte** ou da **Folha do Norte**, mas não exatamente duas formações discursivas como as define Foucault. Pela contradição encontrada

¹² Maingueneau (1997) utiliza o termo gênero para determinar discursos típicos de uma mesma Formação Discursiva.

nos jornais em relação polêmica havia neles um mesmo gênero de enunciador: o jornalista propagandista e polemista dos anos 20, típico do Brasil, sendo esta uma categoria geral de sujeito ou uma formação discursiva foucaultiana típica. Portanto, é por se considerar que as formações discursivas se dividem semanticamente pelas posições ideológicas dos enunciadores que esta pesquisa aproxima-se da teoria pêcheutiana do discurso, que indica que os objetos mudam de sentido ao passarem de uma formação discursiva a outra. Esta concepção foi descrita com mais detalhes no capítulo IV, pois nele é mostrado que o sentido dos mesmos nomes próprios de pessoa muda a partir do lugar que o enunciador ocupa em uma formação discursiva, fato que faz com que os nomes próprios de políticos possuam diferentes sentidos de acordo com o lugar da enunciação. Logo, os conceitos de formações discursivas de Foucault e Pêcheux aqui, pela especificidade do objeto tiveram de ser analisadas de maneira restrita.

1.3.1 A ideologia como interpretação: Foucault e Pêcheux

Ideologia é um conceito complexo; há diversas concepções diferentes de ideologia, assim como há aqueles que acreditam que esse é um conceito de operacionalidade limitada. Foucault (2011) faz questão de se esquivar da noção de ideologia como determinante do discurso, pois, segundo ele, ela pode convir uma dicotomia entre uma verdade e uma não verdade na maneira de se interpretar as coisas, fato este que negaria toda sua teoria do sujeito. Pêcheux, por outro lado, se preocupa principalmente com a relação entre a recepção da ideologia pelo proletariado e sua produção nos AIE, desenvolvendo na AD-2 teorias sobre os esquecimentos nos quais o sujeito é interpelado ideologicamente sendo subordinado e assujeitado por tais aparelhos. Na AD-3, ele deu alguma atenção a outros aspectos ideológicos além da luta de classes, pela análise das lutas de movimento.

John Thompson, em **Ideologia e cultura moderna** (2011) distingue duas formas de se conceber ideologia, a neutra e a crítica. Segundo ele as concepções neutras

são aquelas que tentam caracterizar fenômenos como ideologia, ou ideológicos, sem implicar que esses fenômenos sejam, necessariamente, enganadores e ilusórios, ou ligados com algum grupo particular. Ideologia, de acordo com as concepções neutras, é um aspecto da vida social (ou uma forma de investigação social) entre outros, e não é menos nem mais atraente ou problemático que qualquer outro. (THOMPSON, 2011, p. 72)

A concepção neutra de ideologia leva em conta as relações materiais entre sujeitos reproduzidas no discurso de forma inconsciente, desde que, nesta perspectiva é pela ideologia que se percebe todas as coisas.

O segundo tipo geral de ideologia descrito por Thompson é sua concepção crítica:

Diferentemente das concepções neutras, as concepções críticas implicam que o fenômeno caracterizado como ideologia – ou como ideológico – é enganador, ilusório e parcial; e a própria caracterização de fenômenos como ideologia carrega consigo um critionismo implícito ou a própria condenação desses fenômenos. (THOMPSON, 2011, p. 80)

Esta segunda concepção convém à manipulação dos objetos do mundo para a manutenção ou obtenção do poder. Essa definição de ideologia possui necessariamente um caráter pejorativo, de maneira que considera os discursos ideológicos como falsos, enganadores, demagógicos etc. O entendimento crítico da ideologia prevê a propaganda e a manipulação dos meios de comunicação, havendo necessariamente interesse do enunciador em produzir uma realidade para as massas em função de seu projeto de influência.

Na última categorização da ideologia, deve haver necessariamente um adversário daquele que enuncia, podendo ele ser o capitalismo, os judeus, os petistas ou tucanos etc. ocorrendo aí uma divisão polêmica do sentido que decompõe a realidade em discursos opostos. A possibilidade de divisão de discursos ideológicos como recortes em “verdadeiros” da realidade pode dar ao enunciador a impressão de que ele não enuncia a partir de uma formação discursiva. Assim, uma dicotomia entre um discurso “meu”, verdadeiro, e os discursos “dos outros”, falsos, é algo que se pode ser facilmente inferido quando se pensa na categoria crítica da ideologia, o que seria um empecilho para uma análise imparcial dos objetos no mundo.

Há de se ressaltar, no entanto, que mesmo considerando a existência de uma dimensão crítica da ideologia como fenômeno enganador, não há possibilidade de o sujeito separar-se do espaço sócio-histórico que o constitui como sujeito de seus enunciados, ou da dimensão neutra do sentido; o sujeito não pode ser a origem do sentido por estar sempre situado num tempo e em uma sociedade, e, enuncia sempre a partir de uma formação discursiva. Assim sendo, uma divisão clara entre as dimensões neutra e crítica de ideologia deve ser tomada com cautela, pois mesmo que o enunciador fosse dono de seus dizeres, ao manipular a realidade em favor de suas intenções, ele sempre partiria de esquemas de memória partilhados e de restrições historicamente situadas, como a ética, a religião e a educação.

Os esquemas de memória e regras sociais que estão em jogo em uma cena de enunciação preveem algumas evidências no sentido entre os envolvidos; logo, a construção do espaço ideológico é variável por ser histórico. Por ser difícil definir linhas claras entre as dimensões crítica e neutra de ideologia, nesta pesquisa, a ideologia será pensada como interpretação que funciona no entremeio da dimensão das intenções e da inconsciência.

Assumindo o sujeito como aquele que interpreta e simboliza a realidade de acordo com o lugar que ocupa como o fazem Foucault e Pêcheux, é a partir desse lugar que se cria um plano que objetiva o sucesso de seus enunciados. A ideologia funcionaria como apoderação e manipulação de um sistema de regras sem significação essencial por sujeitos interessados; uma forma de ação política que tem como base a história:

Mas se interpretar é se apoderar por violência ou sub-repção, de um sistema de regras que não tem em si significação essencial, e lhe impor uma direção, dobrá-lo a uma nova vontade, fazê-lo entrar em um outro jogo e submete-lo a novas regras, então o devir da humanidade é uma série de interpretações. E a genealogia deve ser sua história: história das morais, dos ideais, dos conceitos metafísicos, história do conceito liberdade ou da vida ascética como emergências de interpretações diferentes. Trata-se de fazê-las parecer como acontecimentos no teatro dos procedimentos. (FOUCAULT, 2011, p. 26)

As palavras, sob esse olhar, não possuem significação essencial, mas, paradoxalmente, dão esta impressão; assim, o sentido daquilo que é enunciado pode ser sempre reinterpretado de acordo com as regras vigentes de uma época, o que não fere as perspectivas de nenhum dos dois autores. Portanto, aquilo que é chamado criticamente de ideologia não seria mais que o movimento de apoderação de sistema de regras por indivíduos para a obtenção ou manutenção do poder em um tempo. É nesse jogo de interpretação que a propaganda política acontece, ela é ideológica por não ter significação essencial, pois a realidade política pode ser construída de maneira paradoxal, sendo seus métodos e regras de produção, históricos e, portanto, em certo nível, inconscientes, funcionando assim no entremeio da consciência com a inconsciência.

Pela descrição das teorias realizada nos dois primeiros capítulos mostram-se claros alguns “desentendimentos” entre as teorias das formações discursivas dos dois autores, principalmente naquilo que delimita uma formação discursiva. Se em Foucault pensa-se no sujeito em sua prática científica, esse foco permite uma análise diacrônica do sujeito a partir de textos produzidos por ele na história, sendo que cada gênero de texto determinaria uma formação discursiva. Já em Pêcheux a análise das formações discursivas é sincrônica, pois ele pensa como um texto muda de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra, ou seja, ele se preocupa com a dimensão ideológica do sentido, pois uma mesma palavra ao ser

enunciada em diferentes formações para ele muda de sentido. As duas teorias apesar de ponderarem a divisão do espaço discurso de diferentes maneiras podem ser consideradas complementares, pois, se Pêcheux desenvolveu formas mais práticas para a análise de enunciados a partir de fenômenos da língua, Foucault mostra mais claramente como os discursos mudam no tempo, ou, se filiam a diferentes formações discursivas. Considera-se aqui que é a filiação de um sujeito a um discurso que o faz interpretar a realidade de uma maneira ou outra, sendo essas maneiras de pensar chamadas de formações discursivas.

1.3.1 Delimitação do espaço discursivo analisado

A análise de interações entre formações discursivas ultrapassa o nível daquela EU-TU comumente em que este EU é a origem da fala estudada na linguística e na pragmática como o faz Benveniste (2006) e alcança o nível supra-individual das disputas ideológicas. Maingueneau (1997), tendo como objetivo analisar este tipo de interação cunhou as categorias de universo, campo e espaço discursivos. Como nesta tese se analisam as relações entre dois grupos ideológicos em relação polêmica, as categorias descritas por Maingueneau (1997) permitem a delimitação do objeto analisado que é a relação polêmica dos jornais **Gazeta** e **Folha do Norte**. Parte-se, portanto do pressuposto empiricamente definido de que esses dois jornais estão em relação polêmica, fato esse que consequentemente não precisa se provar, mas descrever.

Para Maingueneau (1997, p. 116), o *universo discursivo* pode ser entendido como o “conjunto de formações discursivas de todos os tipos que coexistem, ou melhor, interagem em uma conjuntura. Este conjunto necessariamente finito, mas irrepresentável, jamais concebível em sua totalidade pela AD”. Como o universo discursivo não é “recortável” torna-se impossível sua análise, sendo, portanto fundamental uma demarcação do campo de análise que o divide. Na Análise do Discurso praticada por Maingueneau, tal unidade a do campo discursivo.

Segundo Maingueneau (1997, p. 116-117), o recorte de um campo discursivo dentro de um universo discursivo deve decorrer de hipóteses explícitas, e não de uma partição espontânea. Esta partição pode se dar a partir de diversos tipos de concorrência, como entre diferentes correntes filosóficas, políticas ou religiosas “que se defrontam, explicitamente ou não, em certa conjuntura, na tentativa de deter o máximo de legitimidade enunciativa” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 92). No contexto da pesquisa, a cidade de

Montes Claros era dividida pelos grupos políticos concorrentes da *Concentração Conservadora* e da *Aliança Liberal*, que nada mais eram que a continuação histórica da divisão da cidade em parentelas, cada uma com sua banda de música, seu time de futebol, sua localização geográfica específica na cidade, seu jornal etc. Os dois campos discursivos citados aqui, apesar de delimitáveis, são, no entanto, ainda unidades muito abrangentes para a pesquisa que é proposta, pois, por economia, não é interesse determinar toda a divisão político-semântica da Montes Claros de 1930, mas aquela dos jornais **Gazeta** e **Folha do Norte**. O recorte de campos discursivos em unidades ainda menores somente pode ser realizado a partir da delimitação de um espaço discursivo.

Maingueneau (1997) afirma que a determinação do espaço discursivo em uma pesquisa não é uma ação fundamental para a análise, pois é possível avaliar relações entre campos discursivos diferentes como o faz Foucault em sua arqueologia. O autor reitera, no entanto, que análises abrangentes são mais comuns nos domínios filosóficos do que nos da linguística, que se interessam mais em demarcar comportamentos discursivos específicos em um gênero. Como um interesse desta tese é o de descrever discursos em concorrência em dois jornais, são os jornais mesmos que recortam o campo discursivo em espaços em relação polêmica. Esse recorte se justifica por Montes Claros ter sido um lugar privilegiado para a observação do embate entre as duas correntes políticas concorrentes no país nesse ano, e tais jornais foram únicos a ter realizado a divulgação local destes fatos. Montes Claros, durante alguns meses, tornou-se o centro da política nacional; a partir dos eventos ocorridos na cidade, geraram-se enunciados jornalísticos que se dissiparam em todo o país. A análise e descrição da relação polêmica dos jornais é considerado um objeto de análise importante por demonstrar como a realidade se dividiu discursivamente na cidade, sendo esta uma empreitada de caráter histórico e discursivo.

2. LOCALIZAÇÃO E CIRCUNSCRIÇÃO DO OBJETO

2.1 Considerações iniciais

Este capítulo teve como objetivo principal localizar e circunscrever o objeto de pesquisa que é a análise discursiva da relação político-polêmica dos jornais **Gazeta** e **Folha do Norte** de Montes Claros em 1930 a partir de sua propaganda política. Assim sendo, foi necessário buscar maneiras que se pensar a política que se encaixasse ao objeto, pois uma relação político-polêmica pressupõe uma divisão agônica do campo político. A perspectiva de Carl Schmitt sobre a política foi escolhida por refletir que, nos estados liberais, a política apresenta uma tendência de se dividir antagonicamente entre amigos e inimigos, fato que pressupõe uma divisão semântica do espaço discursivo e que se encaixa bem ao tipo de política praticada na República Velha. O item seguinte que se fez necessário para a delimitação do objeto foi a definição daquilo que é chamado de discurso polêmico, pois, uma relação polêmica pressupõe um discurso polêmico. Para tanto, foi feita uma revisão de literatura a partir de autores como Maingueneau (1997), Kerbrat-Orecchioni (1980), Marcel Dascal (1998), Angenot (2012) e Amossy e Burger (2011). A propaganda política em jornais foi o item seguinte a ser discutido. Matérias políticas publicadas em um jornal representam a forma como sua redação interpreta a realidade, sendo esta interpretação sempre coerente com a sua linha política havendo, portanto uma seleção do publicável. Por fim foram descritas algumas características dos jornais de 1930 que auxiliam na compreensão da forma e dos temas discutidos. Esse capítulo, portanto busca discutir itens específicos que compõem esta pesquisa que são a divisão política entre amigos e inimigos encontrada nos jornais, o funcionamento discursivo dos últimos e algumas características desse suporte nos anos 30 e finalmente a relação polêmica.

2.2 A política em Carl Schmitt

Carl Schmitt é um dos intelectuais mais controversos do século XX. Tendo nascido na Alemanha em 1915 ele, apesar de não ser partidário do que seria o hitlerismo antes de sua tomada de poder, com a vitória de Hitler ele se aliou ao partido nazista e rapidamente tornou-se o “jurista da corte”. Ele defendia Hitler em relação às mortes de inimigos políticos, assim como, tentava mudar a influência judaica na jurisprudência alemã. Em sua teoria política

Schmitt sugere que os estados liberais tem a tendência em se dividir politicamente entre dois polos, os “amigos” e os “inimigos”. Consequentemente, para ele um estado forte deveria eliminar os inimigos, sendo este um ato válido de manutenção da soberania nacional. Apesar da conclusão de Schmitt de que é de certa forma, justificável o extermínio de inimigos políticos para o fortalecimento de um estado coeso, suas observações sobre a tendência de divisão política dos estados liberais tem um caráter operacional interessante para a análise de discursos por esta se materializar semanticamente (ZALTA, 2013).

Para Carl Schmitt (1992), portanto, uma determinação de político somente pode ser obtida por meio da descoberta e identificação de categorias especificamente políticas, pois o político tem critérios próprios que são relativamente autônomos em relação ao pensar e agir dos campos moral, estético e econômico. Se distinções morais ocorrem entre bom e mau, as estéticas entre belo e feio, as econômicas útil e o prejudicial ou rentável e não rentável Schmitt busca uma distinção particular para o político tendo encontrado uma entre amigos e inimigos. Esta relação, segundo ele, fornece um critério na medida em que ela não é derivável dos outros citados anteriormente:

A diferenciação entre amigo e inimigo tem o sentido de designar o grau de intensidade extrema de uma ligação ou uma separação, se uma associação ou dissociação; ela pode teoricamente ou praticamente subsistir, sem a necessidade de um emprego simultâneo das distinções morais ou estéticas. O inimigo político não precisa ser moralmente mau, não precisa ser esteticamente feio; não tem que surgir como concorrente econômico, podendo talvez até mostrar-se proveitoso fazer negócios com ele. (SCHMITT, 1992, p. 52)

Na perspectiva de Schmitt, pela divisão do político entre amigos e inimigos, os segundos representam o estranho/estrangeiro podendo consequentemente, em casos extremos, haver conflitos que não podem ser resolvidos por um “terceiro desinteressado” ou um tribunal “imparcial”. Um caso de conflito desta ordem só poderia ser resolvido entre as partes, e se o inimigo “estranho” representar a negação da existência do “nós” ele deve ser combatido e repelido para a autopreservação dos interessados.

No nível do discurso, o inimigo deve ser considerado, mau, feio e prejudicial, sendo que, estas definições são construções que invocam outros discursos, como o moral e o estético. Segundo Smith ainda, “o que é moralmente mau, esteticamente feio ou economicamente prejudicial não precisa, só por isto, ser inimigo; o que é esteticamente belo, economicamente útil ainda não se constitui em amigo, no sentido específico, ou seja político da palavra” (SCHMITT, 1992, p.53). Estes conceitos devem assim para o autor ser tomados

em seu sentido concreto e não como metáforas; o inimigo não é, portanto nem um concorrente econômico nem um oponente de discussões, mas um grupo combatente que se contrapõe a um conjunto semelhante, um inimigo público. Para o autor, no entanto, o inimigo político é diferente do privado, pois ele não precisa ser odiado pessoalmente, de maneira que, é a relação polêmica que determina as contraposições entre “nós” e “eles”. Esta relação, no entanto, não exclui a possibilidade de um aniquilamento físico em decorrência da inimizade, que é a negação ontológica do outro ser.

Segundo Schmitt (1992) ainda, todo tipo de contraposição, seja ela moral, econômica ou religiosa, se for forte suficiente para que haja uma divisão entre amigos e inimigos ela se torna política. Neste sentido, se uma comunidade religiosa conduz algum tipo de guerra em que são determinados inimigos, este grupo é uma comunidade política, além de religiosa. Logo, se dois jornais analisados nesta tese dividem o espaço discursivo entre amigos e inimigos esta é uma divisão política, sendo que o estudo desta divisão é um estudo válido para a história política e para a análise de discursos.

Este tipo de divisão se mostra bastante claro nos jornais analisados, pois como será mostrado nos capítulos seguintes, o discurso desses jornais da República Velha se pauta grandemente na relação entre críticas e elogios que é prototípicamente aquela que aparta amigos e inimigos.

2.3 O discurso polêmico

O discurso polêmico é um fundamento teórico desta pesquisa pelo fato de que a propaganda política necessariamente se baseia em valores polêmicos, o que pressupõe, em alguma medida, um discurso polêmico, interações polêmicas e a ideologia pela utilização de veículos de comunicação de massa. Uma relação polêmica, segundo Marcelo Dascal (1998), revela diferenças de atitude, impressões ou preferências que não possuem solução para os enunciadores por elas se ancorarem na ideologia. No discurso polêmico não há possibilidade de um acordo, sendo que o sentido da polêmica é o mesmo da disputa, ou seja, derrotar um adversário. Por se constituir como parte de uma disputa, ao se analisar a propaganda política se estará também analisando o discurso polêmico e a ideologia.

Traçando linhas gerais, o discurso polêmico possui muitas semelhanças com a guerra, sendo determinado por fatores, como: uma profunda impossibilidade de acordo das partes,

hostilidade declarada, disputas violentas e estratégias de batalha. Se nas guerras convencionais há trocas de tiros, lutas corporais, exércitos e campos de batalha, no discurso polêmico acontecem, tipicamente, críticas, xingamentos, sátiras, ironias e zombarias; estratégias de desqualificação diversas. Kerbrat-Orecchioni (1980) define o discurso polêmico como guerra metafórica ou guerra de papel, que tem como característica fundamental a desqualificação do adversário. Nela, as armas se reduzem à caneta, embora as consequências de um embate verbal de desqualificações mútuas possam passar até mesmo ao confronto corporal.

Tanto o substantivo “polêmica” – discussão, disputa, controvérsia – quanto o adjetivo “polêmico” – aquilo que é próprio da polêmica, controverso – são termos de origem grega relacionados a *pólemos*, guerra. O substantivo “polêmica” (*polemiké*) é relativo à arte da guerra e à ciência do combate, sendo uma *téchne* ou método racional para a realização de objetivos. Já o adjetivo “polêmico” (*polemikós*) funciona como aquilo que é próprio da guerra, belicoso e hostil. O conceito de discurso polêmico abordado nesta tese reúne o termo *polemiké*, que prevê uma técnica de guerra, assim como o adjetivo *polemikós*, que indica uma forma ou tom de discurso. As técnicas do discurso polêmico são relacionadas a estratégias de desqualificação como a repetição incansável de um ponto fraco do adversário, a inversão de um conteúdo, ampliação e sensacionalização de um acontecimento, assim como a certa forma ou tom, como a violência verbal.

Dominique Mangueneau (1997) afirma que o discurso polêmico implica uma relação, mesmo que adversários não estejam presentes frente a frente. O autor define a relação polêmica em termos de “interincompreensão” em que há uma tradução de enunciados entre duas formações discursivas distintas:

Assim , quando uma formação discursiva faz penetrar seu Outro em seu próprio interior, por exemplo, sob a forma de uma citação, ela está apenas “traduzindo” o enunciado deste Outro, interpretando-o através de suas próprias categorias. Num espaço discursivo considerado, o sentido não é algo estável, que poderia ser relacionado a uma a uma posição absoluta, mas se constrói no intervalo entre as posições enunciativas. A “incompreensão”, resultante do mal-entendido e do malogro ocasionais, se transforma em “interincompreensão” porque obedece a regras e estas regras são as mesmas que definem a identidade das formações discursivas consideradas. Dito de outra forma, o sentido aqui é um mal-entendido sistemático e constitutivo do espaço discursivo. (MAINGUENEAU, 1997, p. 120)

Nesta perspectiva, o discurso polêmico funciona por processos de tradução de sentidos de enunciados entre sujeitos situados em formações discursivas em oposição. Este funcionamento determina um desacordo fundamental entre as partes envolvidas constituindo

uma interincompreensão, que é a própria base do discurso polêmico. Neste caso, o polemista deve discordar dos discursos de oposição, e mais, tudo o que uma parte disser pode ser usada contra ela mesma via estratégias desqualificadoras diversas, que variam de acordo com o meio na qual são produzidas, sob formas de citação, ironia, deboche, inversão etc. Nos jornais, por exemplo, os processos de tradução de enunciados podem acontecer em textos como as colunas políticas nas quais um dito anterior de um adversário político da linha ideológica do jornal pode ser retirado de seu contexto e traduzido negativamente, assim como, pelo humor das sátiras e charges que ridicularizam ações dos opositores. No excerto abaixo, por exemplo, a **Gazeta do Norte** traduz um enunciado anterior da **Folha do Norte** buscando um efeito no qual João Alves (que teve seu nome envolvido em homicídios), de médico popular, passe a criminoso:

Nota na 4ª página, sem autoria – Folha do Norte 11/04/1930	Coluna de humor – <i>Cousas irrealizáveis</i> – Gazeta do Norte – autor X.T 12/04/1930
<p><i>O dr. João Alves não se retirou nem se retirará da cidade.</i></p> <p><i>S.S. continua nos seus affazeres habituaes, atendendo à sua numerosa clientela, em seu consultório na Santa Casa.</i></p>	<p><i>O snr. João Alves não sahiu (?) nem sahirá da cidade.</i></p> <p><i>Há notícia mais natural?</i></p> <p><i>Pensamos que não. A cadeia é tão perto que, na verdade não lhe será preciso dar um passo fóra do perímetro urbano.</i></p>

Kerbrat-Orecchioni (1980), assim como Dascal (1998), afirma que no discurso polêmico não há a possibilidade de acordo; ele interromperia o ciclo de uma disputa que se retroalimenta de outras polêmicas. Para ela, discurso polêmico visa que o leitor rejeite alguma coisa que possa admitir, sendo que uma de suas regras é dizer sobre o outro aquilo que não se é, ou construir a subjetividade do “eu” pela desqualificação do outro. Nos excertos selecionados de **Folha do Norte** e **Gazeta do Norte**, o segundo jornal marca sua posição política pela acusação de que João Alves é um criminoso, demarcando aí sua relação polêmica com o primeiro jornal que constantemente elogia o médico-político. A identificação de um alvo, como no caso de João Alves, é básica nas relações polêmicas, desde que é imperativo para o polemista localizar uma fraqueza em algo para que a desqualificação ocorra.

Outra característica fundamental ao discurso polêmico para Maingueneau (1997), Dascal (1998) e Orecchioni (1980) é a colocação do público como jurado das disputas. Apesar

de no exemplo da desqualificação de João Alves ocorrer uma resposta da **Gazeta do Norte** a um enunciado da **Folha**, seu direcionamento é para o leitor em geral que lê os dois jornais, e não para a **Folha**. O discurso polêmico, assim, implica uma terceira parte que funciona como jurado em um júri popular. Nele, a defesa não tem o interesse de convencer a acusação sobre o ponto de discordância, mas ao júri. Os jurados também não esperam um acordo entre as duas partes, cabendo a eles selecionar o lado que dispôs a argumentação mais convincente. No caso dos jornais, que têm como objeto de desejo a adesão dos (e)leitores, quem decide para qual lado tender é o leitor.

Segundo Orecchioni (1980), do ponto de vista argumentativo, o discurso polêmico possui características bastante particulares desde que nele, não são utilizados os melhores argumentos, mas aqueles que são simplesmente desqualificadores por qualquer razão. Os dois lados que polemizam são, de certa maneira, iguais por disputarem o mesmo objeto, e, ao mesmo tempo, opostos por lhes ser constitutiva a interincompreensão, concordando apenas acerca de determinadas regras, entre elas o direito à trapaça e discordâncias.

Ruth Amossy e Marcel Burger, criticando a argumentação polêmica, definem o discurso polêmico como caso extremo de comunicação que tem vistas para um desacordo fundamental:

[...] A polêmica parece representar um caso extremo de comunicação em conflito com vistas para um desacordo fundamental, radical, e aparentemente sustentável (a polêmica seria semelhante à controvérsia ou diálogo de surdos). (AMOSSY; BURGER, 2011, p.1. Tradução nossa)¹³

A argumentação polêmica, para os autores, não possui bases lógicas e, por isso, sua ancoragem nos espaços públicos como a imprensa é problemático, desde que põe em questão a responsabilidade de políticos e jornalistas. O discurso polêmico, por não ser uma forma de comunicação que busca o acordo, mas seu contrário, é considerado pelos autores como pseudo-argumentativo, vazio, estéril e sem credibilidade. Para Amossy e Burger (2011), ainda, a violência ou o abuso verbal não são condições *sine qua non* para tipificar o discurso polêmico. A reflexão de Amossy e Burger sobre a ausência de bases lógicas do discurso polêmico se refere provavelmente à questão de não haver uma possibilidade de acordo entre os participantes ativos da cena de enunciação, pois se o objetivo é a persuasão de um

¹³ [...] la polémique semble représenter un cas limite de communication conflictuelle en ce que domine un désaccord fondamental, radical, et qui semble durable (en cela la polémique s'apparenterait à la controverse ou au dialogue de sourds).

auditório, ele é claramente lógico. Por possuir como base o desacordo, este tipo de discurso está mais sujeito a manipulações, pois, nele, vencer é mais importante do que dizer a verdade.

Marc Angenot (2012), em um olhar mais restrito sobre o discurso polêmico, objetiva em seus estudos uma análise dos diálogos de surdos:

Meu objeto não é o simples desacordo. Eu me detengo não nos casos em que os interlocutores permanecem em desacordo, tudo bem ponderado, sobre uma proposição dada, mas naqueles em que não se pode aceitar a maneira adversa de sustentar sua tese, em que não se consegue seguir o fio da argumentação. Os argumentos do interlocutor não são censurados porque considerados “frágeis” ou “interesseiros” (o que suporia terem sido compreendidos); são censurados como especiosos e inválidos, isto é, como “ilógicos”, “absurdos”, “irracionais”, “loucos” – já que o nome ordinário da validade argumentativa é “lógica” e “razão”. (ANGENOT, 2012, p.148,149)

Os diálogos de surdos para Angenot (2012) são aqueles em que as pessoas não partilham a mesma racionalidade, sendo ele um mal entendido crônico. O objetivo da análise deste tipo de diálogo é o de avaliar pela interpretação das heterogeneidades da mente, o contraste e a classificação de lógicas divergentes que subentendem as ideologias. Angenot (2012), portanto, parte do pressuposto de que ideologias são diferentes tipos de pensamentos.

2.4 A propaganda política em jornais

Como na língua portuguesa o termo *propaganda* abarca tanto a dimensão publicitária quanto a político-ideológica, é importante determinar aquilo que foi chamado de propaganda política nesta tese. Por propaganda política aqui se comprehende a segunda opção, ou, a propagação sistemática de ideias ou informação de maneira tendenciosa para encorajar a adesão de partidários, nesse caso específico, via enunciados de dois jornais. Assim, foram excluídos desta pesquisa outros tipos de propaganda política, como os panfletos, a propaganda boca a boca, os comícios, os santinhos, sendo também excluídos os discursos dos políticos.

A propaganda política em jornais pode ocorrer porque há sempre a possibilidade de ser realizada uma seleção, que como restrição, determina como a realidade é representada, ou, a partir da formação ideológica em que os autores em um jornal enunciam eles darão ou não destaque a um fato, qualificarão ou desqualificarão este ou aquele objeto, publicarão ou deixarão de publicar esta ou aquela foto etc., sendo que aquilo que se publica em um jornal é sempre um recorte em relação um universo de coisas publicáveis. Assim, a propaganda política em jornais foi pensada, aqui, a partir de como os jornais **Gazeta do Norte** e **Folha do Norte** se utilizaram de seu espaço para, além de informar, angariar adeptos à orientação

política desejada. Em um primeiro olhar, é inegável o fato de que os dois jornais explicitamente realizavam a propaganda política de partidos e grupos políticos em oposição, fato este que possibilitou a divisão dos dois jornais em dois espaços discursivos opostos.

A propaganda política possui claramente uma dimensão social, pois, é partindo de uma projeção de “leitores ideais” na sociedade que ela é realizada. Geralmente não se fazem os mesmos tipos de propaganda política para jovens, adultos, idosos, brasileiros, norte americanos, chineses etc. em uma mesma época. A propaganda política muda de acordo com enunciário; é ele que a determina. Consequentemente, ao se analisar a propaganda política de um tempo ou sociedade, é essa sociedade mesma que se desvela para o analista, principalmente quando se fala de jornais que eram os únicos meios de comunicação de massa em uma cidade, como eram a **Gazeta** e a **Folha do Norte** em Montes Claros.

Adolf Hitler, famoso pela propaganda nazista desenvolvida por ele e Goebbels, seu Primeiro Ministro da Propaganda, em *Mein kampf* diz que um intelectual puro dificilmente se tornaria uma grande Führer, pois os teóricos não conhecem a “psicologia do povo”, sendo o papel de um Führer empolgar as massas por intelectualmente conhecer tanto a psicologia quanto as finalidades das lutas humanas. Para Hitler (1976), a propaganda tem como ideal recrutar partidários, sendo os militantes recrutados pela organização:

[...] a qualidade de partidário exige somente o reconhecimento passivo de um ideia, e a qualidade de militante a representação ativa e a sua defesa, entre dez partidários encontrar-se-ão no máximo, um a dois militantes. (HITLER, 1976, p. 429)

A propaganda política, assim, não precisa examinar o valor dos “convertidos”, mas estimular a coletividade para a vitória. A propaganda política para Hitler deveria divulgar o mesmo incessantemente, esclarecendo-a de maneira que atraísse adeptos abalando suas antigas convicções. A propaganda hitlerista, assim como qualquer outro tipo de propaganda, tinha como alicerce o povo, sendo que ela se utilizava de diversos meios para a divulgação de sua ideologia, como as imagens, o cinema e a imprensa, falando “aquito que o povo queria ouvir” e, simultaneamente, “aquito que eles queriam que o povo ouvisse”.

Os dois jornais de 1930 analisados não escondiam que defendiam os interesses dos grupos políticos em questão, apesar de destacarem que não faziam propaganda política, mas, que eram porta-vozes do *verdadeiro e justo*. Apesar de que nos dias de hoje, raramente um jornal se posiciona abertamente em favor de um candidato ou partido, a propaganda política em jornais não é um fato que se restringiu às primeiras décadas do século passado,

continuando a fazer parte da essência dos jornais contemporâneos como salienta Marcondes Filho:

Atuar no jornalismo é uma opção ideológica, ou seja, definir o que vai sair, como, com que destaque e com que favorecimento, corresponde a um ato de seleção e exclusão. Este processo é realizado segundo diversos critérios, que tornam o jornal um veículo de reprodução parcial da realidade. Definir a notícia, escolher a angulação, a manchete, a posição na página ou simplesmente não dá-la é um ato de decisão consciente dos próprios jornalistas. (MARCONDES FILHO, 1989, p. 13)

Em jornais a tomada de posição em favor de uma ou outra linha político-ideológica hoje, assim como no passado, pode refletir-se em praticamente todos os gêneros envolvidos, desde que até mesmo uma “inofensiva” coluna social pode ser uma maneira eficiente de promover a política, por meio da exposição glamurosa de uma figura de interesse. Além da já destacada seleção de informação, aspectos semióticos também podem ser utilizados na propaganda política jornalística, pois imagens exercem poder sobre as massas por não demandarem grande esforço para sua compreensão.

O jornalismo, portanto, como reflete Pereira (2009, p. 220) “é uma forma de construção da realidade e não mera reprodução dos acontecimentos”. Pela tradição um jornal se pode esperar certa posição ideológica de seus enunciados, e, consequentemente, uma matéria que contradiz tal direcionamento prévio não pode nem deve ser divulgada nesse meio, daí a importância do redator que seleciona o publicável a cada edição. Se o discurso é, segundo Foucault (2010), uma função de restrição de enunciados, ou espaço que determina certos dizeres, essa relação entre jornalismo e ideologia (que ocorre pela possibilidade de seleção e espetacularização do publicável, principalmente quando se fala sobre objetopolíticos) é uma ação da ordem do discurso. A seleção do publicável assim como, a qualidade dos enunciados que determina aquilo que deve e não deve ser dito em um jornal são funções de restrição.

Charaudeau (2010), analisando pragmaticamente a propaganda tipifica o discurso propagandístico a partir de três visadas, a de prescrição, a de informação e a de incitação. Estas visadas são relacionadas às intenções do propagandista ao produzir um texto para as massas. Elas são úteis a esta tese por determinarem de maneira objetiva relações que são necessárias entre um propagandista e seu interlocutor, que nesse caso é o leitor dos jornais. Como a visada de prescrição é relacionada a situações nas quais o enunciador possui autoridade sobre o enunciatário (que podem ser convertidas em atos de fala diretivos de ordem), ela não faz parte da pesquisa, pois os jornais não têm o poder de obrigar seus leitores

a realizar atos. Assim sendo, é necessário um olhar mais atento sobre as duas outras visadas, a de informação e a de incitação.

Para Charaudeau (2010), na visada de informação do discurso propagandístico, o “eu” quer fazer com que o “tu” saiba a respeito de algo; o “eu”, nesse caso, legitimado por uma posição de saber, enquanto o “tu” numa posição de dever saber. O discurso midiático se funda na visada de informação por preencher o que Felipe Pena (2010) chama de natureza do jornalismo, ou o medo do desconhecido que faz com as pessoas queiram saber, pela segurança e estabilidade que este saber produz. Os efeitos dessa relação podem ser traduzidos pela seguinte asserção: *aquele que não lê/vê jornais não sabe sobre aquilo que está ao seu redor; está desinformado*. Assim, aquele que informa tem certa influência sobre o informado, pois ele é dono de saberes que seu interlocutor não possui.

Por outro lado, na visada de incitação no discurso propagandístico, Charaudeau (2010) destaca que o “eu” quer fazer com que o “tu” aja conforme os desejos de “eu”; no entanto, “eu” não está em posição de autoridade em relação ao “tu”, logo, “eu” não pode fazer mais que incitar “tu”. “Eu” deve persuadir “tu” de que ele será beneficiário do próprio ato, agindo conforme a direção dada por “eu”. “Tu”, nessa perspectiva, se encontra em posição de dever crer naquilo que lhe é dito. Esta visada é típica dos discursos publicitários e políticos, nos quais a instância de produção, apesar de não possuir autoridade de realizar atos diretivos sobre a instância de recepção, a partir de um projeto de influência, tenta fazer com que esse receptor realize uma ação, seja votar/apoiar um candidato ou comprar determinado produto.

Como esta pesquisa trabalha com a propaganda política em jornais, se levado em consideração o esquema de Charaudeau (2010), acima, a análise realizada se encontra no entremeio das visadas de informação e de incitação, havendo uma instância validada por uma posição de saber e um contrato de credibilidade¹⁴, que não exclui um projeto político ideológico de fazer. A propaganda política em jornais busca direcionar o leitor a um tipo de informação determinada por seus interesses financeiros e políticos, ou fazer com que a opinião deste leitor se altere sem que os jornais revelem seu projeto de realização, maquiando-o sob uma visada de informação.

¹⁴ Segundo Charaudeau (2010, p. 86), a informação midiática deve “gozar da maior credibilidade possível com o maior número possível de receptores”.

2.5 O jornalismo nos anos 30

Mudanças em leis de censura, discussão de questões éticas, desenvolvimento de leis de *copyright*, surgimento de novas tecnologias de difusão, ampliação de linhas de transporte, surgimento de manuais de redação, leis eleitorais etc., são elementos que determinam a história dos jornais. Um jornal contemporâneo tem uma estrutura que se diferencia em diversos pontos de um jornal de 1930, seu formato, as características dos gêneros, os temas, as formas de posicionar politicamente, a linguagem utilizada, a natureza dos anunciantes etc. De tal modo, os jornais publicados no passado possuem características diferentes dos jornais contemporâneos. Se hoje há uma divisão mais ou menos clara entre matéria informativa e opinativa, nas primeiras décadas do século passado não havia efetivamente nenhum tipo de separação, como na matéria *Mais uma rodovia*, no primeiro número de **Folha do Norte**:

Constituiu acontecimento auspicioso a solenidade aqui realizada, há dias, do início a estrada de rodagem que o actual governo, na sua ânsia de melhorar o norte, dotando-o com aquilo de que ele mais precisa para seu desenvolvimento mandou construir, ligando esta cidade a visinha villa de Coração de Jesus.

Entregue a tarefa ao Cel. Philomeno Ribeiro, o que já constitue uma garantia à sua rápida execução, em breve a próspera localidade se achará ligada a nossa cidade por esta estrada, tendo consequentemente fácil acesso à Central do Brasil (*sic*) [...] (FOLHA DO NORTE, 06/04/1930, p. 4)

O enunciado acima não se enquadra em nenhum gênero jornalístico contemporâneo porque há aí uma espécie de notícia que é informativa, opinativa de propaganda e, ao mesmo, tempo sem uma assinatura que determinaria seu autor. Se comparado com as divisões de gêneros jornalísticos como o faz Melo (1985), esse enunciado teria um pouco de editorial, já este é um texto de opinião em que não há assinatura, de comentário, pela atribuição de valores como em “*Constituiu acontecimento auspicioso a solenidade aqui realizada*” e “*Entregue a tarefa ao Cel. Philomeno Ribeiro, o que já constitue uma garantia à sua rápida execução* [...]” e notícia “*em breve a próspera localidade se achará ligada a nossa cidade por esta estrada, tendo consequentemente fácil acesso à Central do Brasil*”.

Além de diferenças relacionadas à divisão dos gêneros opinativos e informativos, a periodicidade também marca diferença entre os jornais do início do século XX e os contemporâneos. Pelo trabalho quase artesanal de produção e pela própria diferença na demanda por informação escrita, a maioria dos jornais como a **Folha do Norte** e a **Gazeta do Norte** tinha a periodicidade de semanário e não diário. Outra característica marcante desses jornais é que, do ponto de vista financeiro, eles necessitavam mais de seus patrocinadores

políticos do que efetivamente de um mercado consumidor: “as assinaturas sustentavam parte das publicações, mas o aporte de capitais era fundamental para manutenção do impresso, alimentando uma imprensa política, desde então comprometida com seus financiadores” (MARTINS, 2011, p. 57). A possibilidade de funcionamento de um jornal sem que houvesse pagamento de assinatura e nem mesmo a venda era real, pelo menos por algum espaço de tempo, desde que houvesse interesse político em sua produção. A **Folha do Norte**, por haver nascido como veículo de oposição da **Gazeta do Norte**, principalmente para reconstruir a imagem de João Alves, abalada pelos incidentes de 6 de fevereiro, entregou seus exemplares gratuitamente a todos habitantes da cidade em seus primeiros 6 meses de reinauguração, tendo sido cobrados valores em dinheiro após este período apenas para aqueles que se interessassem em continuar a recebê-la:

[...] Na sua primeira phase FOLHA DO NORTE tinha uma circulação muito restrita, pois mesmo dentro da cidade muitas pessoas não a recebiam, por uma lamentável omissão nossa. Agora, porém, corrigimos o lapso enviando-a a todos os habitantes daqui. E os que não quiserem receber, é só devolver este número. Serão riscados do nosso cadastro, os seus nomes (*sic*). (FOLHA DO NORTE, Montes Claros, 06/04/1930, p. 2)

O jornal era enviado a todos os habitantes da cidade a custo zero, como pode ser confirmado na edição de 06/07/1930:

Estando este jornal em vésperas de completar os seus primeiros 6 meses de publicidade em sua segunda phase, vamos proceder agora, à cobrança das assinaturas, pelo menos nesse período.

E iremos, das pessoas que espontaneamente nos procurarem para este fim, estampando os nomes como fazemos hoje com alguns de nossos pontuais assignantes (*sic*) [...] (FOLHA DO NORTE, Montes Claros, 06/07/1930, p. 2)

Havia nestes jornais também seções de pequenos anúncios e propagandas de produtos que variavam do local ao nacional. A **Folha do Norte** se destacava pelos anúncios relacionados ao comércio local, provavelmente pela reabertura do jornal em caráter de urgência, como alfaiatarias, salões de beleza e profissionais liberais, principalmente os médicos e dentistas (por estes possivelmente apoiarem politicamente o também profissional da saúde João Alves). Já nas propagandas da **Gazeta do Norte** se sobressaíam os produtos industrializados, principalmente da indústria farmacêutica, como os fortificantes, remédios para coceira, tônicos capilares, loções anticaspa, pomadas, elixires etc. Como a primeira página dos jornais era dedicada ao jornalismo político-panfletário, esse fato, em si mesmo,

leva a crer que os políticos eram seus maiores investidores. Era sobre eles o maior número de “anúncios” nos jornais.

Como indicado, uma característica fundamental desses jornais era o estilo panfletário¹⁵, que unia a notícia à ideologia política na figura do “redator panfletário”¹⁶. A figura redator panfletário que era responsável pela produção de toda propaganda política em um jornal, segundo Morel (2011), está hoje em franco desuso na imprensa. Ele se caracterizava pelas qualidades retóricas de convencer e ao mesmo tempo atacar, pelo espírito mordaz e crítico, pela linguagem literária e satírica, pela densidade doutrinária e pela agilidade para se expressar em situações específicas. O redator panfletário era o orquestrador da campanha política municipal, acumulando o papel de redator propagandista e diretor dos jornais. Ary de Oliveira e Alfredo Ramos eram, respectivamente, redatores panfletários e diretores da **Gazeta** e da **Folha do Norte**. Ary de Oliveira, como exemplo da superposição da política com o jornalismo, além de diretor da **Gazeta do Norte**, era colunista da faixa central da primeira página, parte mais nobre do jornal, um dos membros mais atuantes da *Concentração Conservadora* e um dos fundadores do Partido Norte Mineiro que se expressava pelo jornal.

O estilo de escrita dos textos é também um diferencial entre os jornais atuais e os analisados, pelo menos em alguns gêneros. O Manual de redação da **Folha de São Paulo** (2001) determina que o estilo de escrita do jornal deva ser próximo ao da realidade cotidiana, sendo o texto direto, preciso, sucinto e exato de maneira que a emoção seja resultado dos fatos que são narrados e não do estilo do autor, desencorajando-se o uso de adjetivos em virtude de uma descrição “seca” dos fatos. Nos jornais de 1930 analisados, ao contrário das diretrizes apresentadas pelo manual da **Folha de São Paulo**, a linguagem é geralmente barroca, sendo alguns textos até mesmo pouco utilitários, como artigos do gênero epidíctico. Estes textos deveriam exibir domínio das regras e das formas da língua pelo autor e seu estilo era abarrotado de adjetivos e de emoção. Estas características podem ser percebidas no excerto abaixo de um texto do professor Leônidas Câmara sobre Olegário Maciel encomendado pela **Folha do Norte**, de 7 de setembro 1930:

¹⁵ Morel (2011, p. 36) salienta que os jornais nesse período, chamados de gazetas e folhas, apesar de seu estilo panfletário “não devem ser confundido com os panfletos propriamente ditos ou os pasquins, que eram folhas volantes e avulsas, quase sempre anônimas e sem continuidade”.

¹⁶ Segundo Morel (2011), o redator panfletário chamado também de gazeteiro, é um homem de letras portador de uma missão política e pedagógica.

Individualidades do porte moral do sr. Olegário Maciel não devem ser analisadas superficialmente, sob critério ligeiro de uma apreciação apressada. O patrimônio que enriquece o seu passado, pontuando-o e iluminando-o de sucessivas victórias através das mais variadas províncias do conhecimento humano, impõe-nos o dever de uma mirada mais larga na trajectoria descripta pela vida desse austero cidadão. (FOLHA DO NORTE, Montes Claros, 07/09/1930)

Como se pode observar no excerto acima, há uma tentativa do autor de criar suspense na apresentação de Olegário Maciel, pois, para ele, personagens como o político, não podem ser analisadas superficialmente e impõem uma mirada mais larga daquele que o descreve, o que pressupõe uma descrição mais detalhada de seu caráter nos parágrafos subsequentes. A mesma falta de objetividade mostrada pela tentativa de criação do suspense na apresentação do político nesse excerto, se reflete no estilo de escrita. O segundo período tem 37 palavras que pouco mais fazem do que repetir o que já havia sido relatado no primeiro. Além da falta de objetividade no texto, a subjetividade do enunciador é mostrada pelo uso de axiológicos, como “austero”.

Ao se analisar um jornal, é importante que se leve em conta o lugar que este ocupa na história do jornalismo. Os jornais se relacionam intimamente com a sociedade, e o desenvolvimento social pressupõe o desenvolvimento jornalístico; os jornais não são instituições que funcionam à parte da sociedade, mas são elemento integrante dela e, de certa forma, seu espelho. As mudanças que ocorrem nos jornais não fazem com que este meio de comunicação se transforme em outro gênero, mas, é pelas transformações que um jornal se mantém como jornal. Se há uma história dos jornais, ela deve ser relativa às mudanças no estilo e nos gêneros jornalísticos no tempo e em sua relação com a sociedade. No entanto, na análise histórica de jornais, não se pode esquecer que o presente não é necessariamente melhor que o passado.

3 JORNAL E DEIXIS: TEMPO, ESPAÇO E ASSINATURA

*Da enunciação procede a instauração da categoria do tempo.
O presente é propriamente a origem do tempo.*
Emile Benveniste

Não importa quem fala
Michel Foucault

3.1 Considerações iniciais

Neste capítulo foi discutido como a referência temporal, espacial e autoral é construída a partir de jornais pela dêixis. A importância desse tipo de discussão se dá pela necessidade de compreensão do funcionamento enunciativo de jornais: como eles enunciam no tempo, no espaço e como constroem referências autorais. Todos estes estudos tiveram como base o cabeçalho, que serve de referência para todos os dêiticos encontrados em seus diversos textos. Nessa análise pôde ser concluído que os jornais enunciam a partir do presente, sendo esta uma forma de enunciação que se assemelha ao EU-TU prototípico de Benveniste (2006), assim como descreve uma história do presente. Mostrou-se também que um jornal também não pode enunciar em um espaço neutro de maneira que ele sempre traz consigo temas da sociedade em que enuncia. Finalmente foi discutida a partir do índice “assinatura” a possibilidade dos jornais de serem considerados autores dos enunciados que nele aparecem, assim como, suporte que fornece a possibilidade de estratégias do autor que são relacionadas (ou não) à sua assinatura.

3.2 Cabeçalho e deixis

O cabeçalho, segundo Houaiss (2009), é um “título permanente que encabeça e distingue uma publicação periódica (revista, jornal etc.) na capa ou primeira página, compreendendo o nome, o ano e o número da edição, a data da publicação e outras indicações, quando necessárias”¹⁷. Tais indicativos servem tanto para a localização espaço-temporal do leitor, quanto para a economia de escrita e leitura, pois, é o cabeçalho que possibilita ao escritor o uso de dêiticos¹⁸ que fazem com que tanto o processo de escrita

¹⁷ HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

¹⁸ Segundo Charaudeau & Maingueneu (2008, p.147): “esse termo designa um dos grandes tipos de referência de uma expressão, aquela em que o referente é identificado por meio da própria enunciação dessa expressão”.

quanto o da leitura não se tornem repetitivos e cansativos. Um cabeçalho deve servir como referência temporal para qualquer texto em um jornal, posto que seja a partir do “hoje” de cada edição que é criada a referência de todos os enunciados em seu interior. Estes índices, logo, são variáveis, pois, a cada número publicado muda-se o tempo da enunciação.

O objetivo deste tópico é demonstrar como suporte e data se articulam para a constituição da referência e do sentido dos enunciados em um jornal, assim como para a determinação da temporalidade que ocupa o enunciador. Esta demonstração foi realizada a partir da extração de 4 enunciados que se referem ao cabeçalho por anterioridade, posteridade e simultaneidade da primeira edição da **Folha do Norte** de 1930:

Cabeçalho **Folha do Norte**

FOLHA DO NORTE		
Publica-se aos domingos	Montes Claros, Domingo, 06/04/1930	Anno I – n. 12

Referência por anterioridade:

- 1. *“Os acontecimentos de 6 de fevereiro nesta cidade”;* 2. *“desde 11 de março p.findo”;* 3. *“a questão nos primeiros dias deste mês; o chefe gaúcho, em seu próprio interesse, não conseguiu subtrair o Rio Grande do seio da aliança liberal”;* 4. *“eu senti bem qual é o sentimento do Rio Grande”.*
1. Como esta é uma publicação referente ao mês de abril, a expressão “os acontecimentos de 6 de fevereiro nesta cidade” somente podem se referir a um tempo passado e de conhecimento da comunidade pelo artigo definido “os”. Caso este fosse um enunciado futuro seria necessária uma expressão como “do próximo ano” ou “do ano que vem” que deveriam também ser previamente reconhecidos pelo leitor;
2. A segunda expressão refere-se a um momento anterior ao da enunciação pelo dêitico “findo”;
3. “primeiros dias deste mês” refere-se a uma data passada próxima ao momento da enunciação, desde que, o mês de abril ainda estava no seu sexto dia na data da publicação;
4. O tempo passado que remete o verbo “senti” demonstra que o sentimento em questão é anterior à data de publicação do jornal. Sem o cabeçalho seria impossível determinar qual é o presente de um sentimento passado.

Referência por posteridade:

- 1. “*11 de maio próximo; elegeremos o candidato que irá suceder o eminent presidente*”; 2. “*para suceder o notável estadista que em breve terminará entre, entre bêncas e aclamações seu futuro quadriênio*”; 3. “*nenhum mineiro deverá declinar o direito de votar na eleição de maio próximo*”; 4. “[...] com a bachanal das fraudes encabeçadas por São Paulo, vai se tornar mais intensa, mais ardorosa [...]” (*sic*).

1. O dêitico “próximo” refere-se ao 11 de maio do mesmo ano da enunciação determinada pela data do cabeçalho. “Próximo” não teria referência sem a data expressa no cabeçalho.

2. A palavra “breve” deve sempre se relacionar a um futuro próximo em referência ao presente do cabeçalho.

3. O verbo de ordem ou conselho “deverá” pressupõe uma futuridade relacionada ao momento da enunciação.

4. O verbo “vai” realiza uma previsão em relação a ações das quais se toma consciência no presente da enunciação.

Referência por simultaneidade:

- 1. “*Após uma interrupção bastante longa, reata hoje este jornal*”; 2. “*o momento dramático que atravessa a política nacional*”; 3. “*repelindo com energia a intromissão os elementos estranhos [...], perturbadores do ritmo pacífico que nos domina*”; 4. “*até o momento, o supremo tribunal não julgou o conflito*” (*sic*).

1. O dêitico “hoje”, presentifica a enunciação e coloca em relação simétrica a data de abertura do jornal com a do cabeçalho.

2. O tempo presente que remete o verbo “atravessa”, mostra um presente não acabado que se relaciona frouxamente com a data do cabeçalho, pois tais fatos já vinham acontecendo antes da enunciação e provavelmente continuarão por algum tempo depois.

3. O tempo presente se mostra marcado pelo verbo “domina” que funciona da mesma maneira de 2. Uma vez que, a dominação já existia antes da enunciação e continuará por algum tempo após a enunciação.

4. A expressão dêitica “até o momento” relaciona o presente da enunciação simétrico à data do cabeçalho, assim como o relaciona a fatos do passado.

A temporalidade impressa nos textos não se restringe aos verbos e dêiticos; ela pode ser encontrada por meio de marcadores como os nomes próprios, substantivos, adjetivos e advérbios mais comuns em uma época do que em outra. Esta é uma análise pontual da relação entre o cabeçalho e as temporalidades impressas nos jornais, cujo objetivo foi mostrar que a data impressa nos cabeçalhos é importante para que os jornais sejam analisados como portadores de enunciados e, consequentemente, referência. Sem as datas impressas nos jornais, tais enunciados perderiam em grande medida seu estatuto de item analisável, desde que poderiam referir-se a qualquer época. Mesmo que elementos como os nomes próprios “Aliança Liberal” e “Olegário Maciel” permitam referência histórica, eles possuem um valor referencial menor do que a relação entre as datas impressas nos cabeçalhos e os conteúdos enunciados.

3.2.1 A edição extraordinária

A periodicidade diária ou semanária de um jornal proporciona campos de referência temporais distintos. Nos jornais de publicação diária a notícia geralmente é “quente”, ou seja, deve-se publicar aquilo que aconteceu no dia anterior; já os semanários realizam um apanhado geral da semana. Nos semanários, quando acontecimentos são considerados urgentes ou importantes, surgem as edições extraordinárias, que surpreendem os leitores que se habitual às edições semanais. As edições extraordinárias, assim, possuem como princípios básicos a infrequência de um fato e o impacto social de um acontecimento. A partir da análise de algumas edições extraordinárias tanto da **Gazeta do Norte** quanto da **Folha do Norte**, no entanto, foi constatado que aquilo que é considerado extraordinário em um jornal pode não o ser em outro, fato este que mostra o caráter subjetivo da extraordinariedade.

O jornal semanário **Gazeta do Norte**, de 1930, publicava seus números aos sábados. Logo, uma publicação na quinta-feira, como no caso de 6/02/1930, somente poderia ocorrer como edição extraordinária, o que é marcado em seu cabeçalho e confirmado por dêiticos como “hoje” ou “nesta data”. Era o dia do início dos congressos econômicos viabilizados pela *Concentração Conservadora* na cidade, conforme a manchete – “Os congressos econômicos da *Concentração Conservadora*: a instalação de um deles, sobre: algodão, cereais, tabaco e seus derivados, produtos de cahna de assucar e pecuária, iniciar-se-á hoje, nesta cidade”

(GAZETA DO NORTE, Montes Claros, 06/02/1930). Aquele era um dia de festa para a *Concentração Conservadora* local; o Vice-Presidente da República, Mello Vianna, era o principal convidado para os congressos, seguido por seu correligionário, o Presidente do Banco do Brasil Carvalho de Brito. Como a posição ideológica da **Gazeta do Norte** era favorável a este grupo, era previsível a publicação de uma edição extraordinária sobre um evento desta magnitude. Montes Claros nunca havia recebido políticos tão poderosos como Brito e Vianna; a linha de ferro fora inaugurada somente quatro anos antes, em 1926, e a cidade era até então isolada do resto do país, com a exceção de algumas estradas boiadeiras como a que ligava Montes Claros a Diamantina.

O referido congresso, no entanto, nunca aconteceu, e, como já mencionado, nesse dia em questão, da casa do político João Alves, abriu-se fogo contra a multidão que realizava a passeata de boas vindas aos políticos, tendo havido algumas vítimas fatais. A publicação desta edição extraordinária foi seguida por outra na quinta-feira seguinte; o jornal não publicou sua edição no sábado da mesma semana como fazia costumeiramente. A edição extraordinária do dia 13/02/1930 tinha então como manchete: “A tocaia sinistra dos liberaes! Da casa do senhor João José Alves, conhecido protetor de bandidos – sicários emboscados alvejaram Mello Vianna e Carvalho de Brito – Uma das vítimas foi a senhora Iracy de Oliveira Novaes, Irmã do nosso diretor” (GAZETA DO NORTE, Montes Claros, 13/02/1930). Esta segunda edição extraordinária se referia ao envento de 6 de fevereiro, que tornou-se notório em todo o país. Em Montes Claros, a “emboscada de bugres” causou comoção, pois foram mortos e acusados membros da aristocracia local.

A **Folha do Norte** divulgou sua primeira edição extraordinária no dia 12 de agosto de 1930, uma terça feira, fato que quebrava a lógica das publicações aos domingos. A manchete desta edição era “Uma grande data de Montes Claros: faz annos hoje o dr. João Alves”. Pode-se crer que essa edição extraordinária, mais do que um serviço para o leitor, era uma forma de bajular o político. A **Folha do Norte** aparentemente, nasceu para defender a honra do médico-político ferida por enunciados como os de 13 de fevereiro da **Gazeta do Norte**. A publicação de tal edição extraordinária tem mais ou menos o mesmo caráter daquela da **Gazeta do Norte** sobre os congressos econômicos que precedeu os homicídios de 06/02/1930, com um interesse que era mais político do que social.

Por meio desses exemplos, o índice “edição extraordinária” impresso em um jornal e sua relação com os déiticos a ele relacionados, serve de referência para que o leitor tome consciência de algo de importância que acontece na comunidade, no entanto, aquilo que é ou deixa de ser extraordinário em um ou outro jornal é algo subjetivo; a **Gazeta do Norte**, por

exemplo, sequer mencionou o aniversário de João Alves na mesma semana da edição extraordinária da **Folha**.

3.2.2 Ano e número – memória discursiva

Os índices de ano e número de produção no cabeçalho de um jornal servem para a localização do pesquisador sobre a história do jornal. São eles que determinam qual é o início das publicações e por quais fases históricas já passou; ou seja, determina sua memória discursiva. É pela exposição desse dado que o pesquisador pode buscar o posicionamento do jornal em relação a eventos na história, pois é a partir dele que pode ser definida a longevidade de seu passado. Dessa forma, por enunciados publicados no passado, a coerência do posicionamento ideológico de um jornal pode ser colocada em xeque pelas mudanças ocorridas ao longo do tempo. Como exemplo dessa possibilidade de mudança que gera a contradição, será demonstrado a partir de duas edições da **Gazeta do Norte**: uma de 1918 e outra de 1930, como o grupo político proprietário deste jornal proferiu enunciados de valor contraditório em relação a João Alves em um espaço de 12 anos sobre um mesmo evento.

Em 1918, houve uma epidemia de gripe espanhola no país, e pela sua atuação como médico no evento em Montes Claros, João Alves era fortemente elogiado na **Gazeta do Norte**. A gripe espanhola matara 13 pessoas na cidade em uma semana. Assim foi relatado o papel de João Alves na Santa Casa:

O dr. João Alves, médico assistente desse hospital visitava-o diariamente, sem fadiga e sem excusas, tratando a todos com seu proverbial carinho e fornecendo dezenas de receitas. (GAZETA DO NORTE, Montes Claros, 21/12/1918).

Já em 1930, o mesmo jornal ameaça relatar a verdade nua e crua sobre a atuação de João Alves no mesmo caso, a gripe de 1918, verdade essa que contrariaria o enunciado do jornal na data em questão:

Demos tempo ao tempo. Havemos de voltar ainda a este assumpto para metter o escapello naquelle tumor que aqui se enfeita com o suggestivo título de Santa Casa de Caridade... para historiar o caso da gripe em toda sua nudez e o resto... Os ursos hão de saltar, tangidos pela crueza da vedade, dentro das pelles de cordeiros com que pretendem mascarar-se aos olhos do público [...] (sic) (GAZETA DO NORTE, Montes Claros, 24/05/1930)

É somente porque a **Gazeta do Norte** já publicava em 1918, ano no qual o médico-político João Alves esteve envolvido no caso da gripe, e que a partir da sua atuação nesse caso

passou a ser considerado um “médico humanitário”¹⁹, que se pode comparar o que era dito sobre tal político nesse mesmo jornal em dois períodos diferentes. Neste caso, ou o jornal mentiu em 1918 ou em 1930, desde que os dois enunciados são necessariamente excludentes. Se a verdade da gripe espanhola de 1918 doerá para Alves se revelada em 1930, ele não poderia estar atuando incansavelmente “dando receitas” no hospital em 1918.

O ano e o número de publicação de um jornal impressos no seu cabeçalho, além de refletir a longevidade de sua memória, servem de apoio na apreensão da razão de alguns de seus conteúdos. Os anos e números de publicação na **Gazeta do Norte** e na **Folha do Norte**, por exemplo, possibilitam a compreensão da natureza de seus anunciantes. A **Folha do Norte**, até seu retorno, em 6 de abril de 1930, havia publicado 11 números no ano de 1929, e, no cabeçalho de seu número 12 (o de retorno) era impresso “anno I”; já a **Gazeta do Norte**, em 5 de abril do mesmo ano, estampava em seu cabeçalho “anno XII – Nº. 717”. É por sua longevidade, provavelmente, que a **Gazeta do Norte** possuía anunciantes mais fortes do que a **Folha do Norte**. Enquanto os anunciantes da **Gazeta** eram comumente companhias farmacêuticas, os anunciantes da **Folha**, em sua maioria faziam parte do comércio local, assim como, dos profissionais liberais. Esta constatação não nega que um meio de comunicação já possa nascer com patrocínios mais poderosos do que outro anterior; no entanto, é pela constatação da diferença entre os dois jornais, juntamente com as referências em seu cabeçalho, que se tornam possíveis atos de interpretação da sua história como este. Neste caso, a juventude de um jornal justifica seus patrocinadores locais, assim como a longevidade do outro, justifica seus patrocinadores nacionais. O número e ano de publicação mostram o tamanho do arquivo de um jornal e possibilitam sua análise enquanto memória discursiva.

A partir destas constatações relativas à sua data de publicação pode-se dizer que o jornal constrói seus dizeres a partir do presente do cabeçalho, fato que produz no leitor o efeito de que seus enunciados são materializados na enunciação. Os jornais, portanto, pela “presentidade” que é mostrada em seus cabeçalhos simulam, de certa forma, interações face a face.

3.2.3 O local de publicação – valor social

¹⁹ Esta ocorrência aparece na Folha do norte em 18/05/1930 e ironicamente, pelo uso de aspas, na **Gazeta do Norte** em 01/03/1930.

No cabeçalho de jornais, geralmente, além da periodicidade, data, ano de publicação, número e nome do jornal, há referências ao local de publicação. Entre o nome da cidade impresso no cabeçalho e o material linguístico impresso no jornal há uma relação referencial semelhante à das datas. São diversos os dêiticos que podem aparecer em um jornal que referem a seu lugar de publicação:

1. “Está na memória de todos a campanha ingrata que moveu contra o coronel Francisco Ribeiro, benemérito **da cidade**, e de quem, em sã consciência, ninguém poderia dizer nada de mal. Pois a **Gazeta** disse delle cobras e lagartas, a ponto de provocar o levantamento em massa dos homens de representação **local**”. (FOLHA DO NORTE, Montes Claros, 27/04/1930)
2. “Dr. João José Alves, chefe de grande prestígio **no município**, que se empenha vivamente pale victória esmagadora dos candidatos Maciel e Pedro Marques”. (FOLHA DO NORTE, Montes Claros, 04/05/1930)
3. “Retrato de Mello Vianna, patrono de **nossa Escola Normal**, retirado do seu salão nobre e afixado ao despejo”. (GAZETA DO NORTE, Montes Claros, 04/01/1930)
4. “Documento de civismo e de grande amor à **nossa terra**”. (GAZETA DO NORTE, Montes Claros, 10/05/1930).

Todas as expressões dêiticas supracitadas referem-se à cidade de Montes Claros, citada no cabeçalho. Elas não teriam sentido sem que houvesse, aí, a tomada da palavra do enunciador que divide o mesmo espaço de enunciação do interlocutor. Os exemplos citados referem à relação estabelecida entre conteúdo e cabeçalho, locutor e interlocutor. Nos números 1 e 2 dos excertos acima, os dêiticos referem-se diretamente à cidade da qual o jornal enuncia pelos elementos negritados. Já nos números 2 e 3, os pronomes possessivos “nosso” e “nossa” estabelecem uma ponte entre enunciador e o leitor juntamente com localizadores espaciais como “cidade” e “escola”. Assim como ocorre com os dêiticos temporais, os espaciais como acima somente tornam-se enunciados, ou, remetem a uma instância de enunciação, no momento em que se relacionam com o cabeçalho. O aparecimento de índices que estabelecem uma relação entre locutor e interlocutor como “nosso” e “nós” não embreados, inserem o último como função de um meio de comunicação.

3.2.4 Assinatura em matérias jornalísticas: características gerais

Segundo Jacques Derrida (1988), a assinatura implica a ausência física do enunciador, desde que, em enunciados orais, a sua presença anula a necessidade deste marcador. Além de relação intrínseca com o canal escrito, a assinatura é para o autor um índice de perenidade, pois, mostra a presença de um “eu” no passado que é garantido no futuro e que gera, portanto efeitos por semelhança e atualidade. A assinatura, logo, como explicam Charaudeau & Maingueneau (2008) se comporta como um dêitico por fornecer ao escrevente ancoragem situacional, remetendo-se ao sujeito e ao momento de enunciação:

A assinatura é situada, geralmente, na margem inferior do escrito. Assim destacada do corpo do texto, ela é particularmente visível. Sua forma manuscrita é apenas mais saliente, tanto que o signo, frequentemente ilegível, implica mais o grafismo que a escritura. Essas características permitem reaproximar a assinatura do funcionamento de um gesto: ela chama atenção, mas o objeto para o qual ela aponta não é outro senão ela mesma. A auto-reflexividade assim provocada tem por consequência fazer aparecer, sobre o suporte escrito, um indício. O signo remete de fato, nesse momento, ao sujeito, ao lugar da enunciação. Nesse sentido a assinatura pode ser considerada um indicador de deixis, associando o indicador da pessoa ao da ostensão (Charaudeau & Maingueneau, 2008, p.69).

A assinatura, portanto, remete àquele que enuncia ou se responsabiliza por enunciado, sendo um elemento que informa o leitor, de certa forma, da origem do texto e organiza determinados textos em torno de um autor. Ela, portanto associa quem diz àquilo que é dito. A assinatura, no entanto, não deve ser sempre pensada como índice análogo ao de autoria como mostram Foucault (2010), Pêcheux (2009) Ducrot (1987) e Authier (2004). Esses autores discutem situações em que o autor tem um tipo de existência que é diferente daquele que assina um texto. Elementos como o uso das aspas, estudadas em profundidade por Authier (2004) e Ducrot (1987), revelam como nem sempre o autor de um enunciado é aquele que efetivamente o enuncia. Foucault (2010) e Pêcheux (2009), de outra maneira, refletem que o discurso consiste da articulação de enunciados já proferidos e outros que mais ou menos, os “parafraseiam” de maneira que não há discurso original; o discurso sempre se baseia em uma memória discursiva, ou em outros discursos que variam de acordo com sua filiação a uma formação discursiva. Ducrot (1987) ainda destaca que muitos textos, mais ou menos formais, como as declarações ou pedidos oficiais já se encontram redigidos, sendo assim, aqueles que os assinam não são efetivamente seus autores.

Um autor, assim como um jornal, possui um nome próprio, o que determina que, assim como ocorre com os indivíduos, mesmo nos casos de homônima, um nome próprio de jornal designa um jornal e nenhum outro além dele, mesmo que existam centenas de jornais com o mesmo nome. Se por um lado, como já destacado, o nome de um jornal pode servir como

origem de uma matéria pelo *efeito de sujeito*, nem todos enunciados em um jornal são atribuídos ao próprio jornal; um jornal não “escreve” tudo o que está em seu interior, pois as matérias assinadas ou autorais podem ser referidas pelo leitor pelo nome do autor além daquele do jornal, como geralmente ocorre nas colunas, reportagens investigativas e artigos. É por isso que se pode atribuir uma matéria a um autor, como a seguir: em sua coluna de 26/10/1929 na **Gazeta do Norte**, Ary de Oliveira criticou o político Antônio Carlos, chamando-o de “*uma das figuras mais contraditórias e furtas cores do atual regime*”.

Retomando a questão da assinatura de matérias jornalísticas, empiricamente, pode-se constatar que na **Gazeta** e **Folha do Norte** dois tipos distintos de textos podem ser determinados:

1. Os assinados, que geralmente são imputados a um autor como as colunas, cartas, comentários e artigos;
2. Os não necessariamente assinados, como os editoriais, notícias e notas, que na ausência de uma assinatura somente podem ser imputadas ao jornal mesmo.

Tendo como base a divisão entre matéria assinada e não-assinada, neste subitem, será descrito o funcionamento discursivo da questão da autoria nos dois jornais em três categorias:

- A1. matéria assinada;
- A2. matéria assinada sob pseudônimo;
- B. matéria não assinada.

Acredita-se que ao realizar a análise destes jornais será também realizada uma análise de seus discursos, pois a questão da autoria, ou da função-autor como destaca Foucault (1998), não funciona da mesma maneira ao longo dos textos, tempos e culturas, assim como, o autor, como sujeito enuncia sempre a partir de uma formação discursiva:

Talvez seja tempo de estudar os discursos não somente em seu valor expressivo ou em suas transformações formais; mas nas modalidades de sua existência: os modos de circulação e valorização de atribuição e apropriação dos discursos variam com cada cultura e se modificam no interior de cada uma; a maneira em que se articulam com relações sociais se decodifica, me parece de maneira mais direta no jogo da função-autor e em suas modificações que nos temas e nos conceitos que eles põem em prática. (FOUCAULT, 1998, p. 103, Tradução nossa)²⁰

²⁰ Quizá es tiempo de estudiar los discursos no solamente en su valor expressivo o en sus transformaciones formales; sino en las modalidades de su existencia: los modos de circulación, de valorización, de apropiación de los discursos varían con cada cultura y se modifican en el interior de cada una; la manera en que se articulan con relaciones sociales se descifra, me parece, de manera más directa en el juego ed la función-autor y sus modificaciones que en los temas o los conceptos que ellos ponen en práctica. (FOUCAULT, 1998, p. 103)

Como a circulação e valorização dos discursos é variável, a cada tempo o autor tem um valor e atribuições distintas que se relacionam ao momento sócio-histórico de cada local, assim como um autor se dispersa ao longo de um texto, o que complexifica sua identidade. Antes de analisar a materialidade discursiva dos jornais, no entanto, é necessário discutir brevemente a partir de Foucault (1998) como a assinatura e a autoria são encaradas nesta pesquisa.

3.2.5 Texto sem assinatura, o editorial

Quando se fala de editoriais, um fato a ser destacado é que eles não necessitam de um autor como princípio de sentido ou eficácia, e concentram em seus enunciados uma pluralidade de egos. A desnecessidade da assinatura de um autor faz com que os editoriais sem assinatura sejam imputados ao jornal mesmo, contendo uma multiplicidade que articula diferentes posições de sujeito. Sem uma assinatura, a atribuição da autoria de um texto editorial a um jornal é um fato complexo, pois, como já discutido, a possibilidade de que uma empresa como um jornal possua uma opinião só é possível a partir daquilo que foi chamado de *efeito de sujeito*. A opinião em um editorial, assim, funciona como processo metonímico “do consenso de opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização” (MELO, 1985, p. 96).

Muito tem sido falado a respeito dos editoriais como lugar da emergência da opinião dos jornais, no entanto, ainda não aconteceram discussões sobre as funções de autoria que podem compô-los. Para demonstrar o funcionamento discursivo da subjetividade dos editoriais dos números inaugurais de **Gazeta** e **Folha do Norte**²¹, o método para a extração de dados foi o uso do pronome “nós” e dos verbos terminados em “mos”, nos enunciados dos editoriais. Este pronome, assim como toda a série referente à primeira pessoa do plural, “nosso”, “nossa” serviram como base analítica para determinar quais posições os sujeitos do jornal ocupam nesses espaços, desde que, “nós”, enquanto pronome, é um “espaço vazio” e plural no sistema da língua que é apropriado pelo sujeito da fala, e os verbos terminados em “mos” são a encarnação mais direta desses pronomes. Foram tais índices os escolhidos para demonstrar diferentes posições de sujeito no texto sem assinatura, exatamente porque se não

²¹ Como não foram encontrados nos arquivos locais os primeiros 11 números da **Folha do Norte** até setembro de 1929, foi analisado o primeiro número de seu retorno, nº 12, de 06/04/1930.

se pode atribuir exatamente autoria a um texto sem assinatura, logo, nestes textos é importante identificar quem são os envolvidos na cena de enunciação.

Segundo Benveniste (1995), as formas pronominais não remetem à realidade ou posições objetivas no tempo e espaço, mas à enunciação que as contém e que reflete seu emprego:

A importância da sua função se compara à natureza do problema que servem para resolver, e que não é senão o da comunicação intersubjetiva. A linguagem resolveu esse problema criando um conjunto de signos “vazios” não referenciais em relação à “realidade”, sempre disponíveis e que se tornam “plenos” assim que um locutor os assume em cada instância do seu discurso. Desprovidos de referência material, não podem ser mal empregados; não afirmando nada não são submetidos à condição de verdade e escapam a toda negação. O seu papel consiste em fornecer o instrumento de uma conversão, a que se pode chamar a conversão da linguagem em discurso. (BENVENISTE, 1995, p. 280)

Benveniste (1995) afirma ainda que se cada indivíduo dispusesse de um indicativo próprio, a comunicação se tornaria impossível; logo, a linguagem previne essa possibilidade instituindo os dêiticos como símbolos únicos, porém móveis, nos quais cada locutor assume toda a linguagem. Sobre o “vazio” da classe dos pronomes pessoais relatado por Benveniste (1995), ele diz que “eu” e “tu” são fundamentalmente intercambiáveis em uma interação, desde que em seu turno, cada enunciador se apropria de uma dessas formas e delega a outra a seu enunciatário. O pronome “ele”, por outro lado, não se encontra na situação de interação de “eu” e “tu”; “ele” é a pessoa da qual falam “eu” e “tu”, sendo exterior à situação de interação ele é considerado pelo autor uma “não pessoa”. Já o “nós” é, para Benveniste (1995), em “eu” ampliado e indeterminado, sendo este pronome, para Fiorin (2005, p. 60), a “união do eu com um não-eu”.

O pronome “nós” e os verbos terminados em “mos” serviram como método de análise da dispersão do sujeito nos editoriais por sua indeterminação referencial de maneira que tal pronome reporta-se a diferentes posições de enunciação. Sobre a importância do “nós” na análise de discursos em relação aos outros pronomes, Guespin (*apud* Indursky, 1992, p. 65) afirma que, em se tratando dos interlocutores sociais, “eu” e “tu” têm muito pouco a dizer, desde que se referem somente à instância de produção; já o “nós” pode incluir uma gama de elementos sociais por sua possibilidade de associação com referentes variados.

Neste estudo foi primeiramente realizado um levantamento das ocorrências do pronome “nós” nos dois editoriais citados, tendo em seguida sido realizada uma divisão e uma reflexão sobre as posições de sujeito que emergiram de forma geral e específica. Nessa análise foi encontrada, de forma geral, uma categoria do pronome que exclui o leitor centrando-se na

instância de produção do jornal, assim como, uma em que o leitor é incluído e que mostra o lugar do jornal na sociedade e que determina o leitor como função do jornal. Além desse índice de generalidade, pôde também ser determinada, a partir da análise de tal pronome, uma corporalidade referente aos dois jornais que condizem com o momento de sua enunciação, com a **Gazeta do Norte** demonstrando como ela era um elemento de modificação da sociedade e a **Folha do Norte** como expressão de sobriedade. Não se espera que a partir desta análise haja algum tipo de regra geral na qual todos os editoriais de todos os jornais em todos os tempos devam se encaixar, mas não se quer deixar de pensar que todos editoriais pressupõem posições heterogêneas dos sujeitos que compõem sua produção.

Editorial 1. **Gazeta do Norte**

[...] O jornal é a mais fecunda semente da civilização e o attestado mais eloquente de um povo. [...] (1) **Temos** em mira o desenvolvimento moral, material e intelectual deste canto de Minas e para (2) **servirmos** a seus interesses que são interesse de sua collectividade, não (3) **pouparemos** esforço algum. (4) **Desejamos** que o (5) **nossa** modesto jornal faça conhecidas, fora daqui, as (6) **nossas** condições a riqueza desta vasta zona e o valor moral e intelectual de seus habitantes.

A prosperidade deste município, depositário de todos os elementos que o podem colocar na vanguarda dos demais, desta vasta zona norte mineira, será principalmente o alvo que (7) **teremos** em vista, seja quais forem as dificuldades de que (8) **nos** deparem.

[...] (9) **batalharemos** sobre as (10) **nossas** necessidades locaes, insistindo sempre para obtenção de tudo o que (11) **nos** falta e a que (12) **temos** incontestável direito; não (13) **descuidaremos** da educação cívica do povo, fazendo-lhe conhecer as (14) **nossas** datas nacionais e a história dos (15) **nossos** antepassados illustres, despertando-lhe o sentimento patriótico, pelo conhecimento das causas de (16) **nossa** cara Pátria; (17) **resistiremos** em absoluto, às discussões pessoaes ou outras, sobre individualidades e ainda mesmo quando provocados, não (18) **revidaremos** golpes, em linguagem inconveniente; aos (19) **nossos** colaboradores (20) **daremos** inteira liberdade de opinião, (21) **reservandonos** tão somente o direito de não aceitar e nem publicar artigos sobre política local; (22) **aceitaremos** com a maior solicitude correspondência dos municípios vizinhos e de todos os demais que compõem a vasta zona do Norte de Minas; finalmente, (23) **procuraremos** por todos os modos do (24) **noso** alcance, congregar a família montesclarensse, infelizmente desunida por interesses partidários que só entraves poderão trazer ao bem estar e desenvolvimento de (25) **nossa** cidade.

[...] O apoio que (26) **esperamos** do público (27) **nos** confortará a consciência, (28) **nos** affastando do egoísmo e da vingança e (29) ditando-**nos** a recta a seguir: o interesse da collectividade de Montes Claros, isto é, o seu desenvolvimento moral, intelectual e material.

(30) **Faremos** de (31) **nossas** funcções um sagrado sacerdócio e sem (32) **medirmos** sacrifícios, (33) **avançaremos** sempre e sempre [...]. O desprezo pela sua propria individualidade faz do cidadão um titere, facil de ser manejado pelo primeiro que delle souber aproveitar-se. A época porém é de resurgimento e para a (34) **nossa** Patria, feliz e respeitada, (35) **precisamos** congregar todos os esforços (*sic.*). (GAZETA DO NORTE, Montes Claros, 06/07/1918, **grifos e numeração nossos**).

Tomando como base todos os “nós” encontrados no editorial acima e sua série referente à primeira pessoa do plural, neste texto, foi possível encontrar duas posições de sujeito que se articulam de forma ampla: o sujeito da produção do jornal, ou, instância de locução, e o sujeito que divide um espaço social com seu alocutário no lugar de recepção. A numeração relativa aos grifos no editorial foi transposta em cada uma das categorias de referência abaixo:

Instância de produção	Instância de alocução
(1); (2); (3); (4); (5)*; (7); (8); (9); (13); (17); (19); (20); (21); (22); (23); (24); (25); (26); (27); (28); (29); (30); (31); (32); (33)	(5)*; (10); (11); (12); (14); (15); (16); (18); (34); (35)

Na instância de produção são encontradas posições de sujeito relativas a todos aqueles que fazem com que a publicação aconteça. Nela, podem ser encontrados colaboradores, editores e a direção do jornal. Já no item relativo ao lugar de recepção, é mostrada uma preocupação do jornal em revelar que ele divide o mesmo espaço social que seu alocutário montes-clarense. Além destas duas categorias, foi encontrada uma intermediária em que é impossível determinar se o leitor está ou não incluído no texto, como em (5)*. Em (5)*, quando o autor se refere a “nossa jornal”, não se pode afirmar se o leitor está ou não incluído no enunciado, desde que, como leitor o jornal de certa maneira também lhe pertence. A divisão entre espaços de produção e recepção pode ser desdobrada em outras categorias que revelam a identidade enunciadora pela dispersão de sujeitos na qual ela se constitui. O texto mostra um enunciador que se dispersa em brioso, moderno, corajoso, engajado, patriota, isento e bem feitor. A identidade da **Gazeta do Norte** nesse editorial inaugural é formada, assim, pela multiplicidade de posições que os sujeitos da enunciação podem assumir. Todos esses arranjos permitem que se atribua uma corporalidade ao jornal constituindo-o como “ser” com diversas facetas, destacando aí a tentativa de construção de um *ethos*.

Editorial 2. **Folha do Norte**

[...] Há muito tempo já (1) **tínhamos** (2) **nossas** novas oficinas montadas, mas, dificuldades de toda natureza (3) **nos** inhibiram de dar circulação ao (4) **nossa** jornal, pelo que só agora, e assim mesmo em caráter provisório, (5) **vimos** entregá-lo aos (6) **nossos** antigos leitores.

Provisório, porque, luctando com a falta de pessoal technico para sua confecção, pessoal que (7) **contractamos**, mas que ainda não chegou – e estando um de (8) **nossos** companheiros – justamente o chefe técnico envolvido, embora indevidamente, nos lamentáveis acontecimentos do dia 6 de fevereiro nesta cidade, não (9) **garantimos** a regularidade que mais adeante (10) **manteremos**, com a normalidade das cousas.

Na sua primeira phase, FOLHA DO NORTE tinha uma circulação muito restricta, pois mesmo dentro da cidade muitas pessoas não a recebiam por uma lamentável omissão (11) **nossa**. Agora, porém, (12) **corrigimos** o lapso, enviando-a a todos os habitantes daqui. E os que não quiserem a receber, é só devolver este número. Serão riscados do (13) **nossa** cadastro os seus nomes.

Uma boa nova **transmitimos** aos (14) **nossos** leitores. Para a direção e redacção da FOLHA, vão entrar, oportunamente, alguns nomes de relevo no jornalismo mineiro, o que constituirá uma garantia segura para o acolhimento que nos dispensarem [...] (*sic*) (FOLHA DO NORTE, 06/04/1930, p.1)

Instância de produção	Instância de alocução
(1); (2); (3); (4); (5)*; (6); (7); (8); (9); (10); (11); (12); (13); (14); (15); (16)	(5)*

Na instância de produção do editorial da **Folha do Norte**, assim como na **Gazeta**, fala-se sobre os lugares da produção do jornal, as oficinas, os colegas de trabalho, o cadastro e os responsáveis pela distribuição. Na ocorrência (5) não é possível determinar se “nossa jornal” inclui somente a produção ou se ela também compreende o leitor, fato que confirma a reflexão de que o “nós” pode sempre estar munido de uma referência não objetiva, tendo sido encontrada uma ocorrência do mesmo gênero na **Gazeta**. Sobre as ocorrências da instância de alocução, os dois editoriais se utilizam do pronome “nossos” remetendo diretamente aos seus leitores. Os jornais, em seus editoriais, como sujeitos coletivos, ao referirem a si mesmos usam o pronome “nós” ou verbos terminados em “mos”, fato este que confirma que o *efeito de sujeito* de um jornal não é um fenômeno total de incorporação. É impossível que um jornal, mesmo em seu editorial, profira um ato de fala se utilizando do pronome de primeira pessoa “eu”; um jornal não pode ser efetivamente uma pessoa, de maneira que ele somente pode referir a si mesmo pela indeterminação do pronome “nós”.

Sobre as posições de sujeito que atribuem identidade a esse editorial, estão a de sujeito injustiçado, de opinião neutra, engajado, companheiro e arrependido. O editorial de **Folha do**

Norte possui um caráter mais descritivo que o da **Gazeta**, apresentando uma tonalidade sóbria que se desculpa e realiza correções acerca de seu período anterior encarnando um *ethos* de moderação que contrasta ao da **Gazeta**, que é de jovialidade. É importante salientar que o número de ocorrências menor relativo à instância de alocução na **Folha do Norte** se deve ao caráter descritivo deste editorial em relação ao fazer jornalístico, o que pressupõe um nível de engajamento menor do leitor no texto que aquele da **Gazeta** que tem um caráter mais social.

Tendo como base a análise das subjetividades que emergiram no uso do “nós” e de verbos teminados em “mos” nos editoriais de inauguração dos dois jornais, enquanto textos sem assinatura, puderam ser determinadas distintas instâncias de subjetividade e corporalidade. Também pôde ser constatado que mesmo sendo o jornal um lugar no qual se articulam diversos sujeitos, é possível, por meio na análise de seus editoriais, determinar algum tipo de *ethos* mais ou menos marcado que é determinado pela situação de discurso.

3.2.6 Texto assinado sob pseudônimo

Aquele que assina um texto com um pseudônimo é um sujeito como outro qualquer, sendo a diferença entre seus escritos e aqueles dos autores que efetivamente os assinam de ordem cartorial, ou seja, ela visa beneficiar os interesses de determinado grupo. Em um texto assinado sob um pseudônimo, seu autor é um *ser de discurso*; ele cria uma imagem de si apenas pelo que diz/escreve, sem qualquer relação necessária com a exterioridade ou com o mundo das pessoas; daí as definições *nom de plume* do francês e *pen name* do inglês. Um pseudônimo, assim, não pode possuir *strictu sensu* o que Mangueneau (2011) chama de *ethos* pré-discursivo, ou uma imagem do enunciador formulada pelo interlocutor antes mesmo que enuncie, a não ser que esta corporalidade seja criada artificialmente.

Como o objetivo de um autor que assina um texto sob um pseudônimo é descolar o sujeito enunciador do sujeito de carne e osso, o pseudônimo serve como dispositivo libertador de identidades familiar, profissional, acadêmica, sexual, racial etc. São diversos os casos e razões na história que fizeram sujeitos se utilizar de pseudônimos; aqui serão brevemente citados três exemplos:

1. Chico Buarque de Holanda, cansado de ter suas músicas proibidas pela Ditadura, passou a se utilizar o pseudônimo de Julinho da Adelaide, concedendo até mesmo uma entrevista sob esse pseudônimo ao repórter Mário Prata, do jornal **Última Hora**²²;

²² <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/1136566-entrevista-de-pseudonimo-de-chico-buarque-vira-cd.shtml>

2. As irmãs Brontë publicaram alguns de seus livros com pseudônimos masculinos para não revelarem seu sexo. Havia rumores que Currer Bell, pseudônimo de Charlotte Brontë, era um tecelão de Lancashire (AMIGONI, 2000, p. 73);
3. Na introdução à edição de 1989 do livro **História social do jazz**, Eric Hobsbawm afirma que a publicação deste livro, quase trinta anos antes, sob o pseudônimo de Francis Newton tinha como intenção “manter as obras do autor como historiador separadas de sua produção como jornalista de jazz” (HOBSBAWN, 2008, p. 11).

Nos três casos, os autores criaram pseudônimos para que não fossem identificados com sua pessoa encarnada, pois isso lhes traria alguma espécie de prejuízo. No caso de Buarque, por ele ser reconhecidamente um autor subversivo, sua assinatura em uma letra de música já pressupunha à censura da ditadura militar um conteúdo inadequado; logo, pelo encobrimento de tal identidade, mais músicas poderiam ser lançadas sem a intervenção do Estado. No caso das irmãs Brontë, elas conseguiriam fazer com que seus textos fossem mais vendáveis simplesmente pela ocultação de sua feminilidade, já que na sociedade do século XIX, no Reino Unido, considerava-se o trabalho de escritor como exclusivo dos homens. Já com Hobsbawm, ele desejava se despir da responsabilidade de ser um dos maiores pensadores ocidentais enquanto historiador para se dedicar à crítica do jazz de maneira mais livre.

Nos jornais **Gazeta e Folha do Norte** são amplamente disseminados tipos de texto que hoje acontecem em menor número: a coluna e o artigo políticos assinados sob um pseudônimo. Estes textos possuem como característica fundamental a violência verbal típica dos textos polêmicos e, em relação a seu conteúdo, elas têm duas direções básicas, a crítica e o elogio a figuras políticas, fazendo-o sempre de forma unidirecional. Como estes jornais eram financeiramente sustentados por grupos políticos, como demonstrado no tópico *Jornalismo, propaganda, política e história*, os atos tanto de crítica quanto de elogio a um ou outro grupo político são previsíveis, havendo aí o que Courtine (2009) chama de campo de antecipação, apesar de não ser possível traçar uma relação de oposição 100% homogênea entre os dois grupos políticos, como será mostrado no próximo capítulo. Dessa maneira, a autoria não é um fator que determina uma posição ideológica nos dois jornais; os autores sempre escrevem respeitando a linha político-ideológica do meio de comunicação em que publicam.

Do o ponto de vista enunciativo, as colunas e artigos assinados sob pseudônimo têm duas intenções que se completam: (1) a ocultação do autor pela possibilidade de represália de um enunciatário e (2) o efeito de que este autor porta dados confidenciais:

1. aquilo que é escrito, pela violência do conteúdo, não pode ser atribuído a nenhum sujeito específico pela possibilidade de retaliação física contra o autor²³;
2. a possibilidade que o autor se camufle por trás de um pseudônimo produz o efeito de que ele pode dizer “verdades clandestinas”.

A partir dos apontamentos sobre o funcionamento enunciativo das assinaturas sob pseudônimo em colunas e artigos políticos, serão mostrados alguns exemplos destes textos na **Gazeta** e **Folha do Norte** e discutidas algumas de suas características principais.

O primeiro texto a ser analisado tem o nome de “Vou preso, mas não me entrego à prisão” da **Folha do Norte** de 27/04/1930, assinado pelo articulista que assina por “X”. Este é um artigo de crítica ao presidente do Banco do Brasil Carvalho de Brito, chefe da *Concentração Conservadora*. O título que se refere a um caso no qual certo Militão que, ingenuamente, ao ser preso, gritava indefeso “resisto à prisão!...”, possui a intenção de que o leitor faça uma analogia entre o “idiota” Militão e o político Carvalho de Brito. Sua orientação é polêmica, pois possui um forte teor provocativo e um tom que varia entre (1) agressividade e (2) ironia:

1. A começar pelo chefe da dita que arrota valentia a plenos pulmões, estribado numas supostas costas quentes do governo federal [...] perseguido pela própria sombra, pois em verdade, ninguém (falho de gente boa) vae gastar seu tempo com esse papão hilariante [...] E apesar disso, arrotando poderes ilimitados [...] Si não valendo nada, mas absolutamente nada, anda alardeando prestígio, poderes, potocas imagináveis, façamos idéia então do que seria se valesse ao menos um real (*sic*) [...]
2. Carvalho de Brito é um homem de prestígio, sendo derrotado fragarosamente em todo o estado, apesar dos 32.000 contos gastos na compra de votos e “dedicações” de potência [...] Um homem do valor e da potência do chefe da *Concentração*, não deveria andar assim escorraçado de todo canto.

Tanto nos enunciados que possuem um tom de agressividade quanto naqueles de ironia (apesar da agressividade poder também ser imputada aos momentos de ironia), é

²³ Ary de Oliveira, diretor do jornal **Gazeta do Norte**, um crítico contumaz da *Aliança Liberal*, por exemplo, teve sua irmã Iracy Novaes assassinada em 06/02/1930 por tiros que saíram da casa do inimigo político João Alves.

possível perceber a desqualificação de Carvalho de Brito de maneira mais ou menos explícita. O pseudônimo X. garante que o articulista possa acusar abertamente o político de comprar votos e ser favorecido pelo governo federal, além de criticar características físicas de Brito como em “papão”; morais, como falta de valor em “não valendo nada, mas absolutamente nada”; arrogância, em “arrotando poderes ilimitados” etc. Sem o uso do pseudônimo, o autor poderia sofrer retaliações pessoais de Brito e seu grupo, dada a violência destes enunciados.

Se a **Folha do Norte** possui como articulista um autor que assina sob o pseudônimo X., a **Gazeta do Norte**, analogamente, apresenta um colunista que assina com o pseudônimo C. Os dois exercem o mesmo papel de produzir textos polêmicos que desqualificam políticos adversários. A coluna assinada por C. tem o nome de “Meu bilhete...”, enquanto sobre X., pode-se dizer que ele é um articulista por suas publicações serem esparsas (sem periodicidade específica) e sem um título que se repete em cada edição. Na coluna “Meu bilhete...”, de C., em 10/05/1930, assim como o faz X. em relação a Carvalho de Brito em 27/04/1930, o alvo é um político, nesse caso, o presente Governador do estado Antônio Carlos Andrade. Há nesse texto o mesmo tom de agressividade e de desvelamento do texto anterior:

- Aos dias escuros e tenebrosos em que os sicários dos desmandos governamentais, de punhal em punho, assassinam seus adversários, há de suceder um período de plena luz, de sol radiante e vivificador. No atordoante pavor ao ostracismo, o desequilibrado Andrade lança em rosto de todos seus ex-amigos a aviltante pecha de trahidores (*sic*) [...].

Nesta crítica ao então Governador do estado de Minas Gerais, C. qualifica Antônio Carlos como alguém que promove desmandos e coordena assassinatos, assim como chama-o de traidor. Tanto no caso dos textos assinados por C. quanto naqueles assinados por X. é encontrado o mesmo tom de crítica que determina que os dois autores dizem verdades interditas que não seriam pronunciadas por seres de carne e osso. Não se pode afirmar quais pessoas no mundo sejam C. e X., e nem mesmo dizer que eles eram sempre a mesma pessoa. Eles, no entanto, exercem a mesma função no plano autoral. Há nesses jornais, ainda, colunas humorísticas de cunho político assinadas sob pseudônimos. Na **Gazeta** há um autor que assina sob o pseudônimo de “Bergerac e cya” e na **Folha** há o “Velho conhecido”. Do ponto de vista político ideológico, os autores cumprem também seu papel de crítica aos inimigos e elogio aos aliados, fato este que reitera a afirmação de Foucault (1998) de que, na ordem do discurso, pouco importa quem é o autor.

3.2.7 O Texto autoral

Foucault (1998) determina que a autoria mais do que um índice é uma função com quatro características fundamentais:

1. A função-autor passou a existir na medida em que o autor poderia ser penalizado por aquilo que escreveu;
2. Certos discursos não necessitam de um autor como princípio de sentido ou eficácia;
3. Ela define-se pela presença de certos fatos que atribuem coesão aos discursos, o que permite que superem contradições;
4. Ela pode concentrar uma pluralidade de egos;

As quatro características da função-autor, acima, funcionarão como guias para a análise que se segue, no que diz respeito à relação autoria, assinatura e produção de sentido nos textos escolhidos, assim como na posição “transdicursiva” dos autores na determinação dos diversos egos encontrados nos textos, assinados ou não.

Para Foucault (1998), a autoria é uma função marcada por: (1) heterogeneidade do sujeito que pode agrupar uma pluralidade de egos; (2) a superfluidade da atribuição de autoria em alguns textos para a construção de seu sentido; (3) falta de valor de coerência para um grupo de textos sob um mesmo nome próprio; (4) necessidade de imputação de responsabilidade legal de seu autor sobre seu texto. No tópico *Texto sem assinatura, o editorial* foi discutida a dispersão dos sujeitos, ou pluralidade de egos que compõem um editorial de um jornal, assim como, a desnecessidade de atribuição deste tipo de texto a um autor específico, sendo ele adjudicado ao jornal mesmo. De forma equivalente, nos tópicos *Texto assinado sob pseudônimo* e *A propaganda política* foi discutido que em jornais que promovem a política, sob o ponto de vista ideológico, pouco importa quem escreve um texto: ele terá sempre a direção ideológica já determinada pela direção do jornal em questão, de maneira que o sujeito foucaultiano é envolvido em uma trama histórica na qual ele pode somente ocupar espaços.

Não seria admissível que na **Folha do Norte** houvesse uma avaliação positiva à *Concentração Conservadora* e, analogamente, um julgamento positivo à Aliança Liberal em um texto da **Gazeta no Norte**. E quando o elogio a um político “inimigo” ocorre, ele é seguido de uma crítica, como na **Folha do Norte**: “O sr. Pedro Lago é, na Bahia mais do que era o sr. Mello Vianna, antes de trair o credo liberal: um político de largo e sólido prestígio

na massa popular, apesar de nunca ter sido governo em sua terra” (*sic*) (FOLHA DO NORTE, Montes Claros, 27/06/1930). Mello Vianna é assim elogiado, como político de prestígio, somente antes de se tornar membro da *Concentração Conservadora*. Se na **Gazeta do Norte**, um conjunto de textos foi escrito por Ary de Oliveira, por C. ou Bergerac & cia., ideologicamente, todos eles serão de críticas à Aliança Liberal e seus políticos, com o mesmo acontecendo na **Folha do Norte** com os autores Alfredo Ramos, X. ou Velho conhecido em relação à *Concentração Conservadora*.

A constatação de que, ideologicamente, nos dois jornais, não importa quem escreva, sendo o nome de cada jornal a referência principal que determina sua linha ideológica, tal fato faz com que, necessariamente, emerja outro nível de reflexão sobre a subjetividade: se os textos políticos nos jornais sempre possuem a mesma direção ideológica, quais marcas podem mostrar a individualidade de quem escreve tais textos? Tal questionamento, caso levado em conta o viés do discurso foucaultiano e pêcheutiano, faz-se irrelevante, pois, essas marcas não mudam em nada o fato de que os enunciados em cada jornal são oriundos de formações discursivas em oposição. No entanto, partindo para os estudos da enunciação, ou do discurso como ato individual de apropriação do sistema linguístico, a relação entre autor e conteúdo é de grande interesse. A subjetividade do autor, apesar de não ser capaz mudar o direcionamento político ideológico dos jornais, serve como esteio para a produção de propaganda político-ideológica. Além disso, não se pode ignorar que o discurso para Pêcheux e Foucault se constitui em uma ordem de enunciados individuais com uma mesma direção.

Tal relação entre autoria e discurso ideológico será evidenciada a partir de um texto da **Gazeta do Norte** assinada pelo colunista Ary de Oliveira, intitulado “O ultraje de um amigo”. Este foi o primeiro texto de Ary após os homicídios de 06/02/1930, situação esta na qual sua irmã havia sido uma das vítimas fatais. Esse texto, apesar de possuir um tom personalista, se apresenta como uma propaganda política para a *Concentração Conservadora*:

João Soares da Silva – meu amigo – Das existências ceifadas no açougue fatal de que era magarefemór João José, o açougueiro de carne humana mais conceituado no Norte de Minas, a tua morte foi para mim, depois da de minha infeliz maninha, deixando para traz, os botões de flôr da vida que são meus sobrinhozinhos, a sorrir para a existência, inocentemente órfãos, o sacrifício mais dolorido, o golpe mais profundo que rasgou, impiedosamente, o meu coração de irmão e de amigo.

Não contes com o ceifar da tua vida preciosa para nos e muito mais para a tua filhinha, João, os bandidos que te eliminaram e que depois arrastaram o teu cadáver para o depósito de carne humana que improvisaram na emboscada fumegante, mandaram propalar, num achincalhe miserável e ultrajante, “que tu era um dos delles”!

Tú, meu João! Tú fazendo parte do bando carniceiro e torpe dos João José, dos Exupérios e Gregorios Peixoto!

Tu que, liberal quando começou a campanha, comprehendeste que a salvação de nosso estado era a Concentração e que retomaste com a própria Minas, o teu caminho e que vivavas, a meu lado, a Mello Vianna! Tú que gabavas de me teres feito uma grande satisfação, colocando-te ao lado do onde estão todos os homens sinceros e leaes, já ao nosso Estado já a própria consciência!

Que aqueles bandidos, João, te roubassem a vida, que te arrastassem pela via onde brilhar pouco antes a tua mais sincera alegria e em que espoucará o teu mais vivo entusiasmo, vá lá! Mas dizer que tu eras dos delles, dos que, ou nasceram das hervas ou fugiram da lei, é demais! (sic) (GAZETA DO NORTE, Montes Claros, 13/02/1930)

No texto acima, a subjetividade do autor serve como elemento patêmico para a promoção da política da *Concentração Conservadora*. Nos momentos em que o autor usa os pronomes possessivos “meu, minha e meus”, Ary se expõe como produtor do texto ao mesmo tempo em que desintegra sua subjetividade em quatro egos distintos: o amigo, o irmão, o tio e o correligionário. É a partir destes lugares que é construído o mote para a propaganda política da *Concentração Conservadora*. São destas posições de sujeito que o autor divide semanticamente o espaço enunciativo entre “nós” e “eles”. “Eles” – assassinos, desleais, carniceiros, torpes – e “nós” – injustiçados, sinceros, valiosos e leais.

As marcas de subjetividade de Ary mostram sua identidade enquanto pessoa no mundo, no entanto, sua subjetividade serve apenas para mais uma vez promover a *Concentração Conservadora* e condenar a Aliança Liberal e seus membros; mesmo sendo irmão, tio e amigo, Ary era, antes de tudo, um correligionário de João Soares. O momento de maior indignação do autor e que determinou o título do texto e que é materialmente marcado pela função emotiva das interjeições, foi o fato de que aqueles que assassinaram João Soares propalaram que ele era membro da Aliança Liberal: “mandaram propalar, num achincalhe miserável e ultrajante, que tu era um dos delles! Tú, meu João! Tú fazendo parte do bando carniceiro e torpe dos João José, dos Exupérios e Gregorios Peixoto!”. O autor, assim, somente se apoiou brevemente em sua subjetividade para escrever um texto político que critica seus adversários e elogia os correligionários.

Se a referência garante parâmetros básicos para a compreensão de textos determinando aquele que fala, o lugar da fala, em que tempo se fala, e, frouxamente, para quem se fala a formação discursiva em que o sujeito enuncia determina aquilo que pode e deve ser dito. Este tópico tem como objetivo mostrar como a configuração sócio-política de 1930 no município, estado e país “obrigou” a reinauguração da **Folha** como suporte de uma formação discursiva de oposição àquela da **Gazeta do Norte**.

Em 1930, o Brasil passou por mudanças profundas em sua estrutura política, principalmente, pelo surgimento de movimentos de oposição que findaram com a estabilidade

política da república oligárquica²⁴ e culminaram com a Revolução de 30, no mês de outubro. O processo de desestabilização da organização política nacional teve início quando, em 1929, o presidente do estado de Minas Gerais, Antônio Carlos, do PRM (Partido Republicano Mineiro), não admitiu a indicação do paulista Júlio Prestes, do PRP (Partido Republicano Paulista), para a sucessão presidencial; ele rompeu laços com o governo federal de Washington Luiz, também do PRP, criando juntamente com as lideranças dos estados da Paraíba e do Rio Grande do Sul a *Aliança Liberal*, em agosto desse mesmo ano, com o gaúcho Getúlio Vargas como candidato à Presidência da República.

Desde o fim do Império, havia entre mineiros e paulistas um acordo, vulgarmente chamado de “política do café com leite”, que determinava que fossem eleitos um político do PRM e outro do PRP, sucessivamente²⁵, para a cadeira de Presidente da República, acordo esse que foi desfeito com a indicação de Prestes por Washington Luiz. A cisão política entre Minas Gerais e São Paulo, além de colocar pela primeira vez em 36 anos mineiros e paulistas em situação de oposição política, também proporcionou o fim da unidade do PRM, que, unilateralmente, determinava quem seria o presidente do estado de Minas Gerais desde 1889. O desmembramento do PRM ocorreu porque o mineiro Fernando Mello Vianna, vice-presidente da República de Washington Luiz e um dos líderes do PRM, acreditava ser ele o sucessor natural de Antônio Carlos como presidente do estado de Minas Gerais. No entanto, como Vianna era vice-presidente da República e aliado de Washington Luiz, do PRP, que havia (na visão do partido) “traído” Minas Gerais, o nome de Olegário Maciel foi o escolhido para o governo do estado na reunião do PRM de 21 de outubro de 1929. Em represália ao PRM, Vianna rompeu com o partido e fundou, juntamente com o presidente do Banco do Brasil, Carvalho de Brito, a *Concentração Conservadora*, candidatando-se a presidente do estado de Minas Gerais como oposicionista à candidatura de Olegário Maciel, ao mesmo tempo em que apoiava o paulista Júlio Prestes para a Presidência da República.

Até o dia 06 de abril de 1930, em Montes Claros, havia apenas um jornal, a **Gazeta do Norte**, com tiragem de 3000 exemplares. A **Gazeta do Norte**, por ser aliada ideológica da *Concentração Conservadora* de Mello Vianna iniciou principalmente a partir dos eventos 06/02/1930, uma estratégia de desqualificação da *Aliança Liberal*, na qual o alvo principal era o político/médico João Alves, maior líder oposicionista da cidade, apostando em adesões dos

²⁴ Também chamada de República Velha, foi o período que sucedeu ao Império e precedeu à República Nova, de Getúlio Vargas, tendo ocorrido entre 1889 e 1930. Foi marcado como período no qual o poder político se concentrava nas mãos de poucos e poderosos políticos.

²⁵ Exceções: os cariocas Hermes da Fonseca (1910-1914) e Epitácio Pessoa (1919-1922).

eleitores da cidade para a candidatura de Mello Vianna. Além disso, a irmã do diretor e colunista da **Gazeta do Norte**, Ary de Oliveira, Iracy Novaes, fora uma das vítimas fatais, tendo levado um tiro que saiu da casa de Alves, o que naturalmente fazia com que os estados mentais da redação fossem de raiva, indignação e pesar, fato que refletia materialmente nos enunciados do jornal como abaixo:

A primeira manifestação de loucura do egrégio tapeador manifestou-se com a criação da tal “Alliança Liberal”, (que o capeta a consuma!) segunda edição da buceta de Pandora que ao ser aberta, derramou sobre o Brasil inteiro, todos os males, desgraças, e crimes previstos e imprevistos pelas leis ecles asáticas e pelo Código Penal (*sic*). (GAZETA DO NORTE, 5 de abril de 1930, p. 2, coluna assinada por C.)

A chamada “emboscada de bugres” era péssimo *marketing* político para a *Alliança Liberal*, que na cidade tinha em Alves seu homem mais forte e principal envolvido nos homicídios. A ausência de outro jornal que defendesse tanto os interesses político eleitorais da *Alliança Liberal* na cidade, quanto a honra de Alves, que seguidamente era chamado de assassino por **Gazeta do Norte**, forçou o renascimento da **Folha do Norte** em caráter de urgência no dia 06/04/1930.

No editorial do primeiro número do retorno da **Folha** é citada a “afobação” de sua volta às atividades, assim como uma preocupação especial com os acontecimentos de 06/02/1930:

Há muito tempo já tínhamos nossas novas oficinas montadas, mas, dificuldades de toda natureza nos inhibiram de dar circulação ao nosso jornal, **pelo que só agora**, e assim mesmo em caráter provisório, vimos entregar-l-o aos nossos antigos leitores. Provisório, porque, luctando com a falta de pessoal technico para sua confecção, pessoal que contractamos, mas que ainda não chegou – e estando um de nossos companheiros – justamente o chefe técnico envolvido, **embora indevidamente**, nos lamentáveis acontecimentos do dia 6 de fevereiro nesta cidade, não garantimos a regularidade que mais adeante manteremos, com a normalidade das cousas.

[...] O nosso companheiro Jurandyr Freire, que por um mero caso de má fé prestista se acha envolvido no conflito de 6 de fevereiro, no processo iniciado pela justiça federal. Continua ausente, aguardando o desfecho do caso (*sic*). (FOLHA DO NORTE, Montes Claros, 06/04/1930, **grifos nossos**)

No excerto acima, o advérbio *só* em *pelo que só agora* determina a urgência do reaparecimento da **Folha do Norte**, havendo aí uma expectativa do enunciador (editorial) de que o jornal deveria já estar em circulação em data anterior a essa primeira edição. Este fato é confirmado pela asserção de que não havia pessoal técnico suficiente para o início de suas atividades. Já nos comentários sobre o dia 06/02/1930 é expresso o posicionamento político da **Folha do Norte**, ou sua função de oposição ideológica a enunciados anteriores de seu

outro pelo uso da palavra “indevidamente”, fato este que mostra a relação polêmica de duas formações discursivas. O caráter polêmico do adjetivo “indevido” no envolvimento do pastor protestante Freire às mortes de 06/02/1930 abre espaço para outras afirmações que a precederam e que justificariam seu envolvimento nos homicídios, como em **Gazeta do Norte**:

Sob a capa escusa de uma santidade hypocrita, se nos revelou agora um perigoso, **um terrível ceifador de vidas preciosas**, pontificando o nome do “liberalismo” de rifle em punho, em pontaria, o extermínio, a dor, o luto [...] (GAZETA DO NORTE, Montes Claros, 13/02/1930 p. 2, **grifo nosso**).

A **Folha do Norte**, como pode ser deduzido pelo teor dos enunciados supracitados, se opunha constitutivamente à **Gazeta do Norte**, tendo nascido como meio de resistência ao poder que vinha sido exercido pela *Concentração Conservadora* na cidade. Há no emprego do advérbio *injustamente* enunciado pelo editorial de **Folha do Norte** a instituição de outra voz em seu discurso, a voz do inimigo, do *outro* da **Gazeta do Norte**, aquele que nasceu para contestá-la como formação discursiva concorrente. O caráter de urgência mostrado no editorial sobre a reabertura de **Folha do Norte** confirma a teoria de poder de Michel Foucault (2001, p. 91) de que “onde há poder há resistência”.

Pela relação entre a data exposta no cabeçalho da **Folha do Norte** e o conteúdo de seu editorial pode-se, portanto, perceber como este campo discursivo determinou os conteúdos do editorial do jornal. A história mostra que há uma relação inseparável entre poder e resistência, como ilustrou Foucault em sua genealogia e descreveu Nelson Mandela em **Long walk to freedom** (2011)²⁶. Foi grande a importância da tensão entre poder e resistência no renascimento da **Folha do Norte**, em 06/04/1930. O poder ideológico da *Concentração Conservadora* materializado em enunciados da **Gazeta do Norte** não poderia exercer-se unilateralmente sem a resistência do partido adversário, daí a necessidade de reinauguração da **Folha do Norte** que se deu em 06/04/1930.

Apresentar a história de um discurso que surge para desafiar outro, ou apresentar um momento específico da história que pressupõe poder e resistência é uma tarefa importante para a análise de sua história, pois mostra como aquilo que é exterior, ou, que é social, pode moldar um discurso. A data de um cabeçalho de jornal juntamente com enunciados em seu interior, portanto servem como material para o desvelamento de uma configuração sempre necessária para o nascimento de um discurso. Doravante, a partir das conclusões tiradas sobre

²⁶ Nesse livro, que é sua autobiografia, Mandela descreve as mais de três décadas de resistência do partido negro ANC em relação os governos do *Apartheid*.

a relação polêmica dos discursos mostrados nos dois jornais, a formação discursiva que se utiliza da Folha do Norte como suporte será chamada de *Liberal*, enquanto aquela da Gazeta do Norte de *Conservadora*. Estes nomes foram definidos menos que por razões ideológicas, por causa dos nomes dos dois grupos políticos que eram Concentração Conservadora e Aliança Liberal.

3.3 Assinatura e efeito de sujeito

Neste tópico foi discutida a questão da responsabilidade editorial a partir do processo metonímico em que textos de opinião de jornais não são assinados, fato este que produz o efeito de que o jornal é o autor destes textos. Considerou-se, portanto aqui que é comum considerar-se que jornais sejam portadores de opiniões ou realizadores de atos diversos. No entanto, esse fenômeno, como se tentou demonstrar aqui, esconde o sujeito enunciador, o que faz com que os enunciados ali dispostos possam ser considerados independentes deles ou atribuídos a um autor que se “descola” dos enunciadores.

O nome de um jornal, geralmente, é grafado em uma fonte maior que a dos outros títulos, sendo localizado no centro da parte superior de capa. É a partir de seu nome que se pode atribuir a um jornal traços identitários, o que permite que se produza referência entre um enunciado e sua origem. Sobre o papel referencial do nome próprio de jornais, pode-se dizer que há uma relação nome/coisa na qual há um nome único para um objeto único; cada jornal tem um nome que o identifica no universo de jornais e, para que o enunciatário saiba que se trata do jornal “x” e não do “y”, ele deve recorrer à sua competência enciclopédica, assim como a outros índices, que são os de cidade, CNPJ etc.. Com base na unidade de referência de nome torna-se possível dizer que a **Gazeta do Norte** de Montes Claros, em 05/10/1929, publicou uma reportagem sobre um monumento de homenagem a Francisco Sá em sua primeira página, assim como, a **Folha do Norte** da mesma cidade, noticiou os tópicos da plataforma do governo de Olegário Maciel em 27/04/1930.

A publicação de informações, contudo, não é a única ação que pode ser atribuída a um jornal. Jornais podem também, por exemplo, “fazer” campanhas políticas, como a **Folha do Norte** o fez em 1930 segundo Hermes de Paula: “Fazendo campanha do doutor João Alves, durou apenas um ano e pouco, enquanto houve campanha eleitoral” (PAULA, 2007, p. 205). Um jornal pode ainda afirmar, copiar e mentir: “A **Gazeta** no seu vêzo de copiar a **Gazeta de Notícias**, do Rio, o jornal mais mentiroso do mundo, afirmou que não havia acordo, mas

“corda”” (FOLHA DO NORTE, Montes Claros, 11/05/1930). Portanto, jornais podem adquirir características e realizar ações humanas. Esta possibilidade, no entanto, não se passa de aparência, como será evidenciado a seguir.

Tratando enunciativamente a questão das ações imputadas a um jornal, pode-se dizer que, ele não pode realizar uma ação da ordem do discurso como afirmar, mentir, nem (fisicamente) “fazer” uma campanha eleitoral; estas são ações atribuíveis aos seres humanos e, talvez, de alguns animais²⁷, mas, definitivamente, não às coisas. Assim sendo, um enunciado que atribui uma ação a um jornal poderia parecer desprovido de lógica se não houvesse fenômenos na língua que permitissem esse tipo de “deslize”, como, nesse caso, a metonímia. Nos jornais, os textos opinativos atribuídos a seu nome, são na verdade textos de seus redatores. Quando se diz que a *Folha do Norte fez a campanha* (...), oculta-se o fato de que quem fez a campanha foi, na verdade, o grupo que controla a **Folha**. Não é possível afirmar as causas desse processo metonímico; ele pode ter suas bases tanto na economia cognitiva, quanto para se criar a impressão que jornais podem falar por si mesmos, o que sugere, nesse caso, um acontecimento ideológico.

Sem, portanto afirmar suas razões exatas, mas pela confirmação do fato de que, no nível do discurso, um jornal pode realizar uma ação atribuível a seres humanos, a este fenômeno será dado o nome de *efeito de sujeito do jornal*. O jornal não é o sujeito efetivo do enunciado, mas tem uma ação qualquer atribuída a ele, como “fazer a campanha” de um político ou de um partido. Este é um processo significante para a análise de discursos por haver aí a ocultação do enunciador efetivo, sendo os enunciados atribuídos a uma coisa (jornal), fato este que possibilita um efeito de universalidade destes enunciados, superando a subjetividade do “eu” e um acobertamento do enunciador efetivo.

Maingueneau (2002), sobre os nomes de marcas, que podem ser pensadas como análogas, em alguns quesitos, aos nomes de jornais, aponta que uma marca refere-se a um agente coletivo que possui propriedades comparáveis a um indivíduo humano ao se desligar de sua instância de produção:

Com efeito, cada vez que a marca se desliga do estatuto do fabricante de produtos para se tornar um princípio muito abstrato, produto de discursos que lhe permitem investir em seus produtos um certo número de valores específicos: a seriedade, a juventude etc. (MAINGUENAU, 2002, p. 208)

²⁷ Para mais informações acerca de diferenças de expressão entre humanos e animais, ver: HAUSER, Marc D; CHOMSKY, Noam; FITCH, W Tecumseh, *The Faculty of Language : What Is It , Who Has It , and How Did It Evolve ?*, v. 298, n. November, p. 1569–1579, 2002.

Há, portanto no processo de evolução da imagem da marca que a desliga do estatuto do seu fabricante aquilo que o autor chama de *incorporação*. Ela permite que uma marca, possa referir-se por meio de um “eu” e consequentemente um “nós”, assim como pode ter um *ethos*:

Por mais que uma marca se coloque como uma identidade que transcende os enunciados que ela produz, ela é, na realidade, modificada por esses enunciados: tais enunciados podem reforçar ou modificar essa imagem. De um enunciado a outro, ela se esforça para tecer um discurso que lhe seja próprio por intermédio das histórias que ela conta. A marca encarna, assim, sua identidade por intermédio dos discursos que ela produz, e a esse respeito o processo de incorporação desempenha um papel importante, pois ele é mediador entre o princípio abstrato representado pela marca e os conteúdos que ela pretende veicular [...] (MAINGUENEAU, 2002, p. 213)

Um *ethos* pode assim como em outros produtos, de certa forma, ser atribuído a um jornal. No campo político, por exemplo, a **Gazeta do Norte** tem um *ethos* de juventude oposicionista que prega a mudança na política local; já a **Folha do Norte** se apega ao estabelecimento da ordem vigente no município. Tentando diminuir os efeitos de espetacularização da **Gazeta** em relação aos acontecimentos de 06/02/1930, a **Folha** aplica uma tonalidade mais sóbria a seus enunciados. O que é chamado aqui por *efeito de sujeito* de um jornal, poderia ser considerado um tipo de *incorporação*. O efeito de sujeito é um fenômeno discursivo em que, a partir da metonímia, uma ação é imputada à “coisa jornal”, sendo ele mais explícito em matérias opinativas não assinadas.

3.3.1 O autor, análise histórico sociológica

O local de publicação, além de referência do espaço geográfico, anunciada pelos dêiticos, é também um índice que demarca o espaço social em um jornal. O impresso com o nome “Montes Claros” nos jornais, mais do que situar a cidade nas coordenadas geográficas 16° 44' 02.8" S - 43° 51' 23.3" W, posiciona-a também no espaço social do norte de Minas Gerais, sertão mineiro. Partindo da perspectiva bakhtiniana que concebe a enunciação como acontecimento social, o aparecimento de enunciados oriundos de um lugar como Montes Claros inscrevem o enunciador como sertanejo, ou oriundo da formação social sertaneja²⁸.

Segundo Darcy Ribeiro, a população sertaneja é:

²⁸ Jornais contam com colaboradores de jornais de outras regiões, de maneira que, eles não são necessariamente oriundos de determinada região, no entanto pode-se dizer que de maneira geral, os jornais têm seus enunciados produzidos pelo seu quadro de funcionários.

[...] marcada por sua especialização ao pastoreio, por sua dispersão espacial e por traços característicos identificáveis no modo de vida, na organização da família, na estruturação do poder, na vestimenta típica, nos folguedos estacionais, na dieta, na culinária, na visão de mundo e numa religião propensa ao messianismo. (RIBEIRO, 2006, p. 307)

Ribeiro (2006) reflete que o pastoreio era um modo peculiar de exploração e que a escravidão não era comum. O latifundiário dono dos rebanhos geralmente pagava os vaqueiros com gado e sal e, ao longo do tempo, estes vaqueiros compravam pequenas porções de terras em zonas ermas e contratava outros vaqueiros, pagando-os nos mesmos moldes. O criador latifundiário, muitas vezes chamado de “coronel”, era na maioria das vezes compadre ou padrinho do vaqueiro, fato que criava laços afetivos baseados na religião católica que superavam uma simples relação de trabalho, sendo esta mais próxima da do amo e seus servidores.

Do ponto de vista da socialização, o sertanejo, apesar de separado por faixas extensas de terra, pelo sistema fundiário que presume um baixo índice de ocupação territorial, tem a necessidade da cooperação de seus pares, uma vez que o trabalho com o gado em datas específicas, como nas reuniões para curas de bicheiras e vendas, necessita de um número grande de vaqueiros. Tais reuniões, muitas vezes, resultavam em festas regionais. O clima é também um importante elemento caracterizador do sertão, que, via de regra, tem um longo período de seca que vai do mês de março até outubro. O período das secas ocasiona a cada ano um grande número de flagelados, que ficam sem pasto para o gado e, geralmente, também sem água para beber.

Sobre a religiosidade, Ribeiro afirma que:

Caracteriza-se por sua religiosidade singela tendente ao messianismo fanático, por seu carrancismo de hábitos, por seu laconismo e rusticidade, por sua predisposição ao sacrifício e à violência. E ainda pelas qualidades morais características das formações pastoris do mundo inteiro, como culto a honra pessoal, o brio e a fidelidade a suas chefaturas. (RIBEIRO, 2006, p. 320)

As qualidades morais típicas do pastoreio criam laços entre os sertanejos, que misturam relações de trabalho com religião e fidelidade, bases do modo político coronelístico, aquele no qual situa esta pesquisa. Nesse contexto, não existem barreiras que separam público e privado, nem chefe e patrão; são as relações de camaradagem e violência que unem e separam as comunidades. O coronel é padrinho e empregador, e a máquina do município é coordenada por colegas de trabalho que são também parentes, amigos e correligionários.

Quando se diz que nos jornais um enunciador escreve a partir de uma formação social determinada, isso não implica que todas as pessoas que falam a partir desse lugar digam as mesmas coisas nem que vejam o mundo da mesma maneira, mas que o lugar de publicação de um jornal remete a uma ordem geopolítica da população que a diferencia de outras. Entre o sertão e sul de Minas Gerais (área cultural caipira), por exemplo, há diferenças na ocupação do solo, sendo o sertão caracterizado pelos latifúndios e o sul caracterizado, segundo Ribeiro (2006), por propriedades pequenas e médias. Na atividade econômica, o norte se destaca pela pecuária, enquanto o sul pela agricultura. Já em relação à socialização no sul, pelas propriedades serem menores, há um contato mais próximo entre vizinhos e uma criação mais prolífica de cidades e bairros. Sobre a religião, no sul, os cultos caipiras são relacionados à louvação de um “santo poderoso”; já no sertão, há a produção de messias, assim como os motivos para as festas no sul eram as safras de grãos, e não a reunião de gado. Essas duas áreas do estado mineiro são diferentes nas formas das pessoas relacionarem entre si e com o mundo em sua volta, fatos estes que se materializam em práticas distintas e, consequentemente, discursos também distintos.

O que está em jogo neste item da pesquisa, e que determina um *modus operandi* específico da sociedade de Montes Claros, pelos breves apontamentos sociológicos citados, é que pela divisão social vigente a parte da população letrada da cidade era relativamente pequena e a maioria dos sertanejos vivia no campo, logo, os jornais tinham um público reduzido; que os coroneis, proprietários de latifundios, possuam séquitos movidos por relações de camaradagem e irmandade entre membros e que a violência era uma prática comum e até louvável entre eles. Se os discursos, como afirma Fouacult (2010), existem mais por uma função de restrição do que de abundância, o local geográfico determina séries de restrições para os discursos que lhe são específicos, logo, determináveis e analisáveis. Não será realizada aqui uma tentativa de sistematizar um discurso sertanejo em relação a qualquer outro, fato este que não impede que se garanta leis de possibilidade deste tipo de discurso.

O sertanejo de hoje já não é mais o mesmo de Ribeiro (2006); os coroneis são figuras decadentes e as cidades do sertão, como Montes Claros, cresceram com o êxodo rural. No entanto, como essa é uma análise do início do século passado, uma série de elementos que determinam fazeres e discursos de sociedade podem ser considerados, como tentou-se fazer aqui a partir do autor montes-clarense.

4. A QUALIFICAÇÃO DO NOME PRÓPRIO DE PESSOA NA DIVISÃO POLÍTICO-POLÊMICA DO ESPAÇO DISCURSIVO ANALISADO

*To be or not to be, that is the question
Hamlet*

4.1 Considerações iniciais

Neste capítulo, o objetivo foi mapear duas formações discursivas, a Liberal (da Aliança Liberal) e a Conservadora (da Concentração Conservadora) e compreender a função axiológica da crítica e do elogio partir da descrição e ordenação de qualidades atribuídas aos nomes próprios dos políticos mais midiatizados pelos dois jornais de Montes Claros. Após descrição e análise desses objetos descobriu-se que, apesar de ser possível realizar generalizações sobre as identidades de cada uma das formações discursivas por uma “função de amizade”, mas tais identidades são mutáveis. Na **Gazeta do Norte** houve uma mudança de valor e, consequentemente, de sentido de uma das ocorrências.

Na análise dessa relação político-polêmica foi possível constatar que o fenômeno discursivo que representa a relação os objetos analisados é o paradoxo, pois pela lógica, as qualidades de valor oposto atribuídas a cada um dos políticos nos respectivos jornais seria absurda ao senso comum, sendo que, em uma das ocorrências foi encontrado um objeto duplamente paradoxal – Olegário Maciel é duramente criticado por alguns meses e depois elogiado por um mesmo jornal. Na análise desses dados foi, portanto encontrada uma função atributiva geral que determinou os políticos “amigos” e os “inimigos” de cada formação; uma função de amizade, sendo estas sempre passíveis de serem mudadas. Este fato discursivo implica que a identidade de uma formação discursiva pode variar em relação a sua oposta sem que varie a relação de oposição das duas.

Os nomes Liberal e Conservadora atribuídos às duas formações discursivas analisadas foram escolhidos por simplesmente fazerem referência aos grupos políticos da Aliança Liberal e da Concentração Conservadora. A Aliança Liberal queria o fim da república do café-com leite iniciada ainda no século anterior; logo, tinha uma visão liberal sobre as “amarras” de tal modelo político. Já a Concentração Conservadora assim era chamada por ser defensora da conservação do *status quo*. Sendo assim, as formações discursivas Conservadora e Liberal dividiam o campo discursivo de forma polêmica na cidade de Montes Claros a partir dos jornais **Gazeta do Norte** e **Folha do Norte**.

As relações de atribuição de uma ou mais qualidades a nomes próprios políticos foram selecionadas a partir de fenômenos discursivos relacionados à reescritação, ou, transferência metafórica do nome próprio de pessoa que são os seguintes: legenda embaixo de fotos (típicas de jornais), reescritação por anáfora textual seguida por descrição definida, a determinação, o uso da relativa “que”, a predicação pelo verbo “ser”, e uma ocorrência do verbo *incorpora*. Estas relações foram seccionadas por todas elas convirem explicitamente, ou de forma subjacente, a estrutura “x é y”, ou, ao nome próprio ou imagem de político “x” é atribuída uma qualidade “y”, independente se tal fenômeno se exterioriza por elementos não contíguos na anáfora, contíguos da aposição e complementação nominal, predicativos, ou de tradução, como nas legendas de imagens. A relação “x é y” foi a escolhida para a determinação das identidades das formações discursivas Liberal e Conservadora por sua simplicidade, nesse caso, a escolha de um nome próprio de pessoa e aquilo que imediatamente o significa. Nesta visão, as diferenças de significação em relação a um mesmo elemento de referência, item este que tem um nome próprio, determinam as formações discursivas, e uma análise destas relações determina, pelo menos em parte, sua identidade.

O levantamento das qualificações e desqualificações de políticos nos jornais foi realizado a partir da representação dos “alvos” Antônio Carlos Andrada, João Alves, Carvalho de Brito e Olegário Maciel. Estes nomes foram escolhidos pelo grande número de ocorrências relacionadas a eles, desde que, eles estavam em voga na política de 1930 em Montes Claros e dividiam o campo discursivo do jornalismo local. Para a organização dos valores das atribuições nas ocorrências, foi construída uma grade na qual foram separados (1) os lugares nos quais os enunciados foram produzidos (**Gazeta e Folha do Norte**); (2) os Objetos de Discurso “alvos” que são os nomes dos políticos; (3) valores atribuídos a estes alvos por meio de axiológicos; (4) data dos enunciados. Esta foi uma análise de cunho qualitativo, de maneira que não foi necessário o levantamento de todas as qualidades atribuídas aos políticos em enunciados de todas as edições dos jornais, nem que fosse determinada uma simetria cronológica de ocorrências entre eles. Foram coletados enunciados no período entre 19/10/1929 e 07/10/1930 por esses 12 meses terem sido de intensa propaganda política, assim como, pelo fato de que **Gazeta do Norte** foi incendiada pelos “revoltosos” da revolução de 1930 neste mês. Representando a metodologia citada por variáveis tem-se: “o jornal X/Y qualifica os políticos $\lambda/\beta/\Omega/\mathfrak{f}$ com qualidades de valores (+) ou (-) nos períodos A/B/C/D”. Por qualificação se entende atribuição de qualidade com valor axiológico, sendo estes valores socialmente convencionados. Os autores dos enunciados não foram determinantes nesta parte

do estudo, pois, como já apontado, eles não servem como parâmetro para a análise discursivo-ideológica; o autor ideológico enuncia sempre a partir de uma formação discursiva.

4.2 Nome próprio de pessoa

Nesta pesquisa, partindo-se do pressuposto de que os nomes próprios de pessoa possuem sentido, pois o movimento de análise proposto neste capítulo é o de analisar as mudanças de sentido dos nomes próprios de pessoa a partir de sua enunciação em um ou outro jornal. Consequentemente, serão levadas em conta as perspectivas do nome próprio de Frege (1978) de que se os nomes próprios de pessoa possuem referência é porque eles também possuem sentido, e que não há nenhuma diferença lógica entre os nomes próprios e as descrições definidas. Em consonância com o pensamento fregeano, em seu dicionário, Ducrot & Todorov (2010) descrevem o funcionamento do sentido do nome próprio da seguinte maneira:

Notemos primeiramente que é anormal empregar um nome próprio se não pensamos que esse nome “diz alguma coisa” ao interlocutor, se portanto não supomos que o interlocutor tem alguns conhecimentos sobre o portador desse nome. Pode então se considerar o sentido de um nome próprio para uma coletividade dada um conjunto de conhecimentos relativos ao portador desse nome, conhecimentos que supostamente todo membro da coletividade deve possuir, pelo menos em parte. (DUCROT; TODOROV, 2010, p. 232)

Assim, as descrições definidas e outros elementos qualificadores atribuem sentidos aos nomes próprios de pessoa, sentidos que são diferentes destes nomes mesmos e que são socialmente divididos pelo seu uso em uma interlocução. Desta forma, se uma descrição definida aparece em um contexto determinado é porque aconteceu algum processo anterior que torna tal referência possível.

Além de um sentido, os nomes próprios possuem uma função de unicidade pelo funcionamento sintático da relação entre nome e sobrenome, sendo que a pluralidade de nomes próprios, como indica a **Gramática de Port-Royal** (2001) é acidental. Desta maneira, ao nascerem, as pessoas tornam-se sujeitos de direito pela sua nomeação em um cartório civil, sendo o direito à personalidade um dos direitos fundamentais de todo cidadão brasileiro. É pela atribuição de um nome a uma pessoa e seu registro em um cartório que o estado reconhece um sujeito como cidadão com direitos e obrigações, assim como é o nome próprio que determina, muitas vezes, como os sujeitos são reconhecidos pela sociedade e pela família.

Nomear é, consequentemente, fazer existir um sujeito como cidadão e como referência no mundo, havendo unidade entre um ser único e um nome próprio, de maneira que, é a nomeação dos sujeitos que dá pertinência aos inventários como os guias, catálogos e listas em geral, tornando localizável uma pessoa em um contexto específico. Caso as pessoas fossem designadas somente por suas descrições definidas, seria necessária uma grande quantidade de informação que supera a do uso dos nomes e sobrenomes. É, por exemplo, mais econômico dizer Vinícius de Moraes do que “o poeta, músico e diplomata carioca que compôs junto a Baden Powell o ‘Canto de Ossanha’”. Os nomes próprios de pessoa são assim utilizados para designar os mesmos sujeitos em ocasiões distintas, assim como, referir sem uma descrição definida explícita.

Eduardo Guimarães (2005, p. 31), refletindo a respeito da relação entre nome e sobrenome para a construção da referência, afirma que, morfossintaticamente, o nome é determinado pelo sobrenome; logo, a relação entre esses dois elementos cria, em muitos casos, a referência necessária para que um indivíduo seja identificado (desde que reconhecido *a priori* pelos interlocutores). Os sobrenomes determinam os nomes nesses casos por relações como: “Marques Goulard determina João Belchior”, ou, “João Belchior é um Marques Goulard”. Além dos sobrenomes, segundo Guimarães (2005), também determinam os nomes próprios os chamados nomes de terceira classe, como “Filho” e “Júnior” que servem para diferenciar duas pessoas que têm os mesmos nomes: “Joaquim Mattoso Câmara Junior é o Joaquim dos Mattoso Câmara que é filho de um outro Joaquim dos Mattoso Câmara”. Os diferenciais ortográficos como os sobrenomes Souza e Sousa, segundo autor, também podem ser determinantes na identificação de um “João Souza ou João Sousa”, assim como artigos como “de” e “da” “Epitácio da Silva Pessoa” ou a conjunção “e” de “Melo e Souza”.

Guimarães (2005, p.36) ainda vê na nomeação um processo histórico, pois cada nomeação se dá como acontecimento no qual aquele que nomeia se localiza em um espaço sócio-histórico. O autor acredita, por exemplo, que a escolha do nome Bruno não se constitui como seleção atemporal de um enunciador individual: “o locutor se representa, na escolha do nome Bruno, como um enunciador-contemporâneo, que se caracteriza por enunciar tal como se “escolhe” enunciar num certo momento”. Comprovando a questão da historicidade nos processos de nomeação, Cunha (2006) em sua tese de doutoramento, pesquisando o cartório de registros de Vila Prudente, zona leste de São Paulo, constata que há três décadas, menos de 5% dos nomes registrados era de origem estrangeira; já atualmente, esse número ultrapassa os 30%, sendo sua grande maioria nomes de língua inglesa. Partindo deste raciocínio, é plausível dizer que a escolha de um nome como “Jennifer” para a nomeação de uma pessoa no Brasil

possui uma função de contemporaneidade; há mais “Jennifers” hoje no país que há 30 anos. A escolha de um nome de origem inglesa que designa um cidadão brasileiro é, assim, mais uma representação de um enunciador inscrito em uma formação discursiva na qual há uma influência ideológica dos E.U.A do que de uma individualidade que simplesmente escolhe um nome, havendo, desse modo, uma historicidade nas nomeações. Pode-se, portanto pensar no fenômeno da nomeação em série a partir da concepção de formações discursivas, pois foi a influência ideológica dos E.U.A que determinou que no Brazil, na última parte do século XX, uma série de nomes baseados naqueles tipicamente norte americanos viessem a existir no país.

Similarmente, a ortografia de um nome é um índice que o coloca no interior de processos sócio-históricos. O sobrenome Mello Vianna, por exemplo, hoje, grafa-se obrigatoriamente Melo Viana conforme a 6^a base da onomástica estabelecida a partir do acordo ortográfico de 1943²⁹, sendo que, todas as ruas com este nome no país têm a nova grafia como padrão. O processo de individualização pelo uso do nome próprio pode ainda se alterar no decorrer da vida social do indivíduo. Este aspecto determina que um sujeito será chamado por um nome e não por outro. “João Rodrigues”, por exemplo, pode ser chamado tanto de “João” como de “Rodrigues”. Desta forma, em um mesmo quadro referencial não haverá dois “João” ou dois “Rodrigues” devendo qualquer ambiguidade ser apagada no processo de nomeação social, necessitando o nome próprio funcionar como único, embora, geralmente, não o seja. Há ainda os apelidos, que muito comuns no Brasil, são relacionados à história social. Os apelidos possuem a mesma função de designação do nome próprio apesar de não funcionarem como referência para o Estado. O apelido de Martimiana, por exemplo, atribuído por **Folha do Norte à Gazeta do Norte** por causa uma doente mental que perambulava pela cidade de Montes Claros no início do século XX mostra que a apelidação é muitas vezes inseparável de seu tempo:

Este jornal que se publica na parte baixa da cidade, regula, mas de acordo com a lua. Outro dia lembraram-me um nome para dar-lhe que calhou, porque não há coisa mais parecida no mundo: Martimiana. Foi uma doida que aqui existiu. Como o dito jornal, quando a lua estava fórté possessa, vingava e atirava pedras, não respeitando nem o palácio episcopal, cujos vidros quebrava. Depois melhorava, ficava doida do mesmo modo, porém menos furiosa (*sic*). (FOLHA DO NORTE, Montes Claros, 20/07/1930)

²⁹A base VI do formulário ortográfico de 1943 determina que as únicas letras dobradas em nomes próprios ou comuns na língua portuguesa são aquelas do grupo “ss” ou “rr” com som único e do grupo “çç” com sons distintos. **Portal da língua portuguesa**, disponível em: <<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php?action=acordo&version=1943>>, acesso em: 12 Nov. 2012.

Os apelidos se relacionam à história social por designarem muitas vezes seres e acontecimentos sociais inscritos no tempo, como ocorre no caso de Martimiana, uma doente mental que só veio à existência do leitor pela memória inscrita no texto de um autor denominado Macaco Velho, da **Folha do Norte** de 1930. A história de loucura de Martimiana, que era relacionada às fases lunares, serve como alegoria para a julgada “volubilidade” da **Gazeta** e sua indisposição com o bispo local.³⁰ Nesta perspectiva, os processos de nomeação têm sentido em uma história de nomeações, renomeações e referências. Um nome ou um apelido denotam um ser único, ser este que está inserido na história, sendo tal inserção identificável por parâmetros diversos como os supracitados.

4.3 Qualificação e ordenação de formações discursivas

Com base na teoria de encaixe proposta por Pêcheux (2009), as formações discursivas podem se organizar por enunciados dispersos que possuem uma mesma direção ou ideia sobre as coisas que funcionam, frousamente, como paráfrases. No discurso, há, assim, uma função de generalização que só é quebrada pelo acontecimento arqueológico que produz novos enunciados em série, como aponta Revel (2005).

A relação entre os processos de qualificação axiológica de objetos de discurso e a sua (re)produção é um assunto que proporciona muitas possibilidades de análise, pois o ato de qualificar, enquanto atribuição de uma avaliação, é uma ação discursiva de “seleção visível de uma qualidade que deve completar nosso conhecimento do objeto” (PERELMAN, 2005, p. 143). Uma qualificação pensada no nível discursivo é um ato enunciativo nunca repetível oriunda sempre de um enunciador único, mas seu valor é coletivo por nela estarem contidas ideias geralmente partilhadas socialmente. Assim, por seu caráter social, as qualificações podem ser mapeadas por séries de valores variam de acordo com o lugar ideológico de enunciação, sendo este um espaço de busca da identidade discursiva dos enunciados, como representações partilhadas por este ou aquele grupo. É, portanto possível dividir ordens de discurso em formações discursivas por meio de arranjos de qualificações. Charaudeau aponta

³⁰ A **Gazeta do Norte** possuía um temperamento sanguíneo em relação principalmente aos fatos ocorridos em 6 de fevereiro, tendo alguns de seus columnistas entrado em relação polêmica com o bispo João iniciada por uma resposta sua em 22 de junho na **Folha do Norte**, onde dava conselhos ao diretor da **Gazeta**, Ary, como seu chefe espiritual. O bispo se defendia da acusação de que teria feito uma crítica João Alves em seu sermão no sábado após os eventos de 06 de fevereiro.

que as representações, como relações entre as imagens mentais dos indivíduos e sua transposição para o real, nada mais são que caracterizações sociais:

As representações ao constituírem uma organização do real através de imagens mentais transpostas em discurso ou em outras manifestações comportamentais dos indivíduos que vivem em sociedade, estão incluídas no real, ou mesmo dadas como se fossem o próprio real. Elas se baseiam na observação empírica das trocas sociais e fabricam um discurso de justificativa dessas trocas, produzindo-se um sistema de valores que erige em norma de referência. Assim é elaborada uma certa categorização social do real, a qual revela não só a relação de “desejabilidade” que o grupo entretém com sua experiência do cotidiano, como também o tipo de comentário de inteligibilidade do real que o caracteriza – uma espécie de metadiscurso revelador de seu posicionamento. Em resumo, as representações apontam para um desejo social, produzem normas e revelam sistemas de valores. (CHARAUDEAU, 2010, p. 47)

Exemplificando a ordenação de categorizações sociais de objetos no mundo, ou a determinação de formações discursivas, um petista, não representa um político tucano com os mesmos valores que um tucano representa outro tucano. Para ilustrar esta relação, o ex-presidente Lula no dia 20 de outubro de 2012 afirmou que Serra tem uma "sede de poder incomparável" e disse que o tucano deixou a Prefeitura menos de dois anos após assumir o cargo "na primeira enchente"³¹. Já o poeta Ferreira Gullar critica Dilma Rousseff e elogia Serra:

De fato, como acreditar que uma mulher que nunca se candidatara a nada, destituída de carisma e até mesmo de simpatia, fosse capaz de derrotar um candidato como José Serra, dono de uma folha de serviços invejável, tanto como parlamentar quanto como ministro de Estado, prefeito e governador? [...] A pergunta que está na cabeça de todos -dos que votaram contra e dos que votaram a favor- é: quem vai governar, ela ou Lula? [...] Já o caso de Lula e Dilma será mais complicado, pois ninguém imagina que ele deixe dona Marisa dormindo em São Bernardo para instalar-se na alcova da presidente Dilma, no palácio da Alvorada.³²

A partir da coleta de enunciados como estes expostos acima, reafirma-se a possibilidade da determinação de generalizações mapeáveis, ou formações discursivas, que apontam relações entre diferentes sistemas de valores. Seria, assim, possível analisar o valor das qualificações atribuídas ao tucano José Serra por membros ou simpatizantes dos partidos x ou y e encontrar tendências. Assim, se no contexto petista o nome José Serra se encaixa a um valor axiológico negativo “aquele que tem sede de poder”, no contexto tucano, ele se

³¹ Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,lula-critica-em-sao-paulo-sede-de-poder-de-serra,948536,0.htm>>. Acesso em: 20 de setembro de 2013.

³² **Folha de São Paulo**, 15 de novembro 2010.

encaixa a uma descrição positiva “dono de uma folha de serviços invejável” como redes de críticas e elogios.

A partir destas observações é possível dizer que a qualificação é um ato relacionado à interpretação enunciador, sendo ela, no caso da propaganda política, estratégica. A divisão da realidade em visadas distintas, portanto, possui pertinência no interior de sistemas políticos de situação e oposição (amizade e inimizade) que formam a base da propaganda política. As qualificações, no entanto, como será mostrado, no campo da política somente servem para a definição (sempre passageira) de identidades de uma formação discursiva, pois as alianças na política podem sempre mudar de direção com um amigo se tornando inimigo ou vice versa. As formações discursivas na política são definidas pelo critério das amizades.

4.4 O verbo “ser” no discurso

O verbo “ser” tem a função de relacionar a identidade de um sujeito gramatical e um predicado em relações como “o sujeito x apresenta a qualidade y”, ou, simplesmente, “x é y”, unindo uma coisa à sua representação. É a partir deste tipo de encaixe que será realizado o exame da identidade das formações discursivas que promovem a propaganda política nos jornais **Gazeta e Folha do Norte**. Partiu-se, assim, do pressuposto de que se os dois jornais travavam uma relação polêmico-política, esses enunciados tenderiam a ser de valor oposto, ou que um nome próprio de um político mudaria de sentido ao passar de uma formação discursiva na relação “x é y”. Essa regra geral, no entanto, não se mostrou consistente pelo acontecimento dos elogios a Olegário Maciel na **Gazeta do Norte**, ou seja, o fechamento de uma formação discursiva se mostrou um ato necessariamente passageiro.

As gramáticas modernas pouco descrevem a função de representação a partir do verbo “ser”, pois, segundo Foucault (2000), com o início da análise da língua em sua dimensão gramatical pura, este verbo passou a ser tratado como uma unidade sintática como as outras. Sendo buscada nesta tese uma abordagem discursiva das relações de representação fez-se necessário um breve retorno a gramáticas como a de Port-Royal, na qual a unidade básica de análise é a proposição e não a frase, o que faz com que se pense a linguagem pelos sentidos que os elementos convêm, e não por sua função gramatical:

O julgamento que fazemos das coisas, como quando digo “A Terra é redonda”, se chama proposição; e assim toda proposição encerra necessariamente dois termos: um chamado sujeito, que é aquilo de que se afirma algo, como terra; o outro chamado atributo, que é o que se afirma, como redonda – além da ligação entre esses dois termos: é. (ARNAUD; LANCELOT, 2001, p. 30)

Sobre a constituição da proposição, ela é composta por três elementos básicos, o sujeito, o atributo e a cópula, sendo o sujeito e o atributo da mesma natureza, podendo, sob certas condições, os dois trocarem suas funções. O sujeito e seu atributo funcionam, assim em Port-Royal como elementos que constituem uma mesma ideia, havendo aí uma relação causal expressa pela cópula. Os verbos, nesta perspectiva, devem ser interrogados a partir da ação que eles convêm ligando as duas partes da proposição. Por exemplo, quando se diz “isto é aquilo” há aí uma relação de representação, pois a coisa representada já é o que é (para o enunciador) antes da enunciação. Assim, o uso do verbo “ser” determina a passagem do sistema de signos ao ser significado e ao discurso:

Sem uma forma de designar o ser, não há linguagem; mas sem linguagem, não há verbo ser, o qual é apenas uma parte dela. Essa simples palavra é o ser representado na linguagem; mas é também o ser representativo da linguagem – o que, permitindo-lhe afirmar o que ela diz, a torna susceptível de verdade ou erro. Nisso é diferente de todos os signos que podem ser conformes, fiéis, ajustados ou não ao que eles designam, mas que jamais são verdadeiros ou falsos. A linguagem é toda ela discurso em virtude desse singular poder de uma palavra que passa sobre o sistema dos signos em direção ao ser daquilo que é classificado. (FOUCAULT, 2000, p. 132)

Uma característica essencial das proposições compostas pelo verbo “ser” como afirma Foucault acima, é que elas podem sempre ser verdadeiras ou falsas, havendo nelas a função assertiva de reportar a representação designada pelo verbo, o que as diferencia de todos os outros signos. Há nesta função a possibilidade de se dizer infinitas coisas sobre um objeto, de maneira que quando se diz “x é y”, não há nada que determine exatamente aquilo que será concebido sobre y, havendo aí espaço para um tipo de seleção do enunciador. O verbo “ser” assim designa um ser e ao, mesmo tempo, é um elemento julgador que une o discurso e a oração, nomeando as duas partes daquilo que é representado; a denotação e o sentido. As palavras antes e depois dos verbos “ser” em Port-Royal, são desta maneira, segundo Foucault (2000), consideradas nomes, pois, ao designarem, nomeiam aquilo que é representado em cada uma de suas partes, apontando para a representação do objeto. Neste sentido, parte-se da substância e chega-se à qualidade havendo em uma extremidade da oração um nome próprio e em outra um nome comum que funciona como adjetivo.

Há na articulação entre um sujeito e um predicado, que são conectados pelo verbo de ligação “ser”, um caráter de identidade entre os elementos de uma proposição. Esta relação de encaixe, no entanto, apesar de pressupor uma identidade definitiva entre o referente e o atributo é uma construção discursiva. Orechioni radicalizando sobre a relação problemática

entre um referente e sua representação considera que os processos de identificação pelo verbo “ser” se baseiam em uma farsa:

A farsa que é o verbo "ser", faz como se a propriedade que é atribuída à função de objeto esteja intrinsecamente ligada a ele, quando na verdade ela só constitui a relação entre o objeto percebido e sujeito que percebe" (KERBRAT-ORECCHIONI, 1997, p. 95)

Para Orecchioni, quando se diz “x é y” se mascara o fato de que esta relação de atribuição é subjetiva, passando-as, assim, do subjetivo para o geral e objetivo. Uma relação de cípula pelo verbo “é” funciona, assim sendo, como aquilo que Korzybski (*apud* ORECCHIONI, 1997, p. 95) chama de “efeito de objetivação” no qual se deveria substituir “ser” por “parecer”. Quando se diz “Jorge Durán é um egoísta”, convém-se, “em tais circunstâncias, com referência a tal pessoa, Jorge Durán se comportou de maneira tal que segundo meus padrões e, portanto me parece egoísta”.

O olhar acima se encaixa perfeitamente ao discurso da propaganda política que representa paradoxalmente os seres (ao se analisar uma relação de oposição), sendo que o valor de um atributo de qualidade dado a um sujeito articulado pelo verbo “ser”, como já apontado, pode mapear formações ideológicas. Assim sendo, na relação “x é y (axiológico)” a variável y é um espaço que pode ser traduzida pelo processo de identificação pechêutiano “se eu estivesse onde tu (você)/ele/x se encontra, eu veria e pensaria assim o que tu, você/ele/x vê e pensa” (PÊCHEUX, 2009, p. 118). Apesar de Pêcheux pensar a ideologia menos como estratégia e mais como percepção, o tipo de enunciado acima pode se estender também à dimensão estratégica do discurso, pois estando o propagandista no lugar de enunciação em que ele deve promover uma ou outra linha política ele o fará; sendo que é o lugar da enunciação que determina o que deve ser dito por ele (não se poderia afirmar que o enunciador propagandista definitivamente pensa ou vê as coisas de uma ou outra forma). Embora até este momento tenha sido descrito somente o processo de atribuição “x é y”, nesta pesquisa, em apenas algumas ocorrências analisadas há um verbo “ser” explícito, sendo que há relações de atribuição em que esta relação funciona como elemento subjacente e parafraseável.

4.5 Fenômenos de atribuição parafraseáveis por “x é y”

Segundo Guimarães (2007), apesar de ser considerado que as relações de determinação se restringem ao sintagma nominal, se diferenciando das relações de predicação que relaciona um sintagma verbal e um ou mais sintagmas nominais, algumas relações de predicação podem ser expressas por determinação e vice versa. Para explicar este ponto, Guimarães (2007, p. 78) se utiliza das seguintes frases:

- a) *A estrada perigosa pode causar acidentes graves.*
- b) *A estrada é perigosa, ela pode causar acidentes graves.*

Sem discutir especificamente diferenças de sentido entre as duas frases, Guimarães (2007) salienta que a relação em (a) tem sido tratada como determinação, e a em (b) como predicação, ressaltando que em certa medida, semanticamente, toda relação de predicação é uma relação de determinação e vice versa. Pelo raciocínio de Guimarães acima, quando em um mesmo SN há uma determinação, a relação entre o substantivo e o adjetivo pode ser parafraseada pela relação “x é y”; ele o fez na reescritação de “a estrada perigosa [...]” por “a estrada é perigosa [...]”, havendo relações de atribuição nos dois casos.

Assim como nos casos supracitados, as relações não contíguas de reescritação de nomes próprios de pessoa, descritas igualmente por Guimarães (2009), também podem ser parafraseadas pela relação de atribuição “x é y”, com a expressão reescrituradora determinando o nome reescriturado e atribuindo a ele elementos de sentido. São com estas palavras que Guimarães descreve seu conceito de reescritação:

Podemos dizer que o procedimento de reescritação consiste em redizer o que já foi dito. Ou seja, uma expressão linguística reporta-se a uma outra por algum procedimento que as relaciona no texto integrado pelos enunciados em que ambas estão. Esse procedimento se caracteriza por fazer interpretar de uma forma (reescriturada) como diferente de si (em virtude da reescritação). E nessa medida a reescritação é um procedimento que coloca em funcionamento uma operação entre elementos contíguos. O que caracteriza é que ela é uma relação entre elementos à distância, que eventualmente podem estar contíguos (ou seja, a contiguidade não é o elemento que as caracteriza). (GUIMARÃES, 2009, p. 53)

O processo de reescritação na língua ocorre para Guimarães (2009) em qualquer fenômeno linguístico em que haja a substituição de um termo por outro qualquer. Neste capítulo, no entanto, será dada atenção somente à reescritação por especificação em relação ao nome próprio de pessoa, com este sendo determinado pelo elemento reescriturador que atribui a ele elementos de sentido como abaixo:

- Nesse momento que o grande Antônio Carlos, levantou a sua voz a favor da verdadeira democracia. **Titan** em sua obra de regeneração dos costumes democráticos, vivia, no afan de polarizar o conhecimento da liberdade. (FOLHA DO NORTE, 18/05/1930, **grifos nossos**)

Na ocorrência acima, a reescrituração de Antônio Carlos em “titan”, pode ser pensada como: *o ser x que designado pelo nome Antônio Carlos é um titã em sua obra de regeneração dos costumes democráticos*. Este tipo de reescrituração anafórica foi também estudada por Koch (2001, p. 76). Neste artigo, a autora esclarece que nas descrições definidas “opera-se uma seleção dentre as propriedades passíveis de serem atribuídas a um referente, daquela(s) que, em dada situação discursiva, é (são) relevante(s) para o locutor, tendo em vista a viabilização do seu projeto de dizer”. Assim, a reescrituração de um nome próprio de pessoa por outro elemento é uma função de linguagem que é intrinsecamente ligada ao discurso e que, quando se reescreve um nome próprio de pessoa por outro nome, é o enunciador quem define qual faceta deste ser será singularizada.

Chain Perelman (2005), discutindo acerca das escolhas das qualidades atribuídas pelos locutores aos objetos, analisa com proximidade os epítetos, que são fenômenos de atribuição de sentidos a objetos direcionados pela escolha de um enunciador que podem ser traduzidos pela forma “x é y”:

É permitido chamar a revolução francesa de “aquela sangrenta revolução”, mas não é a única maneira de qualifica-la e outros efeitos poderiam perfeitamente serem escolhidos. O papel argumentativo dos epítetos é percebido com maior clareza quando duas qualificações simétricas e de valor oposto parecem igualmente possíveis: qualificar Orestes de “assassino de sua mãe” ou de “vingador de seu pai”, dizer de uma mula “filha de um jumento” ou “corcel de patas rápidas”, é escolher nitidamente um ponto de vista cujo caráter tendencioso se percebe porque se vê imediatamente como se poderia corrigi-lo. (PERELMAN, 2005, p. 143)

Perelman destaca o caráter argumentativo dos epítetos, exemplificando a possibilidade de qualificações simétricas de valores opostos, o que, segundo ele, têm um caráter tendencioso, assim como nas representações de políticos analisadas na pesquisa.

Outro fenômeno de atribuição encontrado nos jornais analisados com o mesmo valor dos supracitados foi a designação por perífrase explícita “aquele que α” ou “o que α”, analisada por Pêcheux (2009):

Ora, e eis o ponto decisivo, essa designação pelo nome próprio implica, a possibilidade de designar uma mesma coisa por uma perífrase, tal como “aquele que

descobriu[...]", "a cidade que é a capital da Alemanha", "o segundo dos planetas que gravitam ao redor do Sol"; o significa dizer que aos nomes próprios "simples" correspondem necessariamente nomes próprios "compostos", não lexicalizados, nas sim construídos por diversos funcionamentos sintáticos que podem ir de "o N que VN" (onde N representa um "nome comum" como homem, cidade, planeta tec.) até "aquele que VN" ou "o que VN", em que todo apoio lexical desaparece (PECHEUX, 2009, p. 90)

Para Pêcheux (2009), que parte da tese de Frege de que um nome próprio simples corresponde a um nome próprio composto, a designação de um nome próprio por perífrase que se dá por meio das relativas, acontece como evidência em " x que é α , é β " não se passa de uma ficção logicista na qual há uma impressão de igualdade e identidade entre os elementos. Relacionando a visão pêcheutiana de perífrase à reescrita de Guimarães (2009) e Koch (2001) e dos epítetos de Perelman (2005), nas perífrases há também uma escolha do locutor de um elemento metafórico que substitui um nome próprio de pessoa. No enunciado "Carvalho de Britto, que jurou aniquilar Minas", da **Folha do Norte** de 11/04/1930, por exemplo, há uma relação de determinação que reescreve o nome do político no sintagma verbal. Portanto, o sintagma "que jurou aniquilar" tem uma relação de identidade com o nome Carvalho de Brito, ou *Carvalho de Brito é aquele que jurou aniquilar Minas* – " x é y ".

O último elemento que ilustra a relação atributiva analisada neste capítulo é a legenda embaixo de foto ou caricatura, típica de jornais. Se Bosredon (1999, p.17) diz que os títulos de uma pintura "dizem a pintura de uma certa maneira", o mesmo se aplica às legendas sob fotos ou gravuras de políticos; as legendas embaixo das figuras dos políticos, de certa forma, "dizem" estes políticos. As legendas determinam os sentidos de uma foto ou gravura variando entre enunciados que criam uma referência simétrica entre um nome próprio e uma imagem ou, entre uma imagem e uma reescrita diferente dela. Este tipo de relação serve para que o leitor tenha uma experiência referencial que é diferente daquela em que a imagem não é mobilizada.



FIGURA 1 – João Alves, Folha do Norte, 15/06/1930.

O tipo de representação acima, na qual a foto do político João Alves tem como legenda o seu nome precedido do título de doutor é analítico – “x é x”, ou, o nome próprio designa a representação de um sujeito no mundo por sua foto. Seria uma ingenuidade pensar que este tipo de relação não poderia ser analisado discursivamente, pois uma imagem que mostra uma figura em uma pose de distinção com o nome desta figura embaixo dela, tem um valor distinto, por exemplo, de uma figura em uma pose constrangedora. Neste capítulo, no entanto foram analisadas somente as relações nas quais “x é y” ou o nome de um político “x” é determinando pela atribuição de uma qualidade “y” diferente deste nome. Logo, para que este tipo de relação tenha sido analisada a partir de imagens, também, é necessário se descolar da noção do sujeito “de carne e osso” da foto e focar-se nas relações entre o nome próprio da pessoa e uma qualidade atribuída. No caso das legendas embaixo de imagens que as determinam, estas imagens funcionam como substitutos dos nomes próprios, sendo a legenda uma reescritação deste nome abstrato. Na **Gazeta do Norte** de 01/03/1930 há, como exemplo deste fenômeno de silêncio sintático, uma imagem do político Mário Brant, candidato a deputado, na qual a legenda é a descrição definida “O indesejável”.



FIGURA 2 – Mário Brant, **Gazeta do Norte**, 01/03/1930

Esta foto de Brant substitui a necessidade da representação escrita do nome próprio por ela ser auto-referencial, de forma que é o elemento reescriturador que determina o sentido da foto. A representação acima, portanto, mostra que mesmo sem a expressão escrita de seu nome, *Mário Brant é o indesejável*. Assim sendo, as relações de atribuição em que “x é y” são determinadas a partir de diferentes fenômenos discursivos, sendo que esta ligação possui o efeito de que não há nela a interpretação do locutor.

4.6 Análise de dados

ANTÔNIO CARLOS

GAZETA DO NORTE	FOLHA DO NORTE
(1) Foi preciso que viesse à governança do estado o prepotente, nobre, ambicioso e paranoico, Andrada para nos jogar na situação mais dolorosa que jamais houve.	(1) O sr Antônio Carlos sempre foi na política nacional um homem que se definiu pela cordura de suas atitudes.
“O estado em bancarrota”; editorial; primeira página; 04/01/1930	“A attitude de Minas”; editorial; primeira página; 20/04/1930
(2)	(2)



FIGURA 3 - Antônio Carlos Andrada, *Gazeta do Norte*, 01/03/1930

(3) Em vista desta descida brusca, desta perda de terreno, o sr. Getúlio deveria ter compreendido que **o tal Andrada** não tem prestígio [...] e por ter bancado o gigolot de Minas, que “marchou” com as despesas da comédia liberticida.

“Meu bilhete”; Coluna de “C”; todo o terço esquerdo na segunda página; 15/03/1930

(4) [...] Analyse-se o tal homem: De **conservador** que sempre foi, evoluiu a **liberal**. De liberal que era involuiu para **revolucionário**. De revolucionário, **prepotente e audacioso** passou a **pusilânime, patife, poltrão e felão**.

“Meu Bilhete” Coluna de X, p.1; 19/07/1930



Presidente Antônio Carlos, a maior expressão do liberalismo brasileiro, que vai ser sucedido no Governo de Minas pelo dr. Olegário Maciel.

FIGURA 4 – Antônio Carlos Andrada, *Folha do Norte*, 04/05/1930

(3) Nesse momento que o grande Antônio Calos, levantou a sua voz a favor da verdadeira democracia. **Titan em sua obra de regeneração dos costumes democráticos**, vivia, no afan de polarizar o conhecimento da liberdade.

“Tributo de veneração ao dr. Antônio Carlos”; coluna central de Júlio Clempio Belo Horizonte, segunda página; 18/05/1930

(4) em Montes Claros feriu-se o choque decisivo entre **o ideal de autonomia e de liberdade, que o presidente Antônio Carlos encarnava**, na sua impávida resistência e o de intervenção e de mandonismo do Cattete contra a independência dos mineiros.

“Mineiro de lei” coluna de Assis Chateaubriand; segunda página; 12/08/1930

Gazeta do Norte:

- 1) No primeiro quadro, o nome próprio Antônio Carlos é reescrito pela série “o prepotente, nobre, ambicioso e paranoico Andrada”, estando todos os adjetivos situados no mesmo sintagma nominal. Estes modificadores são responsáveis pela determinação da identidade do sujeito “Andrada” nesta coluna, o que proporciona efeitos de especificação pelos adjetivos axiológicos depreciativos. O adjetivo “nobre” aqui é considerado negativo porque enunciativamente, no discurso político, “nobreza” é sinônimo de indiferença a eleitores mais humildes.
- 2) Neste quadro, a imagem de Antônio Carlos Andrada é legendada por *Tonico Tiburtina*, de maneira que *Antônio Carlos é Tonico Tiburtina*, o que por efeito de ironia cria representações de um sujeito autoritário, assim como a esposa de João Alves. A imagem de autoritarismo e violência de Tiburtina é dividida socialmente no imaginário da sociedade montes-clarense de maneira que este enunciado faz sentido para os leitores locais.
- 3) Neste quadro há uma relação de equivalência entre Antônio Carlos e sua reescrituração em “o tal Andrada” por anáfora textual, desde que, “tal Andrada” se refere logicamente a uma ocorrência Antônio Carlos em parágrafos anteriores do texto. O pronome indefinido “tal” sugere o efeito depreciativo no enunciado desde que visa o efeito de fazê-lo parecer ou “ser” um sujeito sem maior importância e menos digno que outros.
- 4) Neste enunciado, os adjetivos *liberal* e *conservador* são colocados em uma relação de antónimia, havendo aí, pela reescrituração anafórica do nome Antônio Carlos, uma suposta evolução de seu caráter. Curiosamente, este jornal era aquele que defendia os interesses da Concentração Conservadora, e com a extinção deste grupo, pela desistência de Mello Vianna em 10 de maio, ser um conservador passou a ser um demérito. Já os adjetivos “prepotente, audacioso, pusilânime, poltrão e felão” que se referem a Antônio Carlos, demonstram que, mesmo com o fim da Concentração Conservadora, o grupo que domina o jornal continua em relação polêmica com aquele que defende o ex-presidente de Minas Gerais.

Folha do Norte:

- 1) Há, nesse caso, o efeito de substituição reflexiva proporcionada pelo verbo “ser” em “foi na política um homem que se definiu pela cordura de suas atitudes”, sendo característica dos predicativos com o verbo “ser” designar características ou propriedades intrínsecas ao sujeito. O valor da cortesia é intrínseco ao nome Antônio Carlos.
- 2) A expressão apositiva “a maior expressão do liberalismo nacional” determina por especificação o nome Antônio Carlos. Este é um elemento qualificador do nome Antônio Carlos, pois o coloca acima de todos os outros políticos liberais do país.
- 3) Há uma retomada anafórica na reescritação de “o grande Antônio Carlos” por “Titan em sua obra de regeneração dos costumes democráticos”. “Titan” é um substantivo axiológico que aqui tem efeitos de potência. Antônio Carlos e “Titan” aqui se substituem e proporcionam o efeito de equivalência positiva.
- 4) É o verbo transitivo direto “encarnava” que proporciona o efeito de equivalência entre Antônio Carlos e o sintagma “ideal de autonomia e de liberdade”. Encarnar no enunciado citado tem o efeito de personificar ou ser modelo de algo, o que há aqui são qualidades louvadas em todo o ocidente, a autonomia e a liberdade.

Conclusão: As representações dos dois jornais sobre o objeto Antônio Carlos são paradoxais, ele logicamente não pode ser, por exemplo, ao mesmo tempo patife, pusilânime e cortês, mas é assim que ele é representado. Essas diferenças são, portanto da ordem do possível, ou acontecem a partir de uma seleção diferente do passado, ou a partir de diferentes filiações de memórias, o que mostra que cada jornal enuncia a partir de uma formação discursiva diferente.

JOÃO ALVES

GAZETA DO NORTE	FOLHA DO NORTE
(1) Quando a pouco tempo o célebre e “humanitário” médico perpetrhou o mais terrível e espantoso crime político da história do paiz. “Repúdio dos correligionários” editorial, p. 1 01/03/1930.	(1) A Gazeta publicou em sua edição de sábado uma relação dos juízes, promotores, delegados e não sabemos que mais, obrigados a deixar os seus cargos por imposição do dr. João José Alves, prestigiosa figura do nosso

	<p>meio. “Porque não param as autoridades” Artigo de “Velho Conhecido”, 27/04/1930.</p>
(2) Da casa do dr. João Alves – conhecido protetor de bandidos – sicários emboscados alvejaram Mello Vianna a Carvalho de Brito. Manchete, 13/02/1930.	<p>(2)</p>  <p><i>Dr. João José Alves, chefe de grande prestígio no município, que se empenha vivamente pela vitória esmagadora dos candidatos Maciel e Pedro Marques.</i></p>
(3) É irmão do sr. João Alves e cunhado da exma snra Tiburtina, mandantes do morticínio que tanto enxovalhou a civilização mineira. “Candidato de jagunços” de A Notícia, p.1 15/03/1930	<p>(3) O Sr. João Alves, quer como cidadão dos mais distintos, que como médico humanitário e de alto conceito profissional, tem sabido se elevar e se impor ao respeito, à estima e à gratidão dos conterrâneos “Esmagando as Calúnias” João, Bispo de Montes Claros. 18/05/1930</p>
(4) [...] mas esses atestados visam apenas preparar a defesa do sr. João Alves, planejador e mandante daquela terrível carnificina. “Pro aris et focus” editorial p.2, 05/07/1930	<p>(4) Médico dos mais abnegados, político popularíssimo, filantropo e espírito todo saturado de humanitarismo, possuidor dos caros dotes de carácter e coração que enobrecem o indivíduo, constitue elle um padrão de benemerência e probidade do nosso meio que o respeita e estima. “Uma grande data de Montes Claros – Faz annos hoje o dr. João Alves ” Editorial, p.1 12/08/1930</p>

- 1) Aqui, “célebre e “humanitário” reescrituram João Alves. As aspas em “humanitário” claramente têm efeitos de ironia mostrando a presença do *outro* no discurso. As aspas negam que a origem do enunciado é do enunciador. Esta é uma representação de João Alves que o enunciador ouviu em algum lugar no passado e que continuou a ter efeitos na comunidade. A figura de Alves enquanto humanitário continuou perpetuando sentidos como em “*que como médico humanitário e de alto conceito profissional*” na carta do bispo da cidade e publicada na **Folha do Norte** publicada em 18/05/1930.
- 2) A locução substantiva “conhecido protetor de bandidos” utilizada como aposto determina efeitos de identidade a João Alves. O adjetivo “conhecido” traz à memória do leitor o interdiscurso, desde que, este adjetivo comprehende a memória do leitor. Se alguém é conhecido por alguma coisa é porque ela já fez esta coisa outras vezes tornando-a notória.
- 3) O enunciado desqualifica o então deputado Honorato Alves por anáfora a partir de desqualificações de seu irmão João e cunhada Tiburtina, determinados no jornal pela locução depreciativa “mandantes do morticínio que tanto enxovalhou a civilização mineira”.
- 4) Neste caso, há uma relação de qualificação do antecedente João Alves pelo aposto “planejador e mandante daquela terrível carnificina” de 06/02. A aposição aqui dá efeitos de realidade reavivando a memória do leitor sobre o crime da semana anterior na qual tiros foram disparados e pessoas mortas de dentro da casa de Alves.

Folha do Norte

- 1) Há uma relação de qualificação do nome João Alves e “figura prestigiosa do nosso meio” por aposição. O enunciador busca trazer na memória do leitor imagens de João Alves que antecederam os incidentes em frente à sua casa, Alves afinal era considerado por muitos um herói que lutou sozinho contra a gripe espanhola no único hospital da cidade.
- 2) Esta ilustração de João Alves é determinada pelo aposto “chefe de grande prestígio no município” que qualifica positivamente a figura do político e que parafraseia a relação de (1).
- 3) Este é um enunciado do bispo da cidade que, por aposição, em “quer como cidadão dos mais distintos, quer como médico humanitário e de alto conceito profissional”,

mostra sua visão positiva sobre o alvo João Alves sendo ela partilhada por outros no âmbito local.

- 4) Nesse quadro há uma longa descrição definida repleta de adjetivos e substantivos axiológicos que reescrituram João Alves: “médico dos mais abnegados, político popularíssimo, filantropo e espírito todo saturado de humanitarismo, possuidor dos caros dotes de caráter e coração que enobrecem o indivíduo[...]”. Esta expansão do referente João Alves por axiológicos é uma característica do gênero retórico epidíctico, típico das celebrações, como o aniversário do político que é festejado nesta edição.

Conclusão: de todos os objetos analisados, aquele com o maior número de ocorrências foi o nome João Alves. Ele era o patrocinador da Folha do Norte e o inimigo número 1 dos editores da Gazeta. Assim como com Antônio Carlos as representações de Alves foram paradoxais. As críticas da Gazeta do Norte a ele foram ininterruptas nos meses analisados assim como os elogios advindos da Folha. Humanitário e assassino não são qualidades logicamente atribuíveis a um mesmo objeto, sendo que os elogios e críticas são seleções de memórias possíveis sobre ele. Ele fora qualificado como assassino pela Gazeta relativamente aos acontecimentos de 6 de fevereiro e de filantropo pela Folha por ter sido o provedor da Santa Casa de caridade nesse período. Mais uma vez, a partir dessas qualificações é possível delimitar os diferentes espaços de enunciação que cada um dos jornais enuncia e portanto sua identidade discursiva.

CARVALHO DE BRITO

GAZETA DO NORTE	FOLHA DO NORTE
(1) Carvalho de Brito, o grande mineiro , cujo apelo atendido, como vai sendo em todo estado, mostrou ser utópica a apregoada unanimidade em torno do “Cavalheiro da triste figura” enunciado sob a foto do líder político, p. 2, 19/10/1929.	(1)

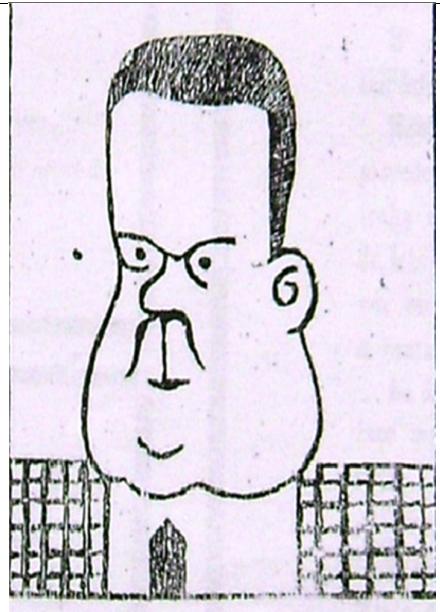
	 <p>Carvalho Britto, que jurou aniquilar Minas</p>
(2) Carvalho de Britto, norte mineiros, é a força combativa e realizadora que impediu que Minas se desirmanasse das 21 estrelas do globo azul da bandeira nacional e que lhe franqueia os meios. “Em véspera de grande júbilo”, 25/01/1930.	(2) Britto é macaco velho; joga os seus amigos (seus ou do B.B.?) no embrulho e cárno mangue. “A nefanda política de Carvalho de Britto” Reportagem, p. 2, 12/04/1930.
(3)	 <p>O dr. Carvalho Britto, o genial idealizador dos Congressos econômicos</p>

Figura 7 – Carvalho de Brito, Gazeta do Norte, 06/02/1930	
(4) O nosso diretor Ary de Oliveira e os chefes da oposição em Montes Claros, receberam do ilustre dr. Carvalho de Brito, eminente chefe da concentração conservadora o seguinte despacho telegráfico. “A Concentração Conservadora”, Editorial, sem assinatura, p. 1. 10/05/1930.	(4) Esse Sr. Britto é mesmo assim. Muito Fácil em prometter e muito remisso em cumprir o que promette. É manha velha. Já muito conhecida. Além disso é camarada prático em fazer politicagem barata com pobre Jeca sertanejo . “Deputados gorados”, Coluna de Graciano Valério, p. 2, 20/06/1930.

Gazeta do Norte

- 1) No quadro (1) é o aposto “o grande mineiro” que qualifica Carvalho de Brito. Grande assim se torna um atributo deste nome próprio e que o diferencia daqueles que não são grandes como ele.
- 2) Nesse quadro, o verbo de ligação “ser” em “é força combativa e realizadora” transporta os atributos de essência, permanência e equivalência desta locução ao sujeito gramatical Carvalho de Brito.
- 3) Nesse enunciado o aposto de valor axiológico “o genial idealizador dos congressos econômicos” especifica Carvalho de Brito. Não é necessário um sintagma verbal para que o sentido do enunciado esteja completo por causa da ilustração que substitui o nome próprio como sujeito.
- 4) O nome Carvalho de Brito é determinado pelo complemento nominal ilustre e pelo aposto “eminente chefe da Concentração Conservadora”, ambos de valor axiológico positivo.

Folha do Norte

- 1) Este enunciado que, sintaticamente, seria incompleto, é enunciativamente suficiente, pois a imagem substitui o sujeito. O complemento “que jurou aniquilar Minas”

funciona como uma descrição definida de valor negativo que reescritura o nome Carvalho de Brito substituído pela foto.

- 2) Nesse quadro, o efeito de essencialidade entre Brito e “macaco velho” é dado pelo verbo “é”. Este verbo além dos efeitos de relação intrínseca entre denotação e representação, também tem o efeito de permanência desde que “é” não é o mesmo que “está” ou para “é para mim”, logo, se Carvalho de Brito é macaco velho, ele sabe das artimanhas políticas para conseguir vantagens e, além disso, ele jamais mudará.
- 3) Nesse enunciado, o nome Carvalho de Brito é reescriturado por anáfora textual pelo elemento especificador de valor negativo “papão hilariante”. O adjetivo “papão” provavelmente ironiza o excesso de peso de Brito, enquanto hilariante se refere a algumas de suas condutas descritas no texto.
- 4) Há, aqui, um “é” anafórico que retoma “este snr, Britto é mesmo assim” e que atribui a este referente o predicativo “camarada práctico em fazer politicagem com pobre jeca sertanejo”. Este predicativo está relacionado à memória do enunciador de 1930 e consequentemente com sua história desde que revela estereótipos de políticos hipócritas que enganam os eleitores das zonas rurais.

Conclusão: Assim como nos casos anteriores a representação de Carvalho de Brito é paradoxal, sendo somente possível no discurso propagandístico, que deve representar seus produtos como sendo “perfeitos”. Fora do desse tipo de discurso não se pode pensar em alguém que seja ao mesmo tempo “ilustre” e “camarada práctico em fazer politicagem barata com pobre Jeca sertanejo”.

OLEGÁRIO MACIEL

(1)	(1) Como se espera, o eleitorado estadoal, comparecerá em massa às urnas afim de eleger, pela arma legal do voto, os candidatos do P.R.M., drs. Olegário Maciel e Pedro Marques, personalidades cujo relevo é desnecessário salientar , pelo largo conhecimento que delas temos. Editorial sem assinatura, p. 1, 06/04/1930.
-----	---

 <p><i>O sr. Olegário Maciel que, se não fosse um interdito, se poderia dizer que não respeita a própria velhice.</i></p>	
<p>FIGURA 8 – Olegário Maciel, Gazeta do Norte, 01/02/1930</p> <p>(2) Todos os candidatos a deputado e senador federal entrariam para a Câmara com fraudes e tudo, e o dr. Mello Vianna desistiria de sua candidatura elegendo-se Presidente de Minas o ante-diluviano Pastor de Patos! “Meu bilhete...”, coluna assinada por “C”, p. 2, 19/04/1930.</p>	<p>(2) Genuino representante das melhores qualidades do povo montanhez, sua vida tem sido exemplo constante de lealdade, desambição, sisudez, e devotamento à causa pública 11/05/1930.</p>
<p>(3) Felizmente não o caduco que muitos supunham, sabe qual o caminho que deve seguir para que o estado que vai governar se reintegre e assuma o papel preponderante que tem representado da comunhão patrocinada de effigie do cruzeiro do sul. Título rasgado e ilegível, Editorial, p. 1, 28/06/1930.</p>	<p>(3) E por isso confia no futuro, rejubilando-se na escolha do digníssimo Dr. Olegário Dias Maciel na presidência do Estado de Minas Gerais. Esperanças fundadas na plataforma de Olegário Maciel, texto Júlio Clelbo, p. 2 25/05/1930.</p>
<p>(4) No momento em que o austero varão prestar o compromisso solene de bem servir ao Estado, só deviam ressoar do recinto da Câmara dos Deputados, em aplausos sinceros, as palmas das mãos limpas dos homens honestos.</p>	<p>(4)</p>

“O novo governo do estado”, editorial, p. 1, 06/09/1930.



FIGURA 9 – Olegário Maciel, Folha do Norte, 07/10/1930

Gazeta do Norte

- 1) A partir da relação de aposição iniciada pela relativa “que” que especifica negativamente Olegário Maciel como “interdito”, ou, privado de seus direitos em virtude de problemas penais ou mentais o político é desqualificado.
- 2) “O ante-diluviano Pastor de Patos” retoma o referente Olegário Maciel por anáfora textual especificando este nome e atribuindo a ele sentidos negativos. A expressão “ante-diluviano” ridiculariza o referente por sua idade avançada, como se ele tivesse nascido antes do dilúvio, assim como, a reescritação “Pastor de Patos” o determina negativamente, desde que na tradicionalista Montes Claros de 1930 o protestantismo era ainda tratado como tabu. Há aí também o efeito humorístico da ambiguidade da palavra “Patos”: se pode pensar em “pastor protestante nascido em Patos de Minas”, ou um pastor que ao invés de ovelhas lida com as aves “patos”. Apesar de Olegário nunca ter publicamente afirmado ser adepto ao protestantismo ou haver qualquer referência a este respeito, a **Gazeta do Norte** se utilizou grandemente desta descrição, além da sua idade avançada para desvalorizá-lo.
- 3) Em “felizmente não o caduco que muitos supunham” há a negação polêmica do substantivo “caduco” desde que o enunciador pressupõe que algumas pessoas

pensavam assim, mas não ele. O pronome indefinido “muitos” dá um efeito de descolamento do enunciador anônimo desta ideia. Esse enunciado desfaz as relações de velhice e degenerescência de Maciel de enunciados anteriores no mesmo jornal.

- 4) A anáfora textual que retoma a referência anterior de Olegário Maciel que se dá por meio da descrição definida “o austero varão” de valor axiológico positivo, sendo este o momento de mudança no paradigma de críticas a este referente.

Folha do Norte

- 1) Neste enunciado, Maciel, juntamente com o político Pedro Marques, é determinado por aposição, positivamente, como “personalidades cujo relevo é desnecessário salientar”, de maneira que, o enunciador presume que o leitor e ele dividem esta opinião.
- 2) “Genuíno representante das melhores qualidades do povo montanhez” retoma por anáfora o nome Olegário Maciel especificando-o positivamente. Estas qualidades, explicitadas na expressão seguinte, são “lealdade, desambição, sisudez, e devotamento à causa pública”.
- 3) O adjetivo *digníssimo* determina o nome Olegário Maciel saturando o sentido do nome próprio.
- 4) *Impoluto* era um adjetivo de valor axiológico positivo comumente utilizado nos jornais de 1930 denotando a pureza do referente.

Conclusão: Assim como nas outras ocorrências a representação de Olegário Maciel é paradoxal, sendo que este objeto tem a característica de ser duplamente paradoxal, ou em algum momento a **Gazeta do Norte** “decidiu” mudar de opinião em relação a ele. As razões deste fato, como tentará ser explicado em seguida foi a vitória do político nas eleições de presidente do estado de Minas.

4.7 Conclusões

O quadro abaixo representa as relações supracitadas:

Nome	Contexto A Gazeta do Norte – valor	Contexto B Folha do Norte – valor
Antônio Carlos	Sempre negativo	Sempre positivo
Olegário Maciel	Negativo/Positivo	Sempre positivo
João Alves	Sempre negativo	Sempre positivo
Carvalho de Brito	Sempre positivo	Sempre negativo

A partir da análise dos dados acima foi possível constatar que os nomes mudam de sentido a partir da formação discursiva em que enuncia o locutor, o que permite determinar nelas uma identidade política e uma relação conflituosa no sentido. A relação “x é y” assim se mostra com uma estrutura diferente de “x = y” das ciências exatas, e este fato faz com que a linguagem seja constituída pelo discurso como já apontado por Foucault (2000). Nesta possibilidade de representação, o locutor atribui propriedades subjetivas a um objeto de discurso em um “formato” objetivo, sendo a subjetividade apagada por sua força assertiva; uma relação subjetiva travestida de objetiva. As relações de oposição descritas a partir da coleta e ordenação do valor axiológico daquilo que foi dito a respeito de cada um dos jornais analisados explicita que, na propaganda política, assim como nas ilusões, os objetos podem ser e não ser ao mesmo tempo, fato este que menos que demonstrar um “defeito” na linguagem apresenta como os objetos podem ser construídos discursivamente e que a análise de distintos aspectos de representação da realidade, possibilita uma visão mais completa do real.

Além de um mapeamento das identidades das formações discursivas liberal e conservadora pela análise e ordenação das ocorrências foi comprovada uma crise nos sentidos destes nomes, pois suas qualificações tinham valores incompatíveis:

- **Antônio Carlos:** A. prepotente, nobre, ambicioso e paranoico, comum, violento, instável, pusilânime, patife, poltrão e felão, B. cortês, grande expressão política nacional, democrata e que encarna ideais de liberdade e autonomia.
- **João Alves:** A. desumano, protetor de bandidos, mandante e planejador de uma carnificina B. prestigiosa figura na cidade, cidadão distinto, médico humanitário e

de alto conceito profissional, filantropo, possuidor dos caros dotes de caráter e coração.

- **Carvalho de Brito:** A. grande mineiro, força combativa e realizadora, genial idealizador de congressos econômicos, ilustre chefe político B. que jurou aniquilar Minas, macaco velho, papão hilariante, prático em fazer politicagem barata com jeca sertanejo.
- **Olegário Maciel:** A. senil, interditado, protestante, pleno de sanidade mental, austero varão, personalidade de relevo, B. genuíno representante mineiro, digno, impoluto.

As incompatibilidades ocorrem nos dois jornais, provavelmente, por um desinteresse pelo acordo e pela supervalorização das estratégias de *marketing* eleitoral em detrimento da notícia. Pela observação dos enunciados citados cabe ao leitor, portanto, acreditar em um ou outro lado, como afirma Perelman (2005, p. 228) “mostrar a incompatibilidade de dois enunciados é mostrar a existência de circunstâncias que tornam inevitável a escolha entre as duas teses em presença”. Os enunciados em um jornal sobre um objeto são incompatíveis com aqueles em outro jornal sobre o mesmo objeto.

Se em seus estudos sobre aquilo que era a loucura na história, Foucault (2010) descobriu que não se tratava das mesmas doenças e, portanto, não eram os mesmos loucos, nesta pesquisa se descobriu pela ordenação de qualificações que não se tratavam das mesmas pessoas, não eram os mesmos políticos. O sentido dos nomes próprios de políticos nestes jornais quando comparados mostraram uma relação em que uma mesma referência possui diferentes sentidos, fato que implica duas formações discursivas que funcionam de maneira oposta na representação dos políticos.

O comportamento desviante representado pela mudança de valor no nome próprio de pessoa Olegário Maciel na **Gazeta do Norte** mostra uma incompatibilidade de diferente natureza das outras em que as formações discursivas liberal e conservadora dividiam o campo discursivo a partir de oposições. Nesse há incompatibilidade entre dois enunciados em um mesmo meio em tempos distintos. Na busca por explicações para tal incompatibilidade, tendo sido realizada uma pesquisa histórica foi encontrado o resultado das eleições de presidente do estado no mês de junho publicado nos dois jornais, mês em que foi proferido o enunciado abaixo, que marca a mudança de valor de representação de Maciel:

- Felizmente não o caduco que muitos supunham, sabe qual o caminho que deve seguir para que o estado que vai governar se reintegre e assuma o papel

preponderante que tem representado da comunhão patrocinada de effigie do cruzeiro do sul. 28/06/1930

Neste mês foi decretada a vitória de Maciel em decorrência da desistência de Mello Vianna, e a partir deste evento foi fundado o Partido Norte Mineiro que, diferentemente da Concentração Conservadora, era aliada a Maciel, apesar de ser constituído dos membros da formação discursiva Conservadora, sendo seu membro fundador, Ary de Oliveira, diretor da **Gazeta do Norte**. Foi assim provavelmente a vitória de Maciel que determinou a diferença de valores qualitativos em relação a seu nome. O primeiro enunciado referente ao novo partido na **Gazeta do Norte** ocorreu no dia 19/07/1930 e no dia 09/09/1930 já na **Gazeta** já podiam ser encontrados enunciados sobre a reconciliação política entre Olegário Maciel e Mello Vianna. A formação discursiva Conservadora ou buscava apoio político do estado ou estaria fadada ao insucesso no município desde que na república velha como aponta Leal sobre o coronelismo:

[...] a situação de oposicionista, no âmbito municipal, é tão desconfortável, que a regra é ficar na oposição somente quem não pôde ficar com o governo [...] as correntes políticas municipais se digladiam com ódio mortal, mas comumente cada uma delas o que pretende é obter as preferências do governo do Estado [...] O maior mal que pode acontecer a um chefe político municipal é ter o governo do estado como adversário. (LEAL, 1978, p. 48)

Como aponta Leal, como regra, os grupos políticos municipais que ousavam desafiar o estado ou caiam no limbo. Eram as disputas internas nos municípios que alimentavam a quase imobilidade política no estado, tendo o PRM reinado sozinho por décadas em Minas Gerais. A estratégia de tentar se aliar a Maciel pela formação discursiva liberal, no entanto não funcionou. Em setembro aconteceu a revolução de 1930 e a **Gazeta** foi queimada pelos “bate paus” que eram apoiados pela polícia do estado de Maciel, estando a frente deles “Exupério Ferrador”, aliado de João Alves, temido matador na cidade e um dos indiciados no processo de 6 de fevereiro de 1930. As formações discursivas Liberal e Conservadora assim não podem nem ser determinadas pela direção ideológica de um jornal nem simplesmente pelas qualificações. Elas seguiram aqui o critério político de Carl Schmitt que determina que a política se baseia nas relações de amizade e inimizade e nenhuma outra.

Sobre o caráter estrutural desta análise, não se pode dizer que as formações discursivas se fecham em si mesmas sendo matriz do pensamento que produzem sempre os mesmos estímulos pela possibilidade de mudança de identidades, fato que foi observável no caso de

Olegário Maciel. Desta maneira, se há uma relação da análise aqui realizada e o estruturalismo, ela se dá para mostrar que se as formações discursivas são sistemas, estes são sistemas adaptáveis. Loïc Depecker, levantando o arquivo deixado por Saussure, encontra nas notas dos alunos e em seus manuscritos, os seguintes enunciados: “o sentido de cada forma, em particular é o mesmo que a diferença das formas entre elas – Sentido = valor diferente” (DEPEKER, 2011, p. 75). Se o sentido é determinado pelo valor e não seu contrário (pois então as coisas teriam valor intrínseco impossibilitando a arbitrariedade do signo) são as mudanças nos valores que são responsáveis pelas mudanças de sentido em um mesmo sistema. Logo, para que haja mudança de valores em relação aos mesmos objetos, há então que se pensar em mudança de sistema, das regras de um sistema e, consequentemente, de sentido.

Trazendo estas considerações para os dados analisados constatou-se, de forma geral, que cada nome próprio dos políticos possuía um valor diferente em seu contexto. Se, por exemplo, na **Gazeta** João Alves era representado por elementos de valor negativo, na **Folha** o valor representado era positivo, de maneira que, se houver diferença do valor deste nome haverá também diferenças de sistema e de sentido. Esses dois sistemas em oposição, no entanto, se completam, e, é esta união de opostos que pressupõe o discurso polêmico, típico das propagandas políticas. Houve, assim, nesta análise a constatação de que cada um dos dois jornais serve de referencial generalizador para determinadas tendências e orientações de enunciados que seguem a lei do repetível pelo encaixe entre um objeto e um atributo que o qualifica. Esta lei, no entanto, não é rígida, podendo ser mudada a qualquer momento, dependendo da conjuntura sócio-histórica e das relações de poder, nesse caso o critério político dos amigos e inimigos. A interpretação da realidade nessa perspectiva não é parte de um processo cognitivo da percepção enunciador sobre um objeto, mas se relaciona às intenções do enunciador, nesse caso, à sua vontade de poder. É o desejo de poder que determina a manipulação dos sistemas de interpretação em sua dimensão estratégico-política, sendo a seleção do interdiscurso que dá valor de verdade a esses enunciados. Portanto, não se pode pensar que no discurso haja uma relação simétrica entre um objeto e um sistema como ocorre na perspectiva estruturalista do sistema linguístico, o discurso não é um sistema fixo. Se assim fosse, não seria possível que em um mesmo sistema ideológico o valor de um mesmo objeto, nesse caso Olegário Maciel, fosse cambiante. No sistema discursivo, a identidade de uma formação discursiva é construída enunciativamente, ou, os objetos possuem este ou aquele sentido somente a partir da enunciação, sendo papel do analista encontrar eventuais desvios e buscar uma justificativa para eles.

5 O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA RÉPLICA NOS JORNais

É levantando as estátuas do teu inimigo que tu consolidas as tuas próprias estátuas.
 (Cícero)

5.1 Considerações iniciais

A incompatibilidade de sentidos atribuídos aos nomes próprios de políticos em cada jornal demonstrada no último capítulo permitiu uma descrição da divisão de dois campos: os “amigos” e os “inimigos”; aqueles que se elogiavam e aqueles que se criticavam. Esse fato, por ser tipicamente um daqueles em que um objeto muda de significação de acordo com a posição ideológica dos enunciadores, implica uma discussão sobre a subjetividade e discurso. A partir dessa análise, foram dispostas duas individualidades que, na política, dividiam um campo discursivo como “campo de batalha”, a formação discursiva Conservadora e a Liberal. Essas duas formações discursivas, apesar de possuírem um meio para sua expressão, que é um jornal que tem um nome próprio e uma direção ideológica mais ou menos definida, não tinham o sentido de seus enunciados determinados pelo jornal mesmo, como poderia parecer. Eles eram determinados pelas formações discursivas em que apareciam, pois conforme demonstrado no último capítulo, no caso de Olegário Maciel, um jornal pode ter enunciados que são contraditórios com outros de um mesmo jornal em períodos diferentes. Não há nada que obrigue um jornal “x” a atribuir um sentido “y” a um objeto sem ser contraditório ao longo do tempo “z”; logo, quem define os sentidos ali são forças que agem pelos jornais. A definição da identidade de formações discursivas, portanto, mostrou identidades polêmicas em um campo discursivo. A divisão de um campo discursivo, no entanto, convém além daqueles da descrição dos sujeitos em jogo, suas formas de interação.

Conforme aponta Maingueneau (1997, p. 116-117), um campo discursivo é dividido a partir de tipos de concorrência entre diferentes correntes que se defrontam explicitamente ou não, para deter o máximo de legitimidade enunciativa. Tendo sido demonstrado o regime de concorrência entre os dois grupos que coloca este tipo de divisão filiada àquelas da política, segundo a definição de campo de Maingueneau, resta ainda discutir as estratégias de credibilidade e formas de interação utilizadas nos espaços de expressão de Liberais e Conservadores. Esta discussão foi realizada a partir da relação dialogal das réplicas, que são a forma típica de interação entre os dois jornais e da noção de *framework*, de Brown e Levinson (1987), que se refere às estratégias que estão em jogo nas “defesas de faces”. A partir desse

exame, foi possível afirmar que a réplica em tais jornais tinha como objetivo ajustar a “face” de uma das formações discursivas “denegrida” em um enunciado anterior. Foi também constatado que neste tipo de interação os enunciados do *outro* estão sempre presentes naqueles do *eu* sendo a polifonia como heterogeneidade fenômenos abundantes e que diferentemente dos paradoxos encontrados no capítulo anterior, o tipo de réplica encontrada é geralmente contraditória ou inconsistente.

5.2 A réplica

Sobre a réplica, que é o dispositivo de análise da criação de realidades incompatíveis nos jornais, ela é definida no **Dicionário Houaiss** como resposta incisiva, contestação, argumento que refuta outro argumento, objeção e resposta a uma crítica. Já Maingueneau e Charaudeau afirmam que, em seu sentido técnico, a réplica:

[...] é uma intervenção reativa que incide sobre a enunciação e não sobre o enunciado da intervenção precedente, por exemplo: “A: Você vem amanhã? – B: “qual a diferença pra você?”, no lugar de sim ou não que seriam respostas”. (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2008, p. 431)

Os autores franceses relacionam a réplica a uma reatividade negativa do interlocutor em relação à enunciação de um texto primário; ela não responde a uma pergunta, mas a “rebate”, agindo, assim, sobre a enunciação e não sobre o enunciado. Em “Qual a diferença pra você?” há, claramente, uma contestação de “B” em relação à legitimidade da dúvida de “A”, fato que se aproxima mais de uma interação polêmica do que de uma resposta (como solução de uma dúvida), havendo, portanto, nas réplicas, o pressuposto de que elas têm um valor polêmico.

Maingueneau e Charaudeau, comentando Orecchioni (1985) revelam que, para a autora, as réplicas são encadeamentos que poderiam ter valores positivos em ocasiões específicas, como na seguinte interação: “Está tudo certo?” – “Se não estivesse, você acha que estaria aqui?”. Apesar da possibilidade real da ocorrência de encadeamentos como os propostos por Orecchioni, a réplica, independentemente do fato de ser positiva ou não, pressupõe um valor polêmico, reativo e corretivo, aproximando-se daquilo que, no Brasil, chama-se de “tirada”. Na interação virtual “Está tudo certo?” – “Se não estivesse, você acha que estaria aqui?” corrige-se a ingenuidade de um locutor primário de uma forma que pode até ser

desconcertante para ele; não se preserva sua “face positiva”³³. Nessa perspectiva, as réplicas têm um dispositivo de funcionamento que é diferente das respostas; se estas são soluções, as outras têm um caráter necessariamente polêmico³⁴ e reativo, mesmo que o valor de seu sentido não seja negativo.

Além de possuir um caráter corretivo e consequentemente polêmico, em cada contexto interacional as réplicas possuem especificidades. Elas, como interações verbais, pressupõem elementos exteriores que determinam sua natureza e lhes atribuem identidade. Nos debates eleitorais televisionados, por exemplo, os políticos devem seguir uma série de regras determinadas pelo meio em que debatem, como o tempo e a possibilidade ou não de contrarréplicas. Não obstante, a transmissão de sons e imagens determina também sua identidade, pois, nos debates televisionados, os enunciadores podem se utilizar de elementos prosódicos e corporais na construção do sentido que são menos óbvios nos textos. As réplicas em debates políticos, portanto, possuem uma identidade diferente daquelas das polêmicas filosóficas, como a entre Searle e Derrida, descrita por Dascal (1998). Nas polêmicas filosóficas há um tempo maior para realização de uma réplica em relação aos debates televisionados por seu suporte ser textualizado e não oral, o que favorece a estruturação de estratégias. A não presença física do locutor, neste caso, impossibilita sua defesa imediata, sendo que, nas polêmicas filosóficas, elementos como o estado psicológico do enunciador devem ser textualizados, caso este seja seu interesse.

As réplicas que ocorrem nos espaços públicos, como as que partem de jornais, diferentemente daquelas dos espaços privados que convêm somente a um locutor e a um interlocutor que trocam de posições é, de certa maneira, similar àquela do gênero júri popular em que dois lados opostos repartem um campo discursivo com os jurados como terceira parte que raramente interferem na interlocução de acusação e defesa. Apesar da interferência do júri ser mínima, é ele que as determina, é para eles que falam as partes. Para generalizar o dispositivo das réplicas nos espaços públicos, a metáfora do júri, apesar de ilustrativa, no entanto, nem sempre é funcional.

³³ Por *face positiva*, aqui, se entende a noção de *framework* de Brown and Levinson (1987) de que em uma interação todos os envolvidos desejam que suas aspirações sejam também desejáveis para pelo menos uma parte dos envolvidos. Este tema será discutido com maior detalhe no próximo tópico.

³⁴ A palavra “resposta” pode também convir como em Houaiss: argumento ou prova que destrói o que foi alegado; refutação, contestação. Dessa forma, uma distinção entre os dois termos se deu por fins de diferenciação entre solução e polêmica e não por saturar os sentidos possíveis das duas palavras.

Nas réplicas, de forma geral, o terceiro envolvido nem sempre é capaz de realizar uma ação que pode mudar o estado de coisas como nos júris populares em que se absolve ou não um réu. Em alguns casos, como nas polêmicas filosóficas, apesar dos leitores terem acesso aos textos e julgá-los, eles não podem ser donos de uma palavra final que condena um texto “x” em benefício de um texto “y”; eles podem somente analisar os enunciados e tomar um ou outro lado como mais convincente que o outro. As polêmicas que têm como tema a política entre jornais se aproximam deste último tipo, pois o voto nem sempre está, diretamente, em jogo.

5.3. A noção de *facework*

A noção de *facework* desenvolvida por Brown e Levinson (1997) foi citada na descrição do dispositivo das réplicas acima sem que fosse devidamente descrita, sendo as réplicas, geralmente, correções da “face” de um locutor em relação a um enunciado anterior. O papel de “corretora de faces” da réplica se traduz como a possibilidade que um locutor tem de corrigir uma representação do real anterior à sua enunciação para um interlocutor ou grupo de interlocutores, a partir de um ato de linguagem racional e estratégico.

Segundo Brown e Levinson (1997), a noção de “face” é derivada de Goffman, que descreve “face” como um tipo de imagem de si motivada por atributos sociais, e da expressão coloquial inglesa em que “losing face” tem o sentido de sentir-se envergonhado ou humilhado. Tendo como base o português, “face” seria o mesmo que “cara”, sendo que o termo “losing face” poderia ser traduzido por “cair a cara”, como no seguinte comentário no *blog* de Fábio Campana: “caiu a cara dos que, atacando o Barbosa, imaginavam puxar o saco da presidente”³⁵. “Cair a cara” neste contexto convém o mesmo sentido atribuído ao termo “losing face” de Brown e Levinson que é o de embaraço, desonra, rebaixamento ou “deixar alguém sem graça”. Mesmo havendo um termo similar na língua portuguesa, que é “cara”, foi utilizado aqui o termo “face” mais comum nas traduções nacionais.

Segundo os autores, a problemática da “face”, que convém tanto sua defesa quanto ataque, é relacionada à racionalidade humana e seu produto social. É a partir de rituais de polidez, que são as defesas de faces do enunciador ou do interlocutor (imagem pública de si e do outro), que é revelado o *ethos* de uma cultura ou subcultura. A “face” por ser algo que se

³⁵ Disponível em: <<http://www.fabiocampana.com.br/2013/07/dilma-sai-em-defesa-de-joaquim-barbosa-e-diz-que-nao-ha-constrangimento-entre-eles/>>. Acesso em: 20 de Agosto de 2013.

deve defender; requer, portanto, certo investimento emocional para ser mantida ou melhorada nas interações, fato que pressupõe a utilização de estratégias discursivas. Embora se possa convir que na perspectiva de *framework* ocorra uma guerra de faces em toda interação, Brown e Levinson (1997) afirmam que, geralmente, há cooperação dos interlocutores para a manutenção das “faces” dos envolvidos, sendo tal cooperação baseada na própria vulnerabilidade da face de cada um “eu não vou deixar cair a cara dele porque não desejo que ele faça a minha cair também”.

Para Brown e Levinson (1997), existem dois tipos de “faces”: a positiva e a negativa. A “face negativa” representa o desejo de todo sujeito adulto de que suas ações não sejam impedidas pelos outros. Este é o tipo mais comum de polidez, em que são utilizados elementos como “com licença, por favor, desculpe-me, mas...”; estes meios servem para que a liberdade do enunciador não seja tolhida, para que se possa falar alguma coisa, interromper uma conversa, chamar alguém, pedir uma informação etc. Por outro lado, a “face positiva” é menos óbvia; ela representa o desejo de todo sujeito de manter sua imagem pública, o que incluiria o fato dela ser admirada, aprovada, ratificada e compreendida. A “face positiva” estaria ligada, portanto, a coisas materiais e imateriais como os valores e as ações. Estes desejos, no entanto, não são direcionados a qualquer interlocutor, mas para tipos de interlocutores considerados relevantes. Escreve-se em determinado estilo para que se seja admirado por certo tipo de leitor ou por uma parte dos escritores, cuida-se de rosas para que seja admirado por jardineiros etc.

Apesar de geralmente em uma interação haver o interesse da manutenção da face positiva dos envolvidos, há, segundo os autores, atos que ameaçam a “face”, seja em sua perspectiva positiva ou negativa, o *Face Threatening Acts*, doravante FTAs ou “atos ameaçadores da face”. A face positiva seria ameaçada por atos como as ordens, pedidos, sugestões e ameaças, enquanto a segunda por expressões de desaprovação, críticas, repreensões, insultos, contradições, disputas etc.

Neste trabalho, o foco foi direcionado às defesas da face positiva de formações ideológicas por estratégias corretivas dos jornais, atos de defesa que se convertem em ataques à face da formação discursiva inimiga pelo dispositivo das réplicas. Aqui, no entanto, esta relação de defesa de faces se torna mais complexa porque não há uma instância de enunciação definida que defende sua “face”. Os jornais a partir do efeito de sujeito que lhes é atribuído incorporam elementos humanos e “defendem” suas faces e dos grupos políticos que são a eles atrelados das FTAs. Nos casos analisados não há uma assinatura que determina a autoria dos textos, e, quando ela aparece é por meio de pseudônimo.

5.4 A polifonia

A noção de polifonia, que é um termo originário da teoria da música, foi primeiramente discutida nas ciências da linguagem por Bakhtin, que, ao estudar as relações entre autor e herói em Dostoievski, as descreveu como *polifônicas*. No campo da linguística, no entanto, esse termo foi somente discutido na década de 80 por Oswald Ducrot. O autor, em **O dizer e o dito** (1987), distingue entre os sujeitos da enunciação dois tipos de personagem, o enunciador e o locutor, sendo que os sentidos dos enunciados se constroem a partir das diferentes vozes que os constituem. Uma reflexão sobre a polifonia é importante nesta pesquisa porque, a partir da análise dos enunciados dos jornais, se constatou que a relação discursiva analisada é constituída pelas vozes do *eu* no *outro* e do *outro* no *eu*.

Para Ducrot (1987) quando se fala em locutores, no plural, não se convém uma voz coletiva que tem dois autores designados coletivamente por um *nós*, como uma única moral falante. O que motiva o autor para descrever o papel do locutor é a existência, em determinados tipos de enunciados de uma pluralidade de vozes nos fenômenos de dupla enunciação. Nesse sentido, o locutor é o responsável pelos enunciados, sendo que, as marcas de primeira pessoa como “eu” se referem a ele. O locutor, no entanto, nem sempre é o autor de um enunciado que produz, como nos casos de discurso relatado direto, em que “o autor real tem pouca relação com o locutor, ou seja, com o ser apresentado no enunciado, como aquele que se deve atribuir responsabilidade da ocorrência do enunciado” (DUCROT, 1987, p. 182). Este gênero de discurso é comumente visto nos talões de cheque, por exemplo. Neles, autor e locutor não se constituem como uma mesma pessoa. O autor é aquele que projetou a folha, já o locutor que a assina como *eu* tem a responsabilidade sobre os enunciados ali contidos. Ducrot (1987), ilustrando essa relação, descreve o seguinte enunciado originário de alguém chamado Pedro. Pedro: “João me disse: eu virei”. Esse enunciado único para Ducrot possui dois locutores diferentes, o primeiro é Pedro e o segundo é João, que tem o excerto “eu virei” atribuído a ele. Esse modelo de dupla enunciação, segundo o Ducrot, também pode produzir um “eco imitativo”, como no seguinte enunciado: (A: “Eu não estou bem” – B: “Eu não estou bem; não pense que vai me comover com isso”). No enunciado “B” o locutor da réplica repete um dito do locutor “A” abrindo espaço em seu enunciado para palavras do *outro*; palavras que saem de sua boca, mas não são efetivamente dele.

O locutor é, portanto, para Ducrot (1987), uma ficção discursiva: ele só existe no discurso e pelo discurso, sendo o sujeito falante um elemento da experiência. Ducrot ainda diferencia dois tipos de locutor, “L” e “λ”; o primeiro, o locutor propriamente dito,

responsável pela enunciação que diz “eu”; já o segundo é o ser no mundo que possui uma identidade. O *ethos*, para o autor, estaria ligado a L como fonte da enunciação, já o que orador poderia dizer de si, o faria a respeito de λ “a distância entre estes dois aspectos do locutor é particularmente sensível quando L ganha a benevolência de seu público pelo modo como humilha λ: virtude da autocritica” (DUCROT, 1987, p. 189).

Para Ducrot (1987), além da noção de locutor, um enunciado também convém um enunciador. Ducrot esboça estas duas figuras do enunciado a partir da metáfora do autor e narrador na escrita ficcional. Para ele, assim como na ficção, o enunciador representa o papel do personagem; já o locutor seria, de certa maneira, seu autor, como sintetiza Maingueneau:

Os enunciadores são seres cujas vozes estão presentes na enunciação sem que lhes possa, entretanto, atribuir palavras precisas; efetivamente eles não falam, mas a enunciação permite expressar seu ponto de vista. Ou seja, o “locutor” pode por em cena, em seu próprio enunciado posições diversas da sua. (MAINGUENEAU, 1997, p. 77)

Ducrot (1987) cita que o fenômeno da ironia reflete estes termos, sendo que nela toda marca de relato desaparece em função de um “fazer como se” este discurso fosse sustentado na própria enunciação. Falar de modo irônico, segundo Ducrot (1987, p. 197), é, “para um locutor L, apresentar a enunciação como expressando a teoria de um enunciador”, posição esta de que L não é responsável e considera absurda.

Outro fenômeno de dupla enunciação citado por Ducrot é o da negação que ele divide em polêmica, metalinguística e descritiva. Segundo ele, o locutor que assume a responsabilidade de um enunciado negativo como “Pedro não é gentil” coloca em cena um enunciador E1 que sustenta que Pedro é gentil e um E2 que é assimilado a L que considera que Pedro não é gentil. Dessa forma, para Ducrot (1987), grande parte dos enunciados negativos mostram atitudes antagônicas de dois enunciadores, E1 e E2, uma positiva e outra negativa.

Os fenômenos polifônicos descritos por Ducrot apontam “que o sentido de um enunciado nasce a partir da confrontação de vozes que ali aparecem” (BARBISAN; FINATTO; FLORES; TEIXEIRA, 2009, p. 188). Logo, no elemento analisado, que foi o das réplicas entre jornais, é a maneira como vozes heterogêneas interagem nos enunciados que proporcionam sentidos a eles. Tendo em vista que aqui se analisou uma relação polêmica que possui como característica o fato de que a identidade de um discurso é construída a partir de sua relação com outro discurso, a polifonia se faz dominante nestes espaços.

5.5 A tipologia das interações

Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 13), em **Análise da conversação: princípios e métodos**, propõe critérios para a identificação e criação de tipologias de interações a partir da descrição de quadros comunicacionais como os esboçados aqui acerca das polêmicas filosóficas e dos debates políticos televisionados. Para a autora, os elementos necessários para a criação de tipologias comunicacionais são os seguintes:

1. Os ingredientes do contexto (quadro espacial, temporal e os participantes);
2. Quadro participativo (papéis interlocutivos, os diferentes tipos de receptores, o tropo comunicacional, os papéis interacionais);
3. O objetivo da interação;
4. Seu grau de formalidade e seu estilo.

Sendo necessária a descrição da relação polêmica analisada a partir de categorias comunicacionais, pela réplica ser uma delas, este ato será realizado a partir dos elementos propostos por acima Orecchioni:

1. Sobre o quadro espacial e temporal analisado, já foi realizada uma descrição dele a partir das relações entre data impressa em cabeçalhos, o tempo e a sociedade em que a **Gazeta** e a **Folha do Norte** se inseriam. Estes eram jornais originários da cidade de Montes Claros, norte de Minas Gerais, região sertaneja cuja pecuária extensiva era a atividade econômica principal, sendo a cidade controlada pelos “coronéis”, que eram, geralmente, pecuaristas. As interações analisadas aconteceram entre abril e outubro de 1930, período em que os dois jornais coexistiram e que a política local estava em destaque no país pelos incidentes de 06 de fevereiro. Devido aos estados mentais de alvoroço dos habitantes da cidade, que passava por um momento político atribulado, os enunciados nos jornais refletiam essa violência.
2. Jornais são veículos de difusão de informação de massa, de maneira que, seus interlocutores são membros de determinada sociedade. No caso dos jornais analisados, os potenciais leitores eram os moradores da parte urbana da cidade, tendo a **Gazeta**, que especificava sua tiragem ao contrário da **Folha**, 3000 exemplares publicados todas as semanas. Podendo os jornais ser lidos por

qualquer membro da sociedade, as interações entre eles, logicamente, somente aconteciam porque os autores de cada jornal, respectivamente, liam também o outro. Pode-se inferir também que os leitores eram, em sua maioria, de cor branca e que possuíam um poder aquisitivo acima da média do município; aqui havia um baixo nível de alfabetização neste período. Sob o ponto de vista dos papéis exercidos por cada um deles, os dois jornais deveriam se opor politicamente, como foi ilustrado no último capítulo, sendo esta uma característica fundamental da propaganda política. A necessidade de promover oposições também pressupõe algum tipo de manipulação, pois o necessário, nesses casos, sobrepõe-se ao informativo. A relação de comunicação entre os jornais se dá como um tropo, pois as réplicas dos enunciados não têm a aparência de se dirigem ao produtor do texto primário, mas ao interlocutor geral, excluindo-se, muitas vezes, o produtor primário da interação que se dá como réplica.

3. O objetivo das réplicas como interações polêmicas nos casos analisados era mais que o de informar: era o de corrigir um enunciado anterior que não era conveniente para seu projeto propagandístico. Levando-se em conta o modelo descrito por Brown e Levinson (1987), era papel dos jornais retificar atos que ameaçavam a “face positiva” do grupo político que um ou outro jornal defendia. Nos jornais, a face exposta era de certa forma “terceirizada”; eles eram os construtores e defensores de conjuntos de imagens valorizantes de grupos e sujeitos políticos. Neste nível, pela ausência de estações de rádio e de televisão e pelos meios de transporte ainda serem precários se comparados com os atuais, era dos jornais a tarefa de representação dos políticos para o público geral.

4. Sobre o estilo das interações, não foi possível definir um protótipo a partir do material analisado, pois, sendo o jornal um hipergênero, os diversos autores que assinavam ou não seus textos, utilizavam-se deles como espaço de produção de propaganda, assim sendo, o estilo dos enunciados variava do humorístico ao epidíctico. O estilo de escrita, no entanto, pode ser definido a partir dos parâmetros contemporâneos como verborrágico e pouco direto. O bem escrever nesta época parece mais relacionado ao conhecimento de palavras eruditas e da gramática do que ao poder de síntese e objetividade. O uso de axiológicos afetivos

que se referem a pessoas e objetos, como demonstrado no último capítulo, também era uma prática comum.

A partir destes dados pode-se definir que a tipologia comunicacional analisada é a de uma relação polêmica entre dois grupos políticos inimigos que enunciaram, cada uma por meio de um jornal na Montes Claros de 1930. Este tipo de relação pressupõe um leitor que não é um juiz, mas que tem os enunciados dirigidos a eles, cabendo a cada um decidir em qual versão do mundo acreditar por elas serem exclusivas.

5.6 Análise de dados

Foram consideradas réplicas todos os enunciados que contrapuseram um texto anterior como intervenção reativa. Nesta análise não foi definido um número específico de réplicas e contrarréplicas que ocorreram após um texto primário, podendo elas se desenvolver ao longo de meses como nas polêmicas ou a partir de apenas uma interação que não produziu mais resultados. Por fins de economia, também não foram descritas, aqui, todas as réplicas que ocorreram na relação interativa dos jornais, sendo esta uma análise de cunho qualitativo que não exaure todas as relações possíveis. Também não foram reescritos, aqui, os textos em sua completude, mas somente selecionadas algumas partes que são centrais para a construção das réplicas. A relação de réplicas e contrarréplicas foi determinada pela divisão de quadros que contêm em seu topo o jornal em que apareceram, seu título, data, página e autor.

1) Reestabelecimento do tráfego na cidade após o dia 06/02/1930

Folha do Norte 11/04/1930 – Paralysação do tráfego: porque isto se deu – matéria sem assinatura, p. 1.
Causa revolta o procedimento indigníssimo desta tal Concentração Expoliadora. De arma mais baixa que se pode imaginar, tem ella se valido, para suprir o seu desprestígio patente no seio do povo mineiro. Mais uma manobra pôz ella em prática para hostilizar Montes Claros, parando-le o tráfego ferroviário, sob o pretexto de que o ambiente aqui estava carregado. Diz se que Paleta, o já celebríssimo engenheiro residente, telegraphará ao chefe de tráfego dizendo que não convinha vir mais o trem até aqui, porque estavam cerca de mil homens em armas para tomá-lo e talvez utilizar-se para avançar em diretura para Belo Horizonte! [...] O tráfego paralisou-se trazendo incalculáveis prejuízos para toda a zona, sofrendo o commercio, a lavoura, a indústria, cessou-se a exportação que se fazia diariamente, de gado, suínos, gêneros, etc. Tudo foi detido, por uma invencionice no Palleta [...].

Gazeta do Norte 12/04/1930 – Interrupção do tráfego – matéria sem assinatura p. 4.
Devido a reparo iniciado num aterro de entrada no kilometro 1051, entre as estações de Bocayuva e Camillo Prates, acha-se suspenso, talvez até o dia 15 do corrente mez o tráfego dos trens da E.F.C. do Brasil, até esta cidade, chegando os comboios apenas até a cidade de Bocayuva. É provável que a corrida dos trens recomece pouco antes d'aquella data, estando, para isso, empregando todos os esforços o competente engenheiro residente dr.Palleta de Cerqueira, de toda confiança da directoria da importante ferrovia federal. As informações tendenciosas que vem se vehiculando em contrário, não passam de nova modalidade do copioso pranto “liberal” dos últimos dias.
Folha 20/04/1930 O reestabelecimento do tráfego, comentário sem assinatura p. 2
A “Gazeta”, local que pelas suas ligações com elementos que actualmente agride Minas e, particularmente, a nossa cara cidade, devia estar melhor informada sobre a infame e inconfessável interrupção do tráfego ferroviário até a estação daqui anunciou em seu número de sábado passado que os trens corriam até o dia 15, ou antes mesmo, porque já se havia iniciado reparo no pontilhão situado no kilometro 1051, entre as estações de Bocayuva e Camillo Prates. Entretanto, falhou a previsão do colega, ou mentiram desbragadamente, porque o trem não andou até aí até agora e parece-nos não andará tão cedo [...] também a causa da suspensão não é avaria da linha, pois até então não havia tal cousa. Depois de suspenso é que, para mascarar a infâmia, consta-nos terem sido arrancados alguns trilhos e damnificados trechos da linha.

Os excertos acima se constituem como réplicas por referirem uns aos outros de maneira reativa e polêmica sobre um mesmo assunto, que foi a paralização do trânsito na linha férrea após os incidentes de 06/02/1930. As referências mútuas ocorreram, primeiramente, na réplica da **Gazeta do Norte**, no trecho “as informações tendenciosas que vem se vehiculando em contrário, não passam de nova modalidade do copioso pranto “liberal” dos últimos dias”. Este enunciado aconteceu no dia seguinte em relação ao enunciado primário que afirmara que o trânsito havia sido interrompido pela vontade do engenheiro da formação discursiva Conservadora Palleta. A contrarréplica da **Folha do Norte** pode ser determinada pelo primeiro período do texto do dia 20/04, que se refere à réplica de 12/04 por termos como “deveria estar melhor informada sobre a infame e inconfessável interrupção do tráfego”. As interações aconteceram em um período de uma semana, sendo que a terceira delas, na **Folha do Norte**, encerra o tema. Como a **Folha** publicava seus números no sábado e a **Gazeta do Norte** no domingo, esta diferença permitia que ocorressem interações no espaço de um dia, como ocorrido acima.

As trocas de ofensas entre os dois jornais mostram o caráter polêmico e polifônico das interações. Elas têm um caráter polifônico porque em cada interação há um enunciador pressuposto E2 que tem sua representação explícita ou não que é sempre adequada aos fins do enunciador-locutor E1. Na réplica da **Gazeta no Norte**, por exemplo, quando se diz “o competente engenheiro residente dr. Palleta de Cerqueira, de toda confiança da directoria da importante ferrovia federal” afirma-se a competência e a confiança da diretoria em Palleta em consequência dos enunciados anteriores que o criticavam. Quando a **Gazeta** elogiou o engenheiro, ela o fez, portanto, em decorrência do FTA anterior em que uma crítica a Palleta era também uma crítica à formação discursiva Conservadora. O leitor da **Folha do Norte** poderia ter acreditado neste enunciado anterior e, por isso mesmo, a **Gazeta** elogiou o engenheiro e, consequentemente, sua formação discursiva. Na contrarréplica da **Folha** também pode ser vista a polifonia, pois por meio da citação indireta: “anunciou em seu número de sábado passado que os trens corriam até o dia 15, ou antes mesmo, porque já se havia iniciado reparo no pontilhão situado no kilometro 1051, entre as estações de Bocayuva e Camillo Prates”, pode ser percebida a articulação de dois locutores no texto, o do locutor-autor e o locutor que realizou um enunciado anterior que é a **Gazeta** em “anunciou em seu número de sábado passado [...].” Dessa forma, nesse tipo de relação polêmica, o *outro* está constantemente presente no *eu*.

Nenhum dos textos analisados é assinado por seus autores, sendo eles, portanto, atribuídos aos jornais mesmos a partir do efeito de sujeito dos jornais que apaga a instância produtora. Em relação a seu estilo, eles misturam o informativo com o pessoal, o que pode ser percebido pelo uso de elementos axiológicos como “invencionice”, “competente” e “infâmia”. A **Gazeta** realiza uma réplica ao enunciado primário da **Folha do Norte**, porque, no universo discursivo daquilo que poderia ser dito neste jornal, este enunciado havia se mostrado desinteressante para os interesses políticos da formação discursiva Conservadora. Uma característica importante a se salientar nesse processo é o fato de que ao “corrigir” o enunciado anterior, a **Gazeta** não cita diretamente a **Folha do Norte**, utilizando-se do elemento “as informações tendenciosas que vem se veiculando”. Tais informações são claramente do outro jornal. Já a **Folha** cita o jornal **Gazeta do Norte** pelo sintagma “a “Gazeta” local”, sendo seu nome colocado entre aspas, provavelmente, como forma de ironia, buscando o efeito de demonstrar ao leitor que este jornal era menos que uma gazeta.

Partindo para a história social que é deduzida a partir desses enunciados, no início do século XX parecia haver uma relação diferente entre a exposição de um fato em um jornal e as provas necessárias para sua comprovação em relação aos dias de hoje. Se

contemporaneamente as provas expostas pela imprensa nascem a partir da exposição de elementos como conversas telefônicas, interceptação de correspondência, fotos comprometedoras e confissões, nesse período, boatos eram suficientes para a publicação de uma acusação qualquer em um jornal. Na edição de 6 de fevereiro de 1930, a **Gazeta do Norte**, por exemplo, publicou uma carta que fora enviada à seção de cartas do jornal **Crítica do Rio de Janeiro**, afirmando os fatos serem “verídicos e graves”. Nesta carta, “um leitor mineiro” da **Crítica** acusava Getúlio e seus irmãos de terem assassinado um rapaz “muito prezado” na cidade de Ouro Preto quando ainda eram estudantes em 1905; esta carta, que especifica como tudo aconteceu, foi publicada em sua íntegra no jornal carioca e republicada na **Gazeta**. Pela gravidade das acusações, deduz-se também que os processos jurídicos que se relacionam aos crimes de abuso da liberdade de comunicação, apesar de previstos no código penal de 1890, não eram comumente punidos.

Retornando à polêmica sobre o reestabelecimento do tráfego na cidade, para se conseguir provas que poderiam comprovar as teses de um dos lados, seria necessário que um jornalista se deslocasse de Montes Claros a cavalo ou de charrete (pois a linha de trens estava fechada) com uma máquina de fotografar por cerca de 50 quilômetros até a cidade de Bocaiúva para comprovar se realmente os trilhos foram arrancados ou se havia algum problema no pontilhão. Como agravante, aparentemente, tais jornais não possuíam câmeras fotográficas, pois as figuras representadas por fotografias eram quase em sua totalidade políticos de alcance estadual ou federal, sendo os locais representados, em sua maioria, por desenhos e caricaturas. Nesse caso, a falta de evidências sobre o que realmente acontecia é utilizada estrategicamente pelos dois meios: por um lado, para a tentativa de destruição da “face positiva” de Palleta e, consequentemente, da formação discursiva Conservadora da **Gazeta do Norte**; por outro, para sua reconstrução por elogios ao engenheiro e pelo desdém por um suposto “choro liberal”.

2) Porque não param as autoridades! *vs* Porque não param as auctoridades...

Gazeta do Norte – 19/04/1930 – Porque não param as autoridades! Matéria de capa, p. 1
--

Vinte e quatro juízes, promotores e delegados e oito telegrafistas que o sr. João Alves e os seus obrigaram a deixar os cargos em dois quadriênios em Montes Claros.

[...] Nesse retrospecto vemos vinte e quatro juízes, promotores e delegados que em dois quadriênios, 1918 – 1922 e 1926 – 1930, excluindo o período de seu ostracismo – 1922 – 1926, essa dynastia sem, sangue azul, demitiu, removeu ou obrigou a pedir

demissão, em vista de se não submeterem aos seus caprichos. Juntem-se a esses vinte e quatro funcionários estadoaes mais alguns federaes – oito encarregados da estação telegráfica local. Muita eloquência já teria, apenas, a citação desse número enorme, para período de chefia tão curtos. Mas, não. Vamos concretizar o relato. Vamos dizer quaes os daqueles funcionários e quaes os pombos de discórdia que os incompatibilizou com a família real montesclarensense.

- Tenente de Pio Miranda – Removido por ter um seu filho de nome Américo, ameaçado a sopapos, a um de d. Tiburina, enteado do sr. João Alves. Este delegado foi intimado à dar satisfações à casa dos chefes e como não fosse, depois de outras exigências, teve imediata remoção. Américo Miranda trabalha hoje, no Grande Hotel, em Belo Horizonte.
- Tenente Octavio Diniz – Delegado especial. Como o snr. João Alves e Alfredo Coutinho nunca tivessem deixado de se “odiar cordialmente”, este delegado, apesar de lhes ter feito muitas vontades foi retirado d’aqui porque cada qual dos dois chefes queria mais absurdos, não podendo, por isso, satisfazer aos dois.
- Tenente José Alkmim – Delegado especial. Tendo um dos protegidos snr. João Alves, atirado em uma hertaira, foi perseguido pela polícia, em pleno dia e refugiou-se em casa do chefe político que se recusou a entregal-o. Desmoralizada a sua acção o delegado pediu remoção.
- Tenente Paula Rego – Foi removido por ter comparecido a uma festa de aniversário da “Gazeta do Norte”, depois de ter sido até elogiado oficialmente pelo orgam do partido do snr. João Alves e uma conferência política feita por um dos membros da mesma agremiação política.

Folha do Norte – Porque não param as auctoridades..., Matéria de capa
27/04/1930

A Gazeta publicou em sua edição de sábado uma relação dos juízes, promotores, delegados e não sabemos que mais, obrigados a deixar os seus cargos por imposição do dr. João Alves, prestigiosa figura do nosso meio [...] No caso dos 24 juizes, promotores, delegados etcetera, há muito dente de coelho, o maior entre todos eles a própria Gazeta, mentirosa por excellencia, campeã do assumpto, invencioneira, cumulou sua escala mentirologica, assafadou-se mais a um ponto, com a sua ultima exploração em torno daquelle nome superior [...] Vamos desmentira a Gazeta, por esta vez. A questão foi individualizada e não faz mal que viremos de catrâmbias... É só pegála por uma perna e viral-a lá. Desconjunta-se. Lá vae pois:

- Tenente Pio de Miranda – retirou-se em virtude de seu precario estado de saúde. Até o último momento em que aqui permaneceu, foi o dr. João Alves seu médico assistente e amigo.
- Tenente Octavio Diniz - Só se retirou com a extinção do grupo de escoteiros que creou nesta cidade, em plena harmonia e amizade com o chefe.
- Tenente José Alkmim – Removido por ter empenho da cidade de Teóphilo Ottoni, que o queria para delegado especial. Um oficial digno, que não se deixa levar por gazetas terra a terra.
- Tenente Paula Rego – Tendo o dr. João Caetano da Costa pedido sua remoção, em virtude da ruidosa questão com o Cel. Spyer, o Te. Paula Rego, que também fora envolvido nella, solicitou ao dr. João Alves

para que se empenhasse para sua remoção, pois não desejava continuar aqui. O tenente nunca se deixou levar pelas lábias gazeteiras e se lá ia, era para policiar.

Folha do Norte – Porque não param as auctoridades... 11/05/1930, nota p. 4.

- “Dr. João Caetano da Costa – Juiz Municipal. Esta autoridade foi trazida para aqui por parentes do snr. João Alves, que exerciam sobre ella uma terrível boicottage, chagando ao ponto de fiscalizar as próprias visitas que recebiam o bacharel e sua senhora. Por motivo de estabelecerem relações de cordialidade com adversários políticos, moveram-lhe tal campanha de oposição e desacredito, sendo o telhado da casa do juiz municipal apedrejado certa noite, o que fez com que o magistrado íntegro de demitisse [...].” (Da **Gazeta do Norte** de 19/04/1930)
- “Dr. Caetano da Costa – por força da lei recentemente votada, que extinguiu os cargos de juízes municipais, nas sedes das comarcas, foi dr. João Caetano da Costa obrigado a pedir sua remoção para o termo de Cabo Verde [...]” (Da **Gazeta do Norte** de 09/10/1920)

“Sem mais comentários”.

Os textos de 27/04/1930 e de 11/05/1930 podem ser denominados réplicas do texto primário de 19/04/1940, inicialmente, pelo título que se repete, sendo que o caráter polêmico das interações se inicia pela grafia de “autoridades” e pelas reticências, que na réplica contrasta com o enunciado primário que usa o ponto de exclamação trivializando-o. Sobre a questão da ortografia, na **Gazeta** é utilizada a forma contemporânea enquanto na **Folha** esta palavra é sempre grafada na forma “auctoridades”, de maneira que na réplica da **Folha**, pela grafia do título, provavelmente, inicia-se o processo polêmico de adequação da face positiva de sua formação discursiva, como dona de um saber “superior”. Em relação ao conteúdo, a **Gazeta** enumera todos os 24 casos em que João Alves, chefe daquela que era chamada ironicamente pelo jornal de “família real” local e da formação discursiva Liberal, que supostamente tivera influência na remoção de funcionários públicos de alto escalão; tipicamente um FTA para Alves e seu grupo. Assim como o fez a **Gazeta** no enunciado primário, em sua réplica, a **Folha** descreveu de cada um deles individualmente, sendo que, na edição de 11/05, ela coloca os enunciados referentes ao Dr. João Caetano da Costa da **Gazeta** de 19/04/1930 em contradição com enunciados do mesmo jornal em 09/10/1920. Aqui não foram reescritos todos os casos em questão, sendo que as estratégias de incompatibilização polêmica da **Folha** se especificam em cada um deles. É da **Folha** o último enunciado a respeito deste tema.

A polifonia também é um fenômeno recorrente nestas interações. Na réplica da **Folha do Norte**, o elogio a João Alves “prestigiosa figura do nosso meio” demonstra que aquele que o elogiou, L1, o faz em decorrência de enunciados daqueles que poderiam não acreditar que o médico-político não era uma figura virtuosa pela **Gazeta**. O mesmo fenômeno polifônico ocorre em todos os outros itens enumerados na réplica da **Folha do Norte**:

- Tenente Pio de Miranda: a afirmação de que ele era amigo de Alves se realiza como negação da inimizade entre ele e a família Alves afirmada pela **Gazeta**.
- Tenente Octavio Diniz: ao relatar que ele saiu “em plena harmonia e amizade com o chefe”, neste enunciado está contida a negação de que este não pôde satisfazer as vontades do “chefe”.
- Tenente José Alkmim: o enunciado “Um oficial digno, que não se deixa levar por gazetas terra a terra”, serve para que o locutor que é aqui é também E1, por meio de seu elogio, repare a realidade de um E2 que poderia acreditar que este teria se envolvido com uma prostituta e fugido da polícia.
- Tenente Paula Rego: o excerto “o tenente nunca se deixou levar pelas lábias gazeteiras e se lá ia, era para policiar” se mostra polifônico porque em seu interior está contido o pressuposto da **Gazeta** de que ele era “amigo do jornal” por ter ido à sua festa de aniversário.

O texto de 11/05/1930, que é a continuação da réplica da **Folha do Norte** da semana anterior, possui caráter polifônico por nele haverem dois locutores que dividem os mesmos enunciados. Os enunciados ali são originários do locutor 1, que é a **Folha do Norte**, que realiza uma citação direta de dois textos da **Gazeta do Norte**, ou seja, ela enuncia as palavras do *outro*, locutor 2, em sua íntegra. Esta citação tem como objetivo colocar em contradição o jornal que realizou dois enunciados incompatíveis entre si, sendo que sua finalização “sem mais comentários” revela que estes enunciados do *outro* são autoexplicativos. A contradição é tipicamente um FTA que um enunciador deve evitar.

Pelos enunciados discutidos acima, assim como foi evidenciado no último capítulo, o “alvo” João Alves era representado de forma incompatível a partir do meio em que tal representação aparecia; na **Folha**, ele era sempre elogiado, enquanto que, na **Gazeta**, sempre criticado, o que permite dizer que se tratam de duas formações discursivas em relação polêmica, uma com o objetivo de denegrir a “face” de Alves e a outra de recuperá-la. Estes enunciados, assim como no caso do pontilhão, não são assinados, sendo, portanto, atribuídos

ao jornal em que aparecem pelo seu efeito de sujeito. Sobre seu estilo, esses textos são escritos na voz passiva, o que lhes atribui um “efeito de verdade” como resultado de fatos que são anteriores aos atos de fala. As diferenças de enunciados entre os jornais, no entanto, não passam no crivo da lógica; eles são incompatíveis. Ao se analisar esta relação, também foi demonstrado materialmente um aspecto de tal sociedade: a influência dos coronéis e de seus interesses privados serem sobrepostos aos públicos. Nos movimentos de incompatibilização de enunciados da **Folha**, ela coloca os coronéis Alfredo Coutinho e Spyer como responsáveis por duas das remoções, já a **Gazeta** relaciona todos os vinte e quatro casos de remoção ao também coronel João Alves.

3. Abaixo assinado/protestos de consciências

Folha do Norte – O protesto de consciências – 20/04/1930, p. 4, sem assinatura.

Está ultimando a recepção de assinaturas, para ser afinal publicado, o protesto que as classes sociais de Montes Claros em sua quase totalidade, estão promovendo contra a campanha de difamação que a imprensa mercenária moveu ao dr. João Alves e à sua esposa, sra. D. Tiburtina Alves. Esse documento de lata expressão política e social já foi firmado por quase todas pessoas de responsabilidade e de representação do nosso meio, sendo poucas as escusas, essas mesmas por factos anteriores aos lamentáveis acontecimentos de fevereiro último. O dr. João Alves e sua esposa sentem-se confortados com o movimento espontâneo de solidariedade partido do nobre povo montesclarenses, o qual nos momentos mais difíceis, sabe fazer a justiça merecida à família por todos os títulos credora da sua gratidão, formada por aquele ilustre casal. O manifesto de protesto é uma peça veemente de indignação contra as diatribes lançadas aos nomes impollutos que sempre honraram e illustraram nossa cidade.

Gazeta do Norte – E o abaixo assignado? 03/05/1930, p. 1, sem assinatura.

Os desprezíveis homicidas da noite de 6 de fevereiro devem estar mais do que convencidos da repulsa que a sociedade de Montes Claros lhes vota. Assim é que, por falta de assignaturas de pessoas honradas e de responsabilidade até hoje não foi publicado o abaixo assignado de solidariedade aos assassinos. O indecente papeluco que anda em mãos de dois ou três desclassificados tem sido repelido por todas as pessoas dignas de caráter. Assim as assignaturas de maior destaque no abaixo assignado até agora, são as de João da Matta e Benedicto dos Oculos...

Folha do Norte – O abaixo assignado? 11/05/1930, p. 4, assinado por Macaco Velho.

Ora bolas. Não será publicado enquanto essa gente sem idoneidade reclamar. Não se reconhece premissas nem moraes nem sociaes em quem reclama. É um documento sério, firmado por gente respeitável por todos os títulos e que não deve ser exposto a explorações do calão. Desde o mais humilde cidadão que firmou até o mais graduado, não pode ser confrontado com os que o atacam por ser deshonroso para os signatários. Apostamos em como esse cidadão denominado Benedicto dos Ócculos, se aqui existisse, seria moralmente superior a quem se referiu a ele. Apostamos com certeza de ganhar.

A exploração de cadáveres – 25/05/1930, p. 1, assinado por X.

O manifesto – ou abaixo assinado, como quiserem – não é um papeluco desacreditado e imundo, como muitos que vemos ahi com pomposos títulos – é um aglomerado de assignaturas respeitáveis, não desejando a mais humilde delas, por desairoso, um confronto com os agressores. Si a gazeta possuisse alguma respeitabilidade, iríamos destacar algumas assignaturas, submetê-las a sua apreciação; mas, não é, e não convindo expô-las no lamaçal. Eis porque se não lhe dá satisfações.

Gazeta do Norte – Em que deu o abaixo assignado? 31/05/1930, p. 1, assinado por Bergerac & cya.

Trombeteado aos quatro ventos, anunciado em praça pública pelo João da Matta, quando se pensou que o abaixo assignado de solidariedade aos assassinos ia ser dado a publicidade, vem uma ridícula notinha, dando o mesmo como terminado. Ora bolas!... Ninguém esparava que a bobagem fosse acabar tão depressa, com Ferreiras e Ulysses Tenente. O desfecho foi gosado pela população.

Folha do Norte – Protesto de consciências, 15/06/1930, p. 2-3-4.

Nós que abaixo assignamos, representando todas as classes sociaes de Montes Claros, vimos protestar, veementemente conta a campanha de difamação e injúrias assacadas contra a personalidade por demia quirida do ilustrado clínico e político montesclarensse, senhor doutor João Alves, por motivo dos lastimáveis acontecimentos de 6 de fevereiro próximo passado, de que foi theatro esta cidade. Propositalmente deixamos para formular agora, quando julgamos passada a borrasca que a paixão partidária desencadeou, provocando os injustíssimos conceitos sobre uma individualidade que merece o nosso respeito e admiração por todos os títulos. Envolvido por uma fatalidade no conflito que enlutou a nossa cidade, está, evidentemente, provado que o digno médico jamais concorrera para sua realização, tendo sido ao contrário, uma vítima das paixões delirantes que o provocaram. Trinta annos aproximadamente de acção em nosso meio como médico do povo, como administrador do município em três quadriénios, como cidadão prestante e chefe político de larguíssima projecção, não são títulos bastantes para o respeito e a querência pública?

A cegueira de uns, o irraciocínio, o delírio partidário de outros e a má fé de todos os que combatem actualmente, levam de matador de creanças, de senhoras e de amigos dedicados (...) Deixamos, pois, aqui o protesto das nossas consciências, a nossa formal e veemente condenação aos detractores dessas figuras que merecem o respeito público.

Gazeta do Norte – O parto difícil do abaiô assignado – quantidade que, em qualidade foi um fracasso, 21/06/1930, p.1, sem assinatura.

Tanto martelamos que o abaixo assignado glorificando o assassino de seis de fevereiro veio a lume. Parto mais laborioso de que já tratou o snr. João Alves na sua vida de clínico, do abaixo-assignado, sahio um rato insignificante em qualidade. Fez pena ver o enorme prestiogioso snr, João ao apoio simples dos João da Mata, Julião Pacheco [...] Além desses várias de adventícios e pessoas de outros municípios.

Muitas das pessoas melhores, cujos nomes ali se veem, não assinaram o triste papeluco e negaram sua assinatura, como o snr, Joaquim Banto, Arthur Fernandes [...] e outros cujos protestos por verem incluídos seus nomes, alí, sem o seu consentimento, começamos hoje a publicar [...] o fracasso do abaixo assignado é a maior prova da culpabilidade do snr. João Alves no crime de seis de fevereiro [...]

Apesar dos dois casos analisados anteriormente serem exemplos da relação polêmica entre os jornais **Gazeta do Norte** e **Folha do Norte**, nenhum deles pode ser chamado de

polêmica efetivamente, pois ela pressupõe alguma longevidade nas interações. Pela longevidade e quantidade de interações de teor polêmico, os excertos acima fazem parte de uma polêmica que gira em torno da validade de um abaixo assinado que teria como objetivo isentar o político-médico João Alves da culpabilidade dos incidentes de 06/02/1930. Aqui foram retirados enunciados que se constituíram como réplicas e contrarréplicas do enunciado primário de 20/04/1930, sendo que o último caso analisado datou de 21/06/1930. Esta polêmica, no entanto, continuou por ainda mais tempo, tendo acontecido o último enunciado relacionado a ela em 27/07/1930; no entanto, pelo caráter qualitativo da pesquisa, estas últimas interações não foram analisadas.

O enunciado primário de onde se iniciou o movimento de réplicas e contrarréplicas, nesse caso, teve como título “protesto de consciências”, sendo que o caráter polêmico da relação entre os jornais pode ser percebido pela relação de títulos entre eles. O mesmo evento que era chamado de “protesto de consciências” pela **Folha do Norte** tinha o nome de “abaixo assinado” na **Gazeta** (termo que, para este jornal, possuía um valor menor que “protesto”). Quando a **Folha do Norte** chamou a coleta de assinaturas de “abaixo assinado” foi somente para citar a **Gazeta do Norte**, tendo esta ocorrência se passado no dia 11/05/1930, fato este que mais uma vez mostra o papel fundamental da polifonia nas relações polêmicas.

O enunciado primário revela uma relação interdiscursiva com todos os outros textos anteriores, FTAs da **Gazeta do Norte** que criticavam João Alves chamando-o de “assassino”, “mandante do crime”, etc. Este texto por aparecer na **Folha do Norte** que é o espaço de expressão da formação discursiva Liberal, possui como objetivo principal recuperar a “face positiva” de Alves na sociedade a partir de uma demonstração de apoio popular maciço, que seria o abaixo assinado. Um fato que comprova a relação interdiscursiva deste texto com outros anteriores que eram FTAs para a formação discursiva Liberal é o elogio ao líder Alves ao fim deste texto: “diatribes lançadas aos nomes impollos que sempre honraram e illustraram nossa cidade”. Os elogios a Alves mais uma vez, revelam que o locutor-E1 sabe que o leitor pode ter sido influenciado pelos enunciados anteriores veiculados pela **Gazeta do Norte**, sendo o papel da **Folha** corrigir este FTA a partir deste enunciado polifônico. Se na **Folha** se afirma que Alves e sua esposa Tiburtina são nomes impollos, é porque o leitor poderia pensar que eles não o eram. Toda a sociedade local sabia, pelo menos, que os tiros haviam saído da casa do líder Alves.

A réplica da **Gazeta do Norte** ao enunciado primário da **Folha** aconteceu após duas semanas, sob o título “e o abaixo assinado?”, que claramente pressupõe um enunciado anterior sobre tal tema constituindo-se como uma réplica polifônica. Esta réplica foi incisiva

como FTA em relação a Alves e a formação discursiva de onde enunciava o jornal, pois nela toda a memória discursiva relacionada ao dia 06/02/1930 é reavivada, sendo os nomes de Alves e sua esposa reescriturados por expansão pelo sintagma “os desprezíveis homicidas da noite de 6 de fevereiro”. Nesse texto foi ainda afirmado que pessoas honradas não assinariam nem assinaram “o indecente papeluco”, sendo que aqueles que assinaram-no foram pessoas do peso de João da Mata, que era aquele que colhia as assinaturas e Benedicto dos Óculos, personagem inventada, o que revela ironia. A campanha de desmoralização de Alves na **Gazeta do Norte** continuava, apesar da tentativa de reparação de sua face pela **Folha do Norte**.

Uma semana após a réplica da **Gazeta do Norte**, em, 11/05/1930, há mais uma tentativa de reparação da “face positiva” de Alves e sua formação discursiva, que inclui o locutor **Folha do Norte**. O gênero mobilizado nesta réplica é uma coluna assinada por “Macaco Velho”, sendo a ironia a estratégia principal de incompatibilização desse enunciado em relação ao anterior. Macaco Velho afirma que enquanto não pararem de reclamar, o abaixo assinado não será publicado. A polifonia neste texto pode ser encontrada a partir de elementos que dialogam com o precedente como “documento sério, firmado por gente respeitável”. Estes elogios buscam a reparação da face do jornal, pois foi o jornal (por seu efeito de sujeito) quem afirmou validade no papel em seu número anterior. Além disso, a ironia relacionada à invenção da **Gazeta** do sujeito Benedito de Óculos foi rebatida também ironicamente a partir da afirmação de que “Benedito dos Óculos, se aqui existisse, seria moralmente superior a quem se referio a ele. Apostamos com certeza de ganhar”.

No dia 25/05/1930, a **Folha do Norte** retorna ao tema do abaixo assinado pelo texto a exploração de cadáveres assinado por X. O primeiro período deste texto é essencialmente polifônico em relação ao anterior da **Gazeta do Norte**: “O manifesto – ou abaixo assinado, como quiserem – não é um papeluco desacreditado e imundo, como muitos que vemos aí com pomposos títulos”. Quando ele se refere a “manifesto – ou abaixo assinado como quiserem” – é mostrada a relação deste texto com aqueles da **Gazeta** que sempre chamaram o documento de “abaixo assinado” sendo que no elemento “como quiserem”, quem “quer” é a **Gazeta**. A polifonia continua com a negação polêmica “não é um papeluco desacreditado e imundo” que também se refere ao texto anterior que chamou o documento por estes nomes. A **Folha** tenta neste texto encerrar a discussão não publicando o abaixo assinado pelo enunciado “si a gazeta possuísse alguma respeitabilidade, iríamos destacar algumas assignaturas, submetê-las a sua apreciação; mas, não é, e não convindo expô-las no lamaçal. Eis porque se não lhe dá satisfações”. A **Folha** busca aí, mais uma vez, restaurar a “face positiva” da

formaçāo discursiva liberal desmerecendo a **Gazeta** pela afirmação de que a simples exposição dos nomes daqueles que assinaram o abaixo assinado para sua interlocutora-inimiga exporia seus portadores ao lamaçāl que é este jornal.

A contrarréplica da **Gazeta do Norte** do texto de 25/05/1930 aconteceu no dia 31/05/1930 com mais um FTA que critica a nota por seu tamanho, assim como, por sua importância. Nela, o jornal afirma que acreditava que a “bobagem” do abaixo-assinado continuaria a produzir enunciados por mais tempo, e, por ser ridículo, tal desfecho divertiu a população.

No dia 15/06/1930, a **Folha do Norte** finalmente publicou o abaixo-assinado em uma edição em que praticamente todo o corpo do jornal era dedicado a ele, sendo que das quatro páginas do jornal, três somente continham assinaturas. Neste texto o foco retorna ao médico João Alves e o dia 06/02/1930:

Envolvido por uma fatalidade no conflito que enlutou a nossa cidade, está, evidentemente, provado que o digno médico jamais concorrera para sua realização, tendo sido ao contrário, uma vítima das paixões delirantes que o provocaram. Trinta annos aproximadamente de acção em nosso meio como médico do povo, como administrador do município em três quadriénios, como cidadão prestante e chefe político de larguissima projecção, não são títulos bastantes para o respeito e a querência pública?

Este texto tenta recuperar a “face positiva” de Alves pela publicação das assinaturas, assim como pela negação explícita de qualquer tipo de envolvimento dele com os assassinatos nos quais os tiros partiram de sua casa. A **Folha**, para tanto, evoca o passado do médico-político como interdiscurso pela realização da pergunta retórica que se traduz na afirmação de que “se o político possui um passado glorioso, este fato já é suficiente para a querência pública”.

A polêmica do abaixo-assinado continuou por mais de um mês, sendo que ela não era a única, posto que existissem outras polêmicas acontecendo paralelamente, como uma que estava relacionada a um suposto enunciado do Bispo da cidade dizendo que os homens deveriam aprender a controlar melhor as suas mulheres na missa posterior aos incidentes de 06/02/1930. Esta seria uma alusão clara a João Alves e à sua esposa Tiburtina, que muitos afirmavam ter ordenado o início dos tiros a partir de sua casa; estes textos tiveram início a partir do enunciado primário da **Gazeta**, em 24/05/1930, tendo encerrado em 28/06/1930, também pela **Gazeta**.

5.7 Conclusões

A interincompreensão dos enunciadores, metonimicamente chamados de **Gazeta** e **Folha do Norte**, revela uma divisão no campo discursivo em que eles estão preocupados com a defesa e o ataque de “faces”. Esta característica revela que travestidos de meios de comunicação, estes jornais eram na verdade produtores de propaganda, eles queriam a adesão do leitor ao seu grupo de qualquer forma, e não a discussão sobre estes pontos de encontro. Era mais conveniente a criação de uma realidade do que sua discussão. O discurso nestes espaços se atrela às relações de poder sendo os jornais espaços de difusão de estratégias para sua obtenção. Os dois jornais analisados eram inimigos íntimos: um estava sempre dentro do outro, como foi mostrado aqui a partir dos fenômenos de polifonia, em uma relação incessante de demonstração de poder e resistência que dá vida ao político. Os jornais, portanto, revelavam sua face pela necessidade de separar os amigos e os inimigos de suas formações discursivas e atacar e defendê-los a qualquer custo. Eles mostravam com uma aparência de informação, a política do “pão e pau” (“pão para os amigos e pau para os inimigos”) que dividia os municípios até 1930; eles eram o *pão* e o *pau*.

Sobre o tom das interações encontradas, pode-se dizer que, de forma geral, ele é agressivo e se realiza em atos de crítica que contém palavras e expressões em que o enunciador tem o objetivo de desqualificar ou “fazer cair a cara” do adversário. O tom hostil das interações polêmicas pode ser materialmente encontrado a partir de alguns elementos da ordem do discurso, como:

- a) Escolhas lexicais: “mentirosa”; “assafadou-se”; “irraciocínio”; “delírio”; “papelucho”;
- b) Ironia: “Tanto martelamos que o abaixo assignado glorificando o assassino de seis de fevereiro veio a lume”;
- c) Crítica: “A cegueira de uns, o irraciocínio, o delírio partidário de outros”.

CONCLUSÃO

Como exposto na introdução, nessa tese teve-se como objetivo analisar, por meio da sua propaganda política a relação polêmica dos jornais *Gazeta* e *Folha do Norte* de 1930 de Montes Claros. Em outras palavras, tentou-se “desmembrar” algo complexo que é a relação entre os jornais em busca de se encontrar seus elementos fundamentais. Nessa “dissecção” foi possível chegar às seguintes conclusões:

1. Nos jornais analisados o nome do jornal estampado no cabeçalho é que determina a referência dos diferentes textos nele encontrados e não necessariamente os autores dos textos: como os textos analisados são propagandísticos, apesar de seu “disfarce” informativo a assinatura desses textos é um elemento utilizado discursivamente pelos jornais em seus objetivos pragmáticos (polêmicos) de defender suas “faces” e atacar as dos inimigos tendo em vista seus (e)leitores. A assinatura é assim considerada de maneira mais estratégica do que como um elemento que completa a referência dos textos. Nos textos assinados por meio de pseudônimo encontrou-se o efeito de que o autor é portador de uma identidade clandestina que pode “acusar de” e revelar coisas que nenhuma pessoa em juízo faria. Nos textos não assinados (assim como pode acontecer com os assinados por meio de pseudônimos) a responsabilidade sob os conteúdos dos textos é atribuída ao jornal mesmo, fato este que certa maneira retira a responsabilidade daquele que o produz em relação ao seu próprio texto. Nesse caso é o jornal que “assume” a responsabilidade dos textos não assinados havendo aí uma transferência da responsabilidade dos atos de linguagem da pessoa à coisa, acontecendo, portanto uma coisificação da pessoa ou uma personificação da coisa jornal. Foi a partir da relação encontrada entre referência, nome de jornal e responsabilidade dos atos de linguagem nos jornais que se considerou que jornais podem dar a impressão ao leitor de serem sujeitos de seus enunciados. Na relação polêmica dos jornais há portanto um jogo no qual a autoria faz parte, sem que, no entanto seja determinante para o conteúdo daquilo que se diz nos jornais. Nesse sentido, o sujeito é um que não se sobressai em relação àquilo que enuncia. Ele é sujeito de um discurso coletivo que enuncia através de um jornal a posição ideológica de seu grupo, não podendo haver de maneira alguma qualquer contradição entre o conteúdo político que é enunciado e o nome do jornal expresso em seu cabeçalho.

2. Os enunciados de valor polêmico encontrados nos jornais seguem a lógica política da relação “pão ou pau” ou dos “amigos e inimigos” de Carl Schmitt e não de uma em que são

esses textos são reflexo de uma interpretação inconsciente das coisas pelos seus enunciadores: esse fundamento foi encontrado a partir da mudança da maneira em que o político Olegário Maciel era qualificado na **Gazeta do Norte**. A partir do momento da sua vitória à presidência do estado de Minas Gerais sobre Mello Vianna, o jornal que desqualificava Maciel criticando-o das mais diversas maneiras passou a elogiá-lo, da mesma maneira que o fazia a **Folha do Norte** anteriormente. Assim, apesar de os dois jornais passarem a “concordar” a respeito desse político eles continuavam com sua relação polêmica em relação à representação de João Alves, Carvalho de Britto, Mello Vianna e Antônio Carlos. Esse fato mostrou que nessa relação polêmica a mudança de um dos elementos não determina a mudança da relação, mudando-se, portanto somente a identidade das formações discursivas em questão. Foi também constatado que o paradoxo era uma característica dominante na representação dos políticos pelos jornais, fato este que mostra a importância do interdiscurso na constituição do sentido em suas múltiplas possibilidades. Caso não se levasse em conta a memória constitutiva dos enunciados, nesses casos, eles seriam objetos sem sentido. A interpretação ideológica em uma guerra de sentidos prevê o dobramento de categorias como a lógica e o acordo como função de vitória. Ela é arma porque se pode atacar um adversário interpretando-se fatos de acordo com os objetivos do enunciador, e é escudo porque se pode defender um ponto a partir da incompatibilização interessada.

3. A relação polêmica dos jornais segue o princípio de ataque e defesa de “faces” sendo seus enunciados fundamentalmente polifônicos: os jornais defendiam os grupos políticos que constituíam as formações discursivas nas quais enunciavam a qualquer custo, o que muitas vezes causava a contradição. Como mostrado no último capítulo pelos casos dos funcionários públicos que foram transferidos ou não da cidade por influência de João Alves e da linha férrea que fora ou não interrompida por motivos políticos a contradição era muitas vezes encontradas nos textos jornalísticos, fato que causa descrédito da entidade jornal em relação aos leitores. Também foi confirmado o fundamento das relações polêmicas descrito por Maingueneau (1997) que define a proximidade entre os “inimigos” no nível do enunciado. Eles estão sempre acoplados um ao outro, dividindo “ombro a ombro” cada enunciado e tendo a polifonia um papel fundamental nesta relação. Para poder falar-se do *outro* se deve conhecê-lo, saber do seu passado, sobre sua vida íntima, etc. Maingueneau (1997), ao refletir sobre as relações polêmicas, afirma que desqualificador e desqualificado são constituídos do “Mesmo” e é este fato que alimenta as disputas.

Analisando a relação polêmica dos jornais a partir de um ponto de vista mais ético que linguístico, um reflexo da relação política dos amigos e inimigos materializada nos jornais era o distanciamento de seu fim primário, que seria o de informar, para servirem como meios de propaganda política. Suas funções, mais do que noticiar os acontecimentos, eram as de conseguir adeptos aos grupos políticos que promoviam. Estes jornais eram, portanto, meios de propaganda e de manipulação da informação, de maneira que, somente o que lhes era conveniente era publicado, ou, caso uma informação não lhes era conveniente, ela deveria ser contradita. Cyro dos Anjos, em **A menina do sobrado**, retrata como a vontade de poder pode determinar os conteúdos de um jornal. No trecho a seguir do livro, o diretor do jornal **A sentinel de Santana**, Dr. Mirocles, somente critica a Câmara porque ele faz parte do grupo político inimigo a ela:

Se dizia mal dos companheiros de Partido, nem por isso o valhacouto de maldizentes reconhecia as virtudes da oposição. De nenhum modo deixava-se embair pela demagogia do Dr. Mirocles, diretor da *Sentinel de Santana*, que, no seu jornal, vivia a berrar contra os abusos da Câmara. Às suas verrinas, opunha esta glosa: “Qual o quê, ele quer é comer também! Se estivesse em cima do queijo a cantiga seria outra...” (ANJOS, 1979, p. 69)

Sendo esta uma biografia ficcional de Cyro dos Anjos, a **Sentinel de Santana** era, provavelmente, uma alusão à **Gazeta do Norte**, que constantemente posicionava-se contra a Câmara Municipal, que teve como líderes, nas primeiras décadas do século, em sua grande maioria, políticos do largo de cima, liderados por João Alves. Cyro dos Anjos nascera e fora criado no largo de cima, e o jornal de Mirocles era representante do largo de baixo, fato que justifica a crítica e demonstra mais uma vez a influência do lugar em que se enuncia na construção do sentido de um enunciado.

Sobre tais tipos de lógica situados em um tempo determinado, pode-se dizer que, nessa pesquisa, falou-se do lugar da subjetividade no tempo, ou de um tipo de jornalismo que sugere um tipo sujeito historicamente modelado que moldava seus textos ao seu tempo. As tecnologias de produção dos jornais de Montes Claros determinavam que estes fossem semanários; a política, que eles fossem inimigos; a ética, que eles pudesse contradizer-se e acusar sem provas; a estética determinava um tipo de escrita “empolado”; o regime político dividia os municípios e o espaço discursivo em grupos que buscavam vantagens para seus amigos e perseguição aos inimigos; o sistema econômico determinava a parcela e o perfil da população leitora e o interlocutor, que é aquele para quem os enunciados eram produzidos, era reflexo da união desses elementos.

Esta foi também a análise de uma tragédia. A **Gazeta do Norte** foi “empastelada”, ou queimada pelos revoltosos da revolução em outubro de 1930, sendo Exupério Ferrador, um dos grandes “amigos” de João Alves, seu principal algoz. A **Folha do Norte** continuou com suas publicações até os últimos dias do ano, mas como era sua adversária que a mantinha viva, ela também não durou até o ano seguinte. Os adversários tiveram um fim comum neste ano, que foi a morte.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado.** 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal LTDA, 1992.
- AMIGONI, David. **The English novel and prose narrative.** 1a. ed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2000.
- AMOSSY, Ruth; BURGER, Marcel. Introduction : la polémique médiatisée. **Semen**, n. 31, p. 7 – 24, 2011. Disponível em: <<http://semen.revues.org/9072>>.
- ANGENOT, Marc, novas proposições para o estudo da argumentação na vida social, **EID&A: Revista eletrônica de estudos integrados em Discurso e argumentação**, n. 3, p. 142–155, 2012.
- ANJOS, Cyro. **A menina do sobrado.** 1a. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1979.
- ARNAUD; LANCELOT. **Gramática de Port-Royal.** 2^a.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- Authier-Revuz, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido.** 1a. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem**, 13^a. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BARBISAN, LECI; FINATTO, MARIA JOSÉ; FLORES, VALDIR; TEIXEIRA, Marlene. **Dicionário de linguística da enunciação.** 1a. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- BARBOSA, Marinalva. **História cultural da imprensa.** 1a. ed. Rio de Janeiro: Núcleo de arte/ Mauad Editora, 2010.
- BENVENISTE, Emile. **Problemas de linguística geral I.** 4a. ed. Campinas: Pontes, 1995.
- BENVENISTE, Emile. **Problemas de linguística geral II.** 2a. ed. Campinas: Pontes, 2006.
- BOSREDON, Bernard. **Modos de ver, modos de dizer- titulação da pintura e discursividade**, p. 17–38, 1999.
- LEVINSON; Brown. **Politeness**, 1^a. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault.** 1a. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- CHARAUDEAU & MAINGUENEAU. **Dicionário de análise do discurso.** 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso propagandista : uma tipologia**. In: MACHADO, IDA LUCIA & MELLO, Renato (Org.). **Análises do discurso hoje.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira

(Lucerna), 2010, v. 3, p. 57 – 77. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/O-discurso-propagandista-uma.html>>.

COURTINE, Jean-Jackes. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. 1a. ed. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

CUNHA, Lauro José. **O processo discursivo de designação de pessoas : a determinação histórico-social do nome próprio instituto de estudos da linguagem**. UNICAMP, 2006.

DASCAL, How rational can a polemic across the analytic-continental “divide” be?, disponível em: <<http://www.tau.ac.il/humanities/philos/dascal/papers/divide.html>>, acesso em: 3 Oct. 2012.

DASCAL, Marcel. Types of Polemics and Types of Polemical Moves. In: **Dialogue Analysis VI**. 1a. ed. Praga: Tübingen, 1998, p. 15 – 33.

DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2a. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. 2a. ed. São Paulo: [s.n.], 2009.

DEPECKER, Loïc. **Coimpreender Saussure a partir dos manuscritos**, 1^a. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

DERRIDA, Jacques. **Limited inc**. 2. ed. Evanston: Northwestern University Press, 1988. Disponível em: <<http://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=ANhg9zaAtIC&oi=fnd&pg=PR7&dq=LIMITED+INC&ots=KOh5NWeTxW&sig=dwaKPiA8N8NggAxVoeISRGr2DF4>>. Acesso em: 28 Sep. 2012.

DUCROT, O; TODOROV, T. **Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem**. 3^a.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.

DUCROT, O. Enunciação, *in: Encyclopédie Einaudi. Linguagem e enunciação*, [s.l.]: Imprensa nacional, casa da moeda, 1984, p. 368–393.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. 1^a.ed. São Paulo: Pontes. 1987.

FIGUEIREDO, Vítor. **Os senhores do sertão: coronelismo e parentela em uma área periférica de Minas Gerais (1889-1930)**. UFJF, 2010.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**. 2a. ed. São Paulo: Ática, 2005.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Manual da redação: Folha de São Paulo**. 7a. ed. São Paulo: Publifolha, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. 7a. ed. Rio de Janeiro: Editora forense universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 7a. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas.** 8a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 1.^aed. Rio de Janeiro: Edições Graal LTDA, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Qué es un autor?** In: Litoral 25/26. Cordoba: Boletín de la Sociedad Francesa de Filosofía LXIV., 1998, p. 87–111.
- FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência (1892), *in: CULTRIX (Org.), Lógica e filosofia da linguagem*, São Paulo: [s.n.], 1978, p. 129–158.
- GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos.** 2^a. Ed. São Carlos: Claraluz, 2007
- GUIMARÃES, Eduardo. **Domínio semântico de determinação.** In: A palavra: forma e sentido. 1a. ed. Campinas: Pontes, 2007.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento.** Campinas: Pontes, 2005.
- HAUSER, Marc D; CHOMSKY, Noam; FITCH, W Tecumseh. **The Faculty of Language : What Is It , Who Has It , and How Did It Evolve ?** v. 298, n. November, p. 1569–1579, 2002.
- HITLER, Adolf. **A minha luta,** 1^a. ed. Porto: Editora Afrodite, 1976.
- HOBSBAWN; ERIC. **História social do jazz.** 6a. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário eletrônico da língua portuguesa, 1^a. ed. 2009.
- INDURSKY, Freda. **A fala dos quarteis e as outras vozes: uma análise do discurso presidencial da terceira república brasileira.** Unicamp, 1992.
- Jornal **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2010.
- Jornal **Folha do Norte**, Montes Claros, 1930.
- Jornal **Gazeta do Norte**, Montes Claros, 1918, 1929, 1930.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Caterine. **Análise da conversação: princípios e métodos.** 1a. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Caterine. **Le discours polemique**, Presses Universitaires de Lyon, p. 1–27, 1980.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **L'analyse du discours en interaction : quelques principes méthodologiques**, Lyon, Université Lumière Lyon 2, p. 1–20, 1985.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Caterine. **La enunciación de la subjetividad en el lenguaje.** 3. ed. Buenos Aires: GRAFICA GUADALUPE, 1997.

- KOCH, Ingredore. A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional, **Cad.Est.Ling**, Campinas, n. 41, p. 75–89, 2001.
- LEAL, Victor, **Corenascimento enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**, 3^a. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 2a. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 2a. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 69 – 92.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3a. ed. Campinas: Pontes, 1997.
- MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. 1a. ed. Campinas: Pontes, 2003.
- MANDELA, Nelson. **Long walk to freedom**, 36. ed. London: Little, Brown Book Group, 2011.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza**, 2^a. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- MARTINS, Ana. Imprensa nos tempos de império, in: **História da imprensa no Brasil**, 2^a. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 45–80.
- MAURÍCIO, Milene Antonieta. **Emboscada de bugres: Tiburtina e a revolução de 1930**. 1a. ed. Belo Horizonte: Imprensa oficial de Minas Gerais, 1986.
- MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**, 2^a. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: **História da imprensa no Brasil**. 2a. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011, p. 23–43.
- ORLANDI, eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8a. ed. Campinas: Pontes, 2009.
- PAULA, Hermes. **Montes Claros sua história sua gente seus costumes** – parte II. 2^a.ed. Montes Claros: Unimontes, 2007.
- PÊCHEUX, Michel. A análise do discurso: três épocas. In: **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. [s.l.: s.n.], 1997, p. 311 – 319.
- PÊCHEUX, Michel. A língua inatingível. In: **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. 1a. ed. Campinas: Pontes, 2011.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 5a. ed. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel. **Papel da memória.** In: **Papel da memória.** 3a. ed. Campinas: Pontes, 2010, p. 49 – 57.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso.** 4a. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo.** 2a. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PEREIRA, Mateus H. **A máquina da memória.** 1a. ed. Bauru: EDUSC, 2009.

PERELMAN, Chaim. **Tratado de argumentação: a nova retórica.** 5^a.ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2005.

Portal da língua portuguesa. Disponível em: <<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php?action=acordo&version=1943>>. Acesso em: 12 Nov. 2012.

REVEL; JUDITH. **Michel Foucault: conceitos essenciais.** 1a. ed. São Carlos: Editora Claramuz, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** 1a. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de, Curso de Linguística Geral, 8^a edição, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1997.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político,** 1a. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

THOMPSON, John. **Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa.** 9a. ed. Petrópolis: [s.n.], 2011.

TUPINAMBÁ, Ruth. **A saga de Dona Tiburtina.** Jornal de Notícias, p. 5, 2012.

WALTEMBERG, Guilherme. **Lula critica em São Paulo “sede de poder” de Serra,** 2012. Disponível em: <http://fora_wp.falasocial.com/>. Acesso em: 30 de Nov. de 2013

WIRTH, John. **O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937,** 1^a. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

ZALTA, Edward. **In The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Winter 2013 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/win2013/entries/schmitt/>>.

ANEXO A – PRIMEIRA FOLHA DA EDIÇÃO DE 13/02/1930 DA GAZETA DO NORTE



ANEXO B – REPERCUSSÃO DOS INCIDENTES DE 06/02/1930 NO JORNAL A MANHA DO RIO DE JANEIRO, 18/02/1930



ANEXO C- REPERCUSSÃO DOS INCIDENTES DE 06/02/1930 NO JORNAL FOLHA DA NOITE MINEIRA, BELO HORIZONTE, 12/02/1930



ANEXO D – RECONSTITUIÇÃO DOS INCIDENTES DE 06/02/1930 – FOLHA DA NOITE, 07/02/1930 – SÃO PAULO



ANEXO E – EDIÇÃO DO “RENASCIMENTO” DA FOLHA DO NORTE, 06/04/1930

**ANEXO F – EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA FOLHA DO NORTE EM
COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO DE JOÃO ALVES, 12/08/1930**



**ANEXO G- POR QUE NÃO PARAM AS AUTORIDADES!, GAZETA DO NORTE,
19/04/1930**



ANEXO H – PRIMEIRA FOLHA DO ABAIXO ASSINADO EM DEFESA DE JOÃO ALVES, FOLHA DO NORTE, 15/06/1930

